



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS ANTRÓPICOS EM VILA VELHA: PROPOSTA
PARA SUA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

ANDRÉ LUIZ GOMES SOARES

RECIFE

2009

ANDRÉ LUIZ GOMES SOARES

**DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS ANTRÓPICOS EM VILA VELHA: PROPOSTA
PARA SUA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Cláudia Alves de Oliveira

Co-Orientador: Dr. Fernando Guerra

RECIFE

2009

Soares, André Luiz Gomes

**Diagnóstico dos impactos antrópicos em Vila Velha:
proposta para sua preservação e conservação/ André
Luiz Gomes Soares. -- Recife: O Autor, 2009**

169 folhas: il., fotos, mapas.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2009.**

Inclui bibliografia e anexos.

**1. Arqueologia. 2. Arquitetura renascentista. 3.
Patrimônio 4. Pernambuco – Ilha de Itamaracá – Vila
Velha – Século XVI – XVII. I. Título**

**902
930.1**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/111**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ANDRÉ LUIZ GOMES SOARES

Às 9 horas do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **André Luiz Gomes Soares** intitulada "*Inventário e Diagnóstico dos Impactos Antrópicos em Vila Velha: proposta para sua preservação e conservação*", sob a orientação da Profa. Dra. Cláudia Alves de Oliveira, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Ricardo Pinto de Medeiros**, **Fernando Antonio Guerra de Souza** e **José Luiz Mota Menezes**. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profª Ana Catarina Peregrino Torres Ramos e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 31 de agosto de 2009

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Prof. Dr. Fernando Antonio Guerra de Souza

Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes

Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Luciane Costa Borba

Dedico este trabalho as 3 mulheres da minha vida,
Minha Avó Inês, Minha Mãe Maria de Fátima
e Minha Companheira Mariana

AGRADECIMENTOS

A minha avó e mãe, Inês Gomes (linda Inês) e Maria de Fátima (mãe) que foram e sempre serão responsáveis, direta e indiretamente, por todas as minhas conquistas.

A minha companheira, Mariana Leitão, que desde o momento em que nos conhecemos passou a ser a fiel e incondicional companheira de todas as horas, sempre preparada pra aguentar todos os meus apanchos - brigado gorda.

Aos familiares Miguel Carlos, Wilton Gomes, Inês Rejane e Nelson Prado.

Ao meu irmão, companheiro e amigo Caio Cesar, que apesar das brigas sempre aturou o meu péssimo humor estando presente em todos os momentos.

A Rodrigo Prado, primo-irmão, que apesar da eterna sonolência sempre se demonstrou prestativo e companheiro, principalmente nas questões computacionais.

A tia Suely e Fernando Guerra, professores-amigos, serei eternamente grato a todo auxílio e companheirismo prestado. Tenham sempre a certeza, que esta dissertação teve uma parcela mais que fundamental da ajuda de vocês, Obrigado por tudo.

A toda família de Mariana, incluindo Dona Sônia, a Diogo e a todas as tias, em especial, Tia Ana.

Aos professores Albérico e Olívia, nunca esquecerei que durante muito tempo foram os únicos professores que confiaram no meu trabalho, tenham a certeza que sempre serei grato pela oportunidade – eternamente grato.

A minha orientadora Dra. Cláudia Oliveira, obrigado pela confiança e pelo auxílio prestado durante todos os momentos deste trabalho.

Aos amigos de longa data, em especial a Lucas, Ricardo, Diego, Douglas, James, Arkimedes, Fabrício, Ocivaldo Scripnick, Carlos Eduardo, Carlo Moreno, Waldimir Maia, Emanuel Junior, Renata Costa, Flávio Augusto, Diogo Arruda, Pedro Milfont, Jeferson Barbosa, a Danilo, Vitor, Pedrosa, Henrique e Gilberto.

Aos amigos, Pedro, Fred e João Paulo, aos quais compartilham comigo dos mesmos ideais. Participamos e ainda participaremos de muitas batalhas juntos – Assim Seja.

Ao amigo Pablo Dantas (fotografo), que sempre foi um grande receptor das minhas angústias das tardes semanais, nunca reclamando, e sempre pronto pra ajudar, obrigado por tudo.

Aos técnicos em arqueologia Rodrigo Ibson, Josué Lopes e Nataly que facilitaram e muito a parte prática deste trabalho.

Ao mestre, amigo e professor José Hernani Souto Andrade (Mestrinho), um dos meus maiores referenciais como professor nunca esquecerei de suas aulas, de nossas conversas e de todo auxílio prestado na construção deste trabalho.

Ao Laboratório de Arqueologia da UNICAP, a professora Maria do Carmo e aos Estagiários.

Aos professores e funcionários do Departamento de História da UNICAP, em especial para Kátia (Katinha) que sempre me ajudou, tanto na graduação como depois dela, ao professor Dr. Newton Darwin Cabral (obrigado pela carta de apresentação) e a professora Hélia (in memoriam).

A todos os professores do Programa de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial aos professores Dr. José Luis da Mota Menezes, Dra. Suely Luna e Ana Nascimento, Dr. Scott Allen, Dr. Pedro Jimenez, Dra. Ana Catarina, Dra. Gabriela Martín e Dra. Annie-Marie Pessis, Dr. Ricardo Medeiros e ao professor Dr. Paulo Martín Souto Maior.

Aos funcionários do Programa de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Luciane Costa que sempre foi muito paciente e solidária comigo, Gilmar Monteiro e Arnaldo Alves Oliveira.

A todos os companheiros de turma, Juvandi Sousa, Djanane, Glenda, Manuela Matos, Emanuel Souto Maior, André Proença, Marcellus e em especial para, Severino Ribeiro (a persistência em pessoa), Stela Barthel, Marcelo Hermínio, Santiago Wolfnei, Rodrigo Lessa, Rafael Sebastian, Almir Bezerra e Onésimo Santos.

A Todos os funcionários da FUNDARPE (em especial, Amanda Paraíso, Crystiane Loureiro, a Ulysses Pernambucano, Roberto Carneiro e Isabel Pashner) e da CONDEPE-FIDEM, que sempre quando precisei auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

A seu Ednaldo Lyra e Família (moradores de Vila Velha), que humildemente nos receberam em seu palacete possibilitando assim uma estadia sempre agradável e saudável.

A Todos os moradores de Vila Velha, os verdadeiros defensores deste belíssimo patrimônio.

Ao CNPq, pelo suporte financeiro, durante o período do curso.

A todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente com este trabalho.

... mas se melhor memória tivesse mais eu agradeceria...

...Cemitérios gerais
que os restos não largam
até que os tenham trabalhado
com sua parcial matemática.

E terem dividido
o resto pelo nada,
e então restado do que resta
a pouca coisa que restava.

Aqui toda aritmética
dá o resultado nada,
pois dividir e subtrair
são as operações empregadas.

E quando alguma coisa
é aqui multiplicada
será sempre pra elevar
o resto à potência do nada ...
(trecho do poema Dois Parlamentos
de **João Cabral de Melo Neto**)

Disconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E
examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de
desordem sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer natural nada deve
parecer impossível de mudar.
(Bertold Brecht)

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada faz parte de uma série de estudos sobre as aplicações da arquitetura renascentista no Brasil dos séculos XVI-XVII. O ambiente de trabalho desta análise foi Vila Velha que está localizada no Município da Ilha de Itamaracá no Estado de Pernambuco. Entre estes dois primeiros séculos, a ocupação da vila foi dividida por dois grupos distintos que a batizaram da seguinte forma: Vila Nossa Senhora da Conceição (período português) e Vila Schkoppe (período holandês). No primeiro século, verificamos a implantação do modelo urbano da renascença seguindo uma tendência da época. Nesta fase as construções urbanas deveriam seguir o modelo geometrizado (formato xadrez) contendo na parte central as principais edificações que eram a igreja, a casa de câmara e cadeia, a casa do governador e um elemento de defesa militar. No período holandês, verificamos que existiu uma remodelação estrutural e funcional da vila. Os holandeses implantaram o seu modelo de ocupação de acordo com as suas necessidades. Nesta fase, algumas edificações do período português foram utilizadas pelos batavos que atribuíram novas finalidades a estes edifícios. Este estudo tomou como base as fontes documentais primárias e secundárias, as representações cartográficas assim como os aspectos referentes a preservação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVES: COLÔNIA. ARQUITETURA-RENASCENTISTA. VILA SCHKOPPE. VILA VELHA.

ABSTRACT

The research presented here is part of a series of studies on the applications of Renaissance architecture in XVI –XVII centuries Brazil . The working environment of this analysis was Vila Velha, located in the city of Itamaracá, Pernambuco state. Among these centuries, the occupation of the village was divided by two distinct groups that has designated the town as: Vila Nossa Senhora da Conceição (Portuguese period) and Vila Schkoppe (Dutch period). In the first century, following a trend of the time is verified the implementation of the renaissance's urban model. At this stage the construction projects should follow the geometric model (in plaid) concentrating in the central part the main buildings, which were the church, the House chamber and chain, the governor's house and an element of military defense. In the Dutch period, there was a structural and functional remodeling of the village. The Dutch established their pattern of occupancy according to their needs. At this stage, some buildings of the Portuguese period were used by the batavians, who gave new purpose to these buildings. This study was based on the primary and secondary documentary sources, the cartographic representations as well as aspects related to heritage preservation.

KEYWORDS: ARCHEOLOGY. HISTORICAL PATRIMONY. VILA VELHA.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Vegetação de Itamaracá	26
Foto 2 – Mangue de Itamaracá	26
Foto 3 – Altura da Encosta de Vila Velha	125
Foto 4 – Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá	126
Foto 5 – Cabeceira da Antiga Ponte	127
Foto 6 – Parte da Antiga Ponte	127
Foto 7 – Placa da Trilha dos Holandeses	128
Foto 8 – Turistas na Trilha dos Holandeses	128
Foto 9 – Base da Antiga Estrutura da Casa de Câmara e Cadeia	128
Foto 10 – Base da Antiga Estrutura da Casa de Câmara e Cadeia	128
Foto 11 – Caixa de Água da COMPESA	129
Foto 12 - Caixa de Água da COMPESA	129
Foto 13 – Parte Central de Vila Velha	130
Foto 14 - Parte Central de Vila Velha	130
Foto 15 – Forno de Cal com Residência	131
Foto 16 – Entrada do Forno de Cal	131
Foto 17 – Ruínas do Forno de Cal	131
Foto 18 – Parte Interna do Forno de Cal	131
Foto 19 – Tijolos da Parede Interna do Forno de Cal	132
Foto 20 – Parede Interna do Forno de Cal	133
Foto 21 – Parede Externa do Forno de Cal	133
Foto 22 – Rocha de Cal	133
Foto 23 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos e Pretos	134
Foto 24 – Casa e Forno de Cal	144
Foto 25 – Vista Interna da Casa	144
Foto 26 – Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário	146
Foto 27 – Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário	147
Foto 28 – Pia Batismal	148
Foto 29 – Altar Mor da Igreja Matriz	148

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Livro de Alberti	31
Imagem 2 – Livro Renascentista	31
Imagem 3 – Núcleo Medieval com as Vias Traçadas no Renascimento	33
Imagem 4 – Fortaleza de Palmanova	34
Imagem 5 – Forte Elvas, Portugal	39
Imagem 6 – Forte de Santa Luzia, Portugal	39
Imagem 7 – Corte de Pau-Brasil, André Thevet	44
Imagem 8 – Representação de Itamaracá, Frans Post	87
Imagem 9 – Representação Iconográfica dos Trabalhos nos Engenhos e nas Casas de Farinha de Mandioca	117
Imagem 10 – Parte do Mapa 33	129

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Microrregião Itamaracá	20
Mapa 2 – Ilha de Itamaracá	21
Mapa 3 – Geologia da Ilha de Itamaracá	22
Mapa 4 – Planta Topográfica da Ilha de Itamaracá	23
Mapa 5 – Hidrografia da Ilha de Itamaracá	24
Mapa 6 - França Antártica	44
Mapa 7 – Brasil, século XVI	54
Mapa 8 – Capitanias Hereditárias	54
Mapa 9 – Planta da Cidade de Salvador	56
Mapa 10 – Cidade de Olinda, Século XVI	57
Mapa 11- Mapa-Múndi de Ptolomeu	78
Mapa 12 - Tábuas Modernas	78
Mapa 13 - Projeção de Mercator	79
Mapa 14– Mapa-Múndi de Mercator	81
Mapa 15 – Carta Primitiva da Capitania de Itamaracá	81
Mapa 16 – Cartografia da Ilha de Itamaracá, 1630	82
Mapa 17 - Conceição de Itamaracá, 1633	83
Mapa 18 - Ilha de Antônio de Vaz	84
Mapa 19 - Rio São Francisco	84
Mapa 20 – Ilha de Itamaracá, 1633	85
Mapa 21 – Pernambuco e Itamaracá, 1643	86
Mapa 22 – Parte Sul da Ilha de Itamaracá	87
Mapa 23 – Vila Nossa Senhora da Conceição, 1640	88
Mapa 24 – Itamaracá, Johannes Vingboons	89
Mapa 25 – Vila Nossa Senhora da Conceição, 1630	91
Mapa 26 - Mapa de Recife e Olinda, atribuído a Luis Texeira	113
Mapa 27 - Mapa do Brasil, Luis Texeira	114
Mapa 28 - Costa da Capitania de Pernambuco	114
Mapa 29 - Perspectiva de Pernambuco	119
Mapa 30 – Cartografia Holandesa da Cidade do Recife, século XVII	121
Mapa 31 - Cartografia de Porto Calvo	122
Mapa 32 - Cartografia de Sirinhaem	122
Mapa 33 - Vila Nossa Senhora da Conceição	123
Mapa 34: Mapa do Perímetro de Tombamento	165
Mapa 35: Ampliação de parte do mapa 34	166
Mapa 36: Parte sul da Ilha de Itamaracá	167

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FOTOS	9
LISTA DE IMAGENS	10
LISTA DE MAPAS	11
INTRODUÇÃO	14
1. APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS GEOGRÁFICOS	22
1.1 Localização da Ilha de Itamaracá	22
1.2 Relevo	24
1.3 Hidrografia	26
1.4 Clima	27
1.5 Vegetação	28
2. APLICAÇÕES RENASCENTISTAS NA ARQUITETURA	29
2.1 A Influência do Renascimento nas Cidades Européias	29
2.2 Prelúdio para o Renascimento Português	36
2.3 O Renascimento em Portugal	41
3. FORMAÇÃO URBANÍSTICO DE VILA VELHA	44
3.1 Aspectos Históricos: Prelúdio para a Construção da Capitania de Itamaracá	44
3.2 A primeira fase de ocupação portuguesa em Vila Velha	50
3.3 A Segunda Etapa dos Portugueses no Brasil: Aplicação da Arquitetura Renascentista	55
4. APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO	63
4.1 Patrimônio Como um Bem a Ser Preservado	63
4.2 Preservação do Patrimônio Nacional: O Brasil e sua política de proteção	67
4.3 Quadro Metodológico Aplicado	74

4.4 Cartografia como Ferramenta Metodológica	78
4.5 A Cartografia de Vila Velha nos dois Primeiros Séculos de Ocupação	83
5. VILA VELHA NOS SÉCULOS XVI E XVII: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL	94
5.1 Brasil – Holandês, aspectos teleológicos	94
5.2 Da Vila Nossa Senhora da Conceição para Vila Schkoppe	99
5.3 As Representações Cartográficas no Brasil dos séculos XVI e XVII	114
6. INVENTÁRIO E DIAGNÓSTICO DOS BENS PATRIMONIAIS DE VILA VELHA	125
6.1 Inventário dos Bens Patrimoniais de Vila Velha	125
6.2 Legislação Patrimonial em Vila Velha	136
6.3 Diagnóstico dos Bens Materiais de Vila Velha	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

Vila Velha está localizada no Município da Ilha de Itamaracá, inserido na Região Metropolitana do Recife, litoral norte do Estado de Pernambuco, distanciando-se da capital em cerca de 55Km. Sua latitude é de 07° 45' 00" tendo como longitude 34° 49' 30" (Dados Retirados da Agência CONDEPE-FIDEM).

Na atualidade, o local onde esta sendo desenvolvida a pesquisa é conhecido como Vila Velha, entretanto esta referência não representa seu nome de batismo, sendo antes denominado como Vila Nossa Senhora da Conceição.

O período histórico na Ilha de Itamaracá teve início no começo do século XVI, com a construção de feitorias destinadas a extração de pau-brasil. Dentre estas, a mais conhecida foi a feitoria de Cristóvão Jaques. Não poderemos estabelecer a data exata desta feitoria visto que a historiografia não mostra consenso, neste caso a situaremos com uma construção anterior a 1530.

Motivados pela extração do pau-brasil, frotas francesas passaram a freqüentar a ilha, chegando a construir um fortim. Faz-se necessário destacar que, encontramos em algumas fontes históricas que a fortificação dos franceses estava localizada em Vila Velha, mais precisamente onde hoje esta situada a Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Para impedir a pirataria francesa, o Rei português D. João III enviou uma expedição chefiada por Martim Afonso de Souza, objetivando combater os invasores. Dentro desta expedição, assumindo o posto de comandante, estava o irmão de Martin Afonso, Pero Lopes de Souza, sendo este o responsável pela expulsão dos franceses da Ilha de Itamaracá.

Evitando a invasão dos piratas estrangeiros assim como efetivar melhor a dominação sobre terras brasileiras, a coroa portuguesa instituiu o sistema das capitanias hereditárias. Neste sentido, no dia 1° de Setembro de 1534, D. João III destina a Capitania de Itamaracá ao irmão de Martim Afonso de Souza, Pero Lopes de Souza, que passa a ser capitão donatário.

Neste mesmo ano foi fundada por Francisco Braga, no sítio onde houvera uma feitoria francesa, a Vila Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá, sendo esta transformada em sede da capitania no ano de 1548 (BARTHEL, 2007).

A Capitania de Itamaracá ficou sob possessão da família de Pero Lopes, entretanto, ainda no século XVI, mais precisamente no ano de 1585, boa parte da capitania foi desmembrada para a formação da Capitania da Paraíba, esta última pertencente a Coroa Real.

No século XVII, existiu um processo judicial para determinar o direito sobre a Capitania de Itamaracá. Desta maneira, no ano de 1605, André Albuquerque, na época capitão donatário, deixou como herdeiro seu primo Lopes de Souza que morreu sem deixar sucessores diretos. Na ocasião D. Maria de Souza da Guerra herdou a capitania. Entretanto D. Álvaro Paes de Castro e Souza, Marquês de Cascaes e Conde de Mont Santo contestaram seus direitos, ganhando a posse no ano de 1617 (ANDRADE, 1999).

Neste mesmo século, a sede da capitania foi invadida pelos holandeses que a transformaram e modificaram seu nome de Vila Nossa Senhora da Conceição para Vila Schkoppe. A vila perdeu seu nome de batismo após a expulsão dos holandeses do Brasil, no ano de 1654.

Após este fato, a coroa portuguesa averiguando o abandono em que estava a capitania, decreta por via carta régia, de Dezembro de 1672, a subordinação desta capitania à Capitania de Pernambuco. Posteriormente a este processo a sede da vila foi transferida para Goiana por provisão régia de 15 de janeiro de 1685, retornando para Itamaracá em 20 de novembro de 1709, também por provisão régia. Em 06 de outubro de 1742 outra provisão régia transferiu novamente a sede da vila para Goiana. Em 1756 com a morte do seu último donatário, foi extinta a capitania de Itamaracá, ocasião em que o governador de Pernambuco tomou posse em nome da Coroa (Dados CONDEPE-FIDEM).

Em 30 de maio de 1815, por alvará-régio, Itamaracá, que na época pertencia a Goiana, passou a termo da comarca de Olinda. Em 20 de maio de 1833, por resolução do Conselho do governo de Pernambuco, o termo Itamaracá passou a integrar a comarca do Recife. Em 8 de maio de 1840, a lei Provincial nº 86 suprimiu a vila de Itamaracá que foi anexada à comarca de Goiana. A lei provincial nº 138, de 08 de abril de 1845, restaurou a vila de Itamaracá e transferiu a sua sede para a vila do Pilar.

O distrito de Itamaracá foi criado pela lei provincial nº 676, de 1 de maio de 1866, e pela lei municipal nº 01, de 30 de novembro de 1892, pertencente ao município de Igarassú. A mesma lei Provincial nº 676 transferiu a sede da freguesia de Itamaracá para a povoação do Pilar, da mesma freguesia (*Idem, Ibidem*).

No século XX, pelo decreto lei Estadual nº 92 de 31 de março de 1938, o distrito de Itamaracá passou a denominar-se Pilar. Em 09 de dezembro de 1938, através do decreto lei

Estadual nº 235, o distrito de Pilar voltou a denominar-se Itamaracá. O distrito foi elevado a categoria de município, desmembrado de Igarassú pela lei Estadual nº 3338, de 31 de dezembro de 1958, com a mesma denominação e tendo como sede o antigo distrito. Por fim, pelo decreto lei Estadual nº 62 de 12 de novembro de 1997, o município passou a denominar-se Ilha de Itamaracá (*Idem, Ibidem*).

Para melhor formatação dos estudos referentes aos aspectos históricos, dividimos a pesquisa em duas partes: a primeira relacionada a fase inicial da construção portuguesa, que vai de 1535 até o ano de 1633; e a segunda que é referente ao período de ocupação holandesa, de 1633 até 1654 ano de expulsão dos holandeses.

Devemos destacar que escolhemos estes dois momentos devido ao processo de maior apogeu de Vila Velha. Verificamos que após a expulsão dos holandeses, vila velha foi perdendo gradativamente o seu enfoque e prestígio no cenário político-econômico da Capitania de Itamaracá.

Com relação a primeira fase, foi possível verificar o apelo português, na escolha de lugares mais altos em detrimento das planícies. Esta escolha estava relacionada a uma técnica medieval conhecida como sistema de defesa pela altura. Neste sentido, o local escolhido para a construção da Vila de Nossa Senhora da Conceição possui uma das maiores altitudes da ilha, mais precisamente no Morro dos Franceses ou Morro do Giz (Barthel, 2007).

Neste primeiro momento de ocupação, é possível verificar na implantação da Vila Nossa Senhora da Conceição o modelo renascentista de construção, que foi aplicado nas construções das primeiras vilas e cidades brasileiras.

A aplicação deste modelo da renascença européia foi referenciada por Nestor Goulart Reis que justifica a implantação deste padrão construtivo através de dois argumentos: o primeiro relaciona-se com a arquitetura renascentista que estava em voga na Europa na época das grandes navegações portuguesas. A segunda justificativa, estava relacionada aos espaços vazios encontrados na América pelos europeus quando aqui chegaram, permitindo uma maior liberdade aos arquitetos e engenheiros de projetarem as vilas e as cidades na colônia.

Com relação a este assunto, podemos adicionar outro elemento das construções urbanas portuguesas, que foi devidamente destacado por Walter Rossa. Segundo este autor, existiam nas urbes lusitanas do século XVI e XVII a aplicação de uma rua principal que regulamentava todas as vilas e cidades, sendo batizada pelo autor de “Rua Direita”.

A primeira fase construtiva portuguesa foi configurada pela construção da Igreja matriz, a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia e Alfândega,

Provedoria da Fazenda Real e a Casa do Governador da Capitania. Diante destas construções existia uma praça central, servindo como elo destas estruturas. Para finalizar o complexo da vila, destacamos as construções relacionadas ao sistema de defesa militar, constando paliçadas e redutos bélicos.

O posicionamento destas estruturas, na vila, obedecia ao formato em “L”, correspondendo a uma tendência geométrica, característica do modelo renascentista de construir. Faz-se necessário destacar a possibilidade de existir em Vila Velha o modelo referenciado por Walter Rossa, ou seja, poderia na vila existir o que o autor configura de “Rua Direita”.

Outra referência ao renascimento é a parte central que era valorizada por meio de uma praça. Nesta existia um espaço livre destinado à aglomeração da população, onde era possível ver as sedes do sistema colonial, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia e Alfândega, a Provedoria da Fazenda Real e a Casa do Governador da Capitania.

Com relação à segunda fase, relacionado ao período Brasil-Holandês, averiguamos poucas transformações estruturais, e quando aconteceram, estavam voltadas às modificações do aparato militar. Os holandeses que ocuparam Vila Velha utilizaram-se dos edifícios portugueses antigos, onde em alguns casos atribuíram novas funções que pudessem adequar aos objetivos da Companhia das Índias Ocidentais.

O território da Ilha de Itamaracá possuía dois aparatos militares desde antes da invasão holandesa. Um deles era a fortificação portuguesa destinada à proteção do Canal de Santa Cruz, sendo esta destruída pelos holandeses em 1631.

O local onde estava construída a fortificação portuguesa que protegia o canal de Santa Cruz, acima referenciada, esta situada no mesmo ponto onde hoje existe o Forte Orange. Desta maneira é possível verificar que apesar de ter feito parte do sistema de defesa da Vila Nossa Senhora da Conceição este reduto militar não estava inserido dentro da vila. Desta maneira a conquista da vila foi realizada no ano de 1633, passando a ser designada pelos holandeses de Vila Schkoppe.

É vasta a historiografia sobre o período Brasil-Holandês, entretanto, mesmo com o rico acervo sobre esta temática, são escassos os dados relacionados sobre a Vila Schkoppe. Neste sentido, a grande maioria das fontes colhidas possui uma relação com os objetivos militares. Como exemplo, podemos citar as informações referentes a uma bateria bélica que foi interligada com a igreja através de uma cerca (muro), objetivando uma melhor proteção bélica.

Desta maneira, encontramos em Vila Velha um conjunto arquitetônico de extrema importância histórica e cultural. Entretanto, mesmo com todas estas características, averiguamos que o processo de tombamento ainda não foi finalizado. Mediante a esta situação que construiremos o nosso problema: Por ser a vila um local dotado de potencial patrimonial, o que falta ou quais os motivos para que o processo de tombamento permaneça sem conclusão?

Procuramos, dentro do nosso ambiente de trabalho, os elementos característicos que nos levam a enquadrar Vila Velha como um ambiente patrimonial que deve ser preservado. Para isto, analisamos e inventariamos as principais estruturas da vila assim como a relação destas com o entorno.

Neste sentido, procuramos construir dentro da área de estudo, objetivos que pudessem ser aplicados a preservação patrimonial, possibilitando assim uma melhor aplicabilidade metodológica.

Esta pesquisa teve por objetivo geral avaliar o potencial histórico-cultural de Vila Velha, que permita identificar os motivos pelos quais a vila ainda não teve seu processo de tombamento concluído. Para isto, identificamos os distintos períodos de ocupação, principalmente os séculos XVI-XVII, analisando a forma como foi implantada e utilizada as edificações, e como estas se relacionaram com a formação histórica da vila.

Devemos salientar que este levantamento pode corroborar como motivo que nos leva a defender o tombamento de Vila Velha, pois a vila, mesmo com uma série de atributos históricos, não está inserida dentro da lista dos bens patrimoniais tombados pelo Estado de Pernambuco.

Na atribuição dos objetivos específicos, destacamos os seguintes tópicos: realizar o inventário de Vila Velha; diagnosticar os principais problemas da conservação patrimonial na vila; propor a realização de um novo relatório de tombamento, visto que o existente está defasado.

Este estudo ressalta a importância de Vila Velha, identificando a sua construção a partir de modelos arquitetônicos renascentistas que foram aplicados nas primeiras vilas e cidades brasileiras. A vila conseguiu manter algumas edificações desta fase assim como a ordenação estrutural deste período.

Desta maneira, Vila Velha representa uma das poucas localidades no Nordeste do Brasil, a possuir esta reminiscência. Sendo assim, o diagnóstico irá permitir a definição de políticas públicas que devam ser aplicadas com urgência no ambiente de estudo. Tais

aplicações possibilitariam uma maior preservação e conservação deste patrimônio histórico-cultural do Estado de Pernambuco.

Dentre as hipóteses que podemos lançar a respeito deste problema, destacamos duas. A primeira deve-se a ausência de elementos substanciais que justifiquem o processo de tombamento. A segunda, está relacionada a falta de interesse das instituições estatais em realizar as políticas públicas que regimenta todo o processo de preservação patrimonial.

Como ferramenta metodológica, utilizamos os aspectos relacionados as legislações referentes a preservação patrimonial, os elementos cartográficos, levantamentos bibliográficos e análise fotográfica.

Elementos gráficos, tais como, mapas, desenhos, pinturas e fotografias, foram utilizadas neste trabalho. Através delas, identificamos a localização de estruturas antigas, possibilitando a construção de novas hipóteses a respeito das ocupações pretéritas assim como um melhor entendimento da distribuição espacial existente na vila no período colonial.

As cartografias antigas foram utilizadas juntamente com os mapas atuais. Tal mecanismo gerou informações que nos possibilitaram identificar antigas estruturas que na atualidade só é possível visualizar as suas bases estruturais.

Na aplicação de um modelo metodológico, mediante a utilização das cartografias, destacamos as representações ambientais que podem estar inseridas dentro dos mapas mais antigos, gerando possibilidades interpretativas acerca do local a ser estudado tal como seu entorno.

Ainda sobre as ferramentas metodológicas, encontramos alguns aspectos que devem ser elucidados. Analisamos a parte da legislação brasileira referente a preservação patrimonial e a partir dela procuramos identificar em Vila Velha os principais problemas referentes a falta de aplicação deste aparato jurídico.

A presente dissertação levou em considerações todas estas informações, sendo assim, optamos por apresentar o desenvolvimento desta pesquisa da seguinte forma: o primeiro capítulo relacionado com os aspectos geográficos de Vila Velha, o segundo relacionado as aplicações renascentistas, o terceiro com a formação urbanística de vila velha, o quarto com o aporte teórico e metodológico, no quinto apresentamos as características da vila nos séculos XVI e XVII, no sexto construímos o inventário e o diagnóstico dos bens patrimoniais do nosso ambiente de trabalho e por último às considerações finais e suas conclusões preliminares.

O primeiro capítulo, os aspectos geográficos de Vila Velha, inicia com as características geográficas, apresentando o local onde esta pontuada a nossa pesquisa assim como os elementos ambientais, tais como: hidrografia, solo, clima e vegetação.

No segundo capítulo, lançamos o histórico das aplicações da arquitetura renascentista na Europa e conseqüentemente em Portugal. Apresentamos as características gerais e as peculiaridades deste modelo em território lusitano.

Nesta primeira parte, apresentamos a renascença e sua conseqüência diante da sociedade européia. A mudança de mentalidade medieval, que teve início no advento desta fase, possibilitou uma série de mudanças de ordem políticas, sociais, econômicas e ideológicas.

No terceiro capítulo, projeto urbanístico de Vila Velha, procuramos a partir da arquitetura renascentista européia identificar as relações entre este modelo urbano e as construções das vilas e das cidades no Brasil Colonial. Apresentamos de forma incipiente os tratados de arquitetura deste período, suas aplicações e seus modelos construtivos assim como o modelo de assentamento urbano luso-brasileiro.

As grandes navegações portuguesas tiveram uma forte influência desta nova forma de ver o mundo. O renascimento representava muito mais que mudanças estruturais, era uma nova forma de agir e de pensar, atingindo todos os parâmetros da sociedade medieval. Tais transformações possibilitaram as grandes navegações portuguesas do século XIV.

A conclusão deste capítulo esta relacionada ao processo de formação histórica e dos principais fatores que influenciaram e motivaram a construção da Vila de Nossa Senhora da Conceição. Neste caso, verificamos neste processo a utilização do modelo renascentista, configurado na forma e na disposição em que as edificações foram concebidas.

No quarto capítulo, traçamos as aplicações metodológicas. Procuramos aplicar as ferramentas metodológicas através da identificação das informações provenientes das fontes documentais e cartográficas.

No quinto capítulo, procuramos desenvolver a análise das transformações estruturais e funcionais, principalmente nos dois primeiros séculos de ocupação.

No sexto, inventário e diagnóstico, levantamos os principais bens patrimoniais da vila, fomentando um diagnóstico da atual situação dos monumentos levantados. Na finalização deste capítulo, atribuímos propostas que devem ser aplicadas para a consolidação da legislação referentes ao patrimônio.

Nas considerações finais abordamos a necessidade de serem realizadas escavações que possam corroborar com todas as informações provenientes deste trabalho, possibilitando assim, novas argumentações a respeito dos modelos de ocupação dos holandeses no período conhecido pela historiografia como Brasil-Holandes, assim como destacamos a grande necessidade dos órgãos públicos em disponibilizar recursos necessários a manutenção do nosso ambiente de trabalho, Vila Velha.

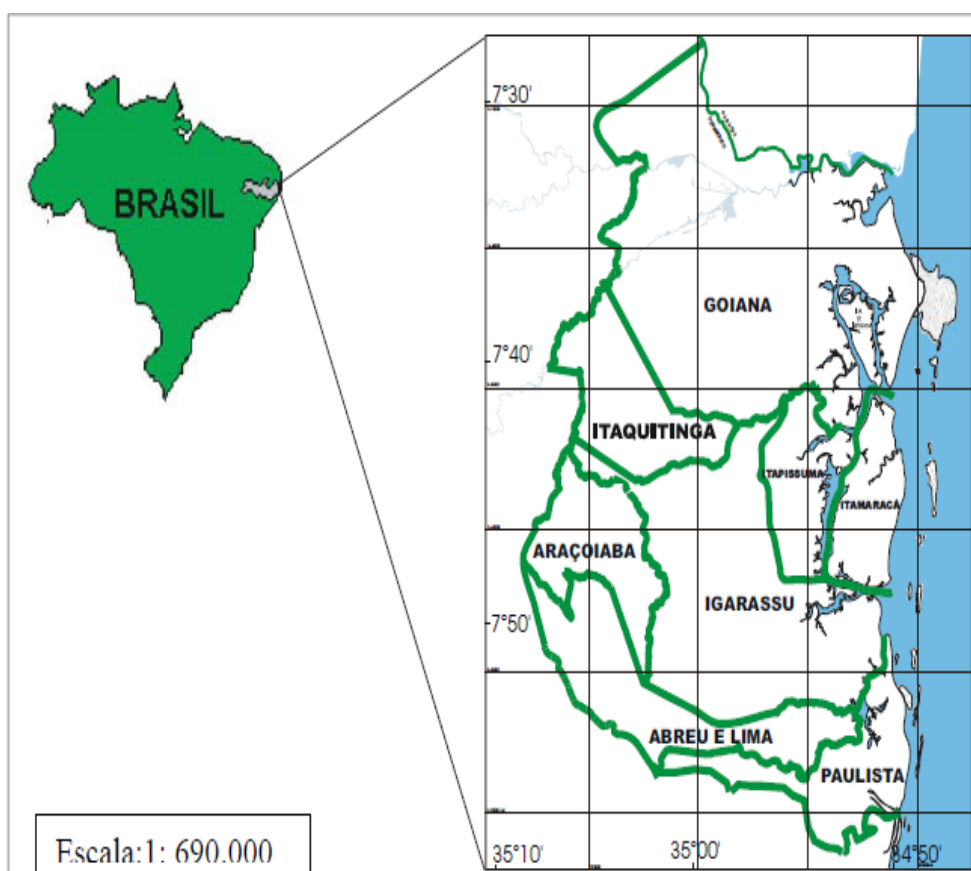
1. APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização da Ilha de Itamaracá

Para uma melhor compreensão desta temática, explicitaremos as características geográficas relacionadas ao Município da Ilha de Itamaracá, localizado no Estado de Pernambuco. Esta opção está condicionada pelo fato de Vila Velha estar inserida dentro do contexto geográfico da Ilha. Neste sentido, apresentaremos esta abordagem, relacionando os aspectos ambientais da Ilha com os do ambiente estudado.

Este argumento pode se apresentar no decorrer deste trabalho, pois de uma maneira geral, as histórias de Vila Velha e de Itamaracá se confundem. Na pesquisa que originou a construção desta dissertação, foi muito comum encontrarmos atribuições referentes à parte insular quando na verdade a informação tinha relação direta com a Vila.

MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO ITAMARACÁ.

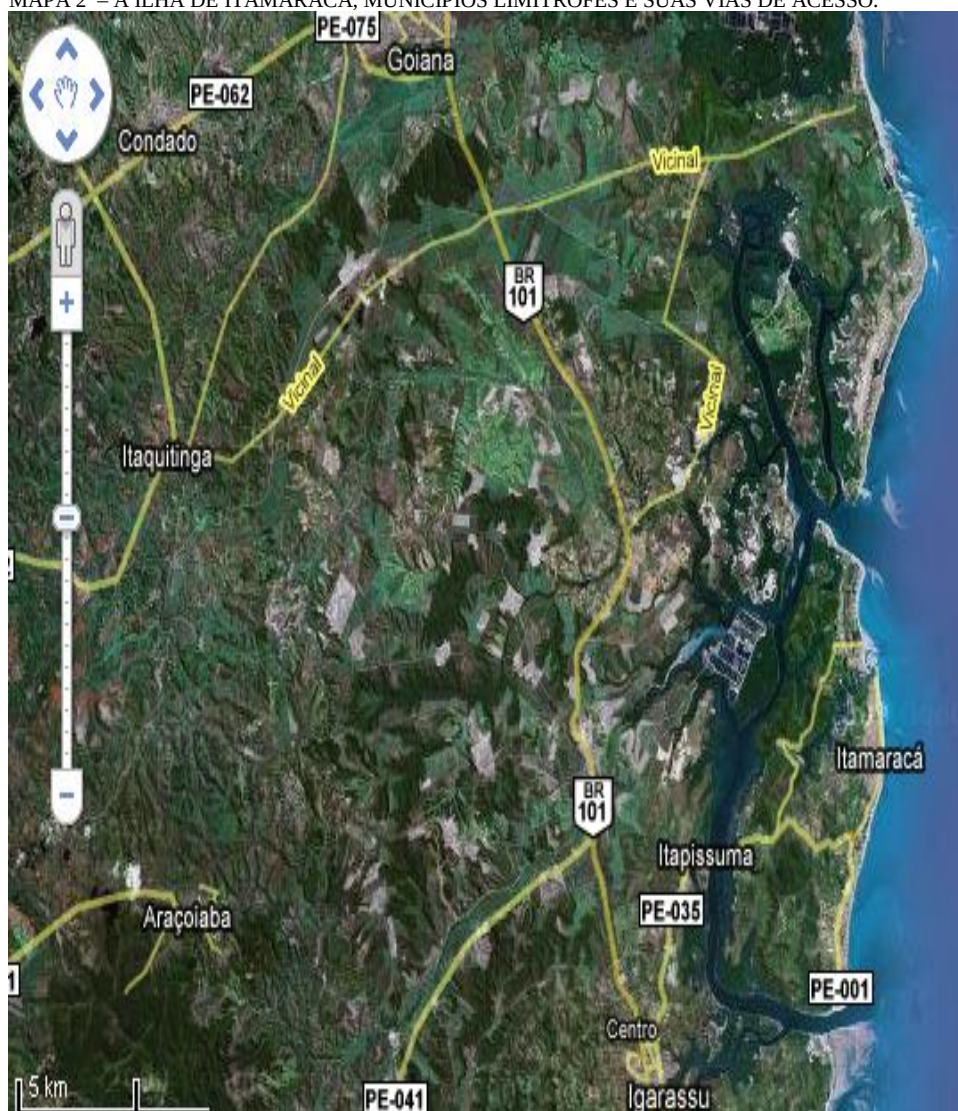


Fonte: Relatório Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Águas Subterrâneas.

A Ilha de Itamaracá, situa-se no litoral norte de Pernambuco a 55Km do Recife estando localizado na latitude de 07° 45' 00" e longitude 34° 49' 30". Está separada da parte continental pelo canal de Santa Cruz que é na verdade um braço de mar, que contorna a ilha. O acesso é feito através da BR 101 Norte e PE 35, tendo como ponto de ligação entre a ilha e o continente uma ponte construída em 1940 cujo nome é Ponte Getúlio Vargas¹.

A Ilha ocupa uma área de 65,411 Km² o que representa 0.07% do Estado de Pernambuco. No que diz respeito a sua região limítrofe, Itamaracá possui na parte norte o Município de Goiana, na parte sul o Município de Igarassu, no oeste o Município de Itapissuma e no leste o Oceano Atlântico.

MAPA 2 – A ILHA DE ITAMARACÁ, MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E SUAS VIAS DE ACESSO.



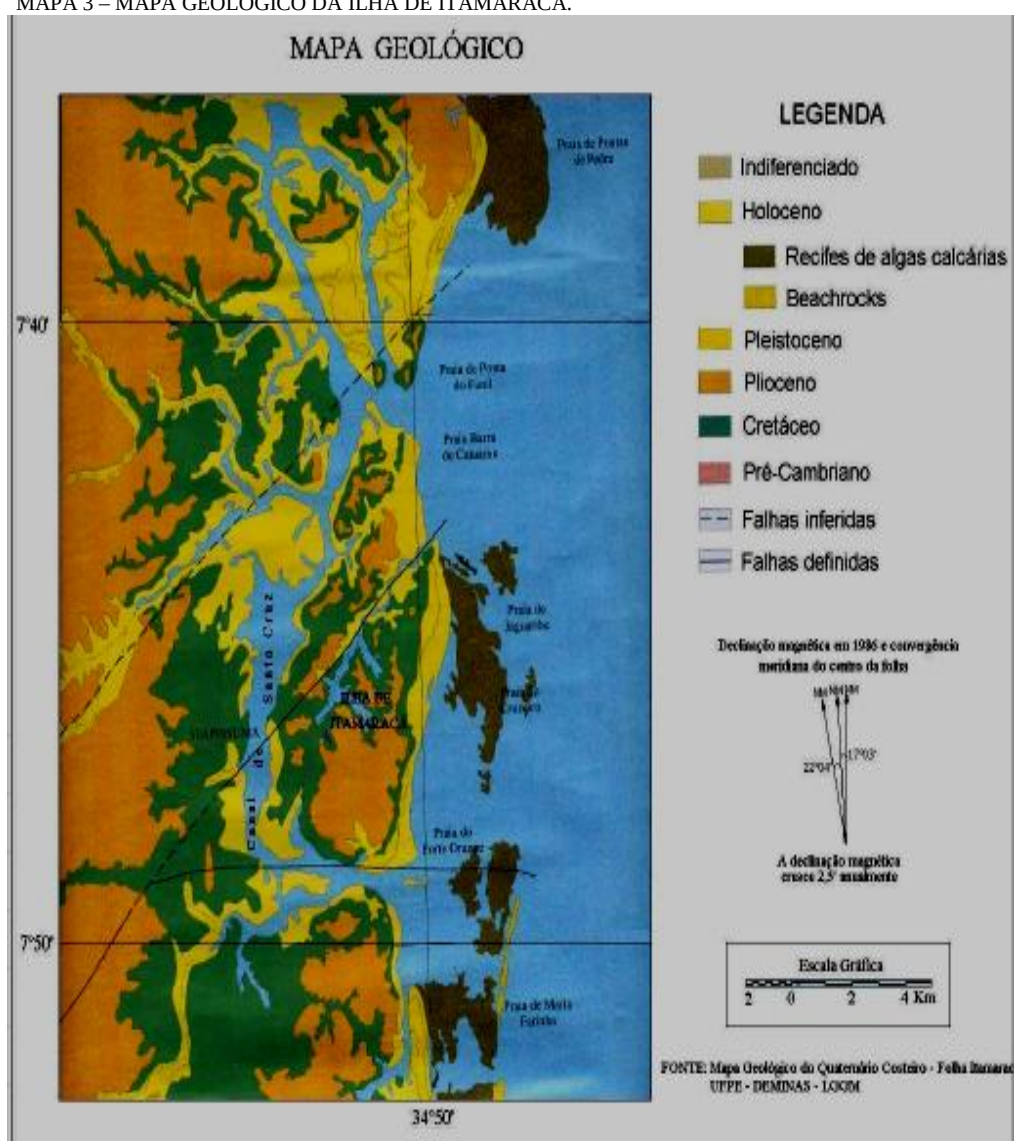
Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>

¹ Relatório da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, disponíveis em www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem

1.2 Relevo

A Ilha de Itamaracá está inserida na unidade geoambiental da Baixada Litorânea, tendo seu relevo formado pelas Áreas Arenosas Litorâneas, onde se incluem as restingas, as dunas e os mangues. Do ponto de vista geológico o município encontra-se inserido, na Província Borborema, estando constituído pelos litotipos da Formação Gramama, do Grupo Barreiras e dos Depósitos Flúvio-Marinheiros².

MAPA 3 – MAPA GEOLÓGICO DA ILHA DE ITAMARACÁ.



Fonte – Dissertação de Mestrado – Sedimentologia do Canal de Santa Cruz – Ilha de Itamaracá –PE, (SILVA, 2004) arquivo PDF.

² Dados retirados do Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Águas Subterrâneas – Diagnóstico do Município da Ilha de Itamaracá Estado de Pernambuco, disponíveis em www.cprm.gov.br/rehis/atlas/pe/relatorios

O relevo da ilha é pouco acidentado, apresentando baixas declividades, em torno de 20,00 metros, com os topos das elevações existentes planos, drenagem moderada e ligeira erosão laminar.

O morro da Baliza é o ponto culminante, mas existem ainda outros morros, como o do Giz e o Morro das Trincheiras, conhecido também como Morro dos Franceses. É formada por áreas arenosas litorâneas, com restingas, dunas e mangues. Notam-se ainda várzeas e terraços aluviais, existindo em abundância calcário, argila e areia (BARTHEL, 2007).

MAPA 4 – PLANTA TOPOGRÁFICA DA ILHA DE ITAMARACÁ.

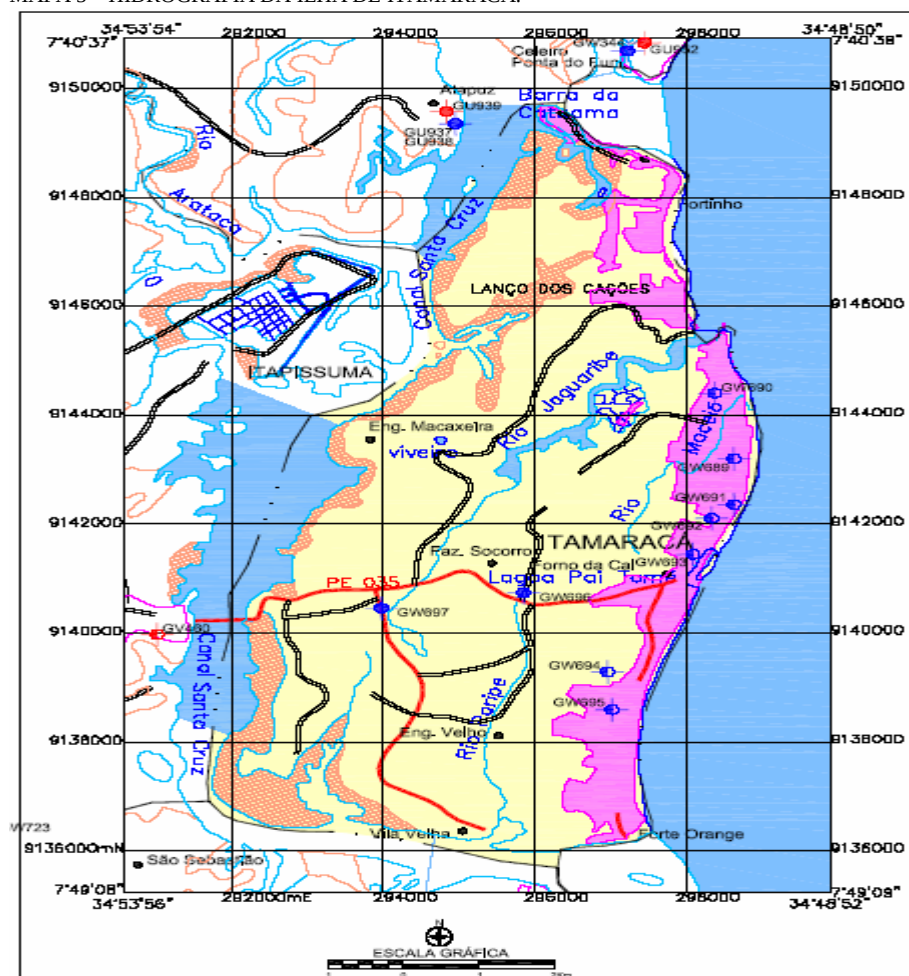


Fonte: Dissertação de Mestrado, Arqueologia de uma Fortificação: O Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco (BARTHEL, 2007)

1.3 Hidrografia

O Município da Ilha de Itamaracá encontra-se inserido nos domínios do Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos. Os principais tributários são os rios Paripe e Jaguaribe. O principal corpo de acumulação é a lagoa Palomé. Por tratar-se de uma ilha, o município é banhado em todo o seu entorno pelo Oceano Atlântico. O padrão de drenagem é dendrítico e os cursos de água têm extensão reduzida de fluxo perene³.

MAPA 5 – HIDROGRAFIA DA ILHA DE ITAMARACÁ.



Fonte: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paranaguaparnaiba/paranaguaparnaiba/IDIT074.pdf>

³ Dados retirados do Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Águas Subterrâneas – Diagnóstico do Município da Ilha de Itamaracá Estado de Pernambuco, disponíveis em www.cprm.gov.br/rehis/atlas/pernambuco/relatorios

Com relação a parte hidrográfica situadas na Ilha de Itamaracá, encontramos dois Rios, o Jaguaribe que deságua no Oceano Atlântico e o Paripe que deságua no canal de Santa Cruz.

O rio Paripe tem sua foz próxima à Barra Sul, sendo que seu estuário está situado nos limites de Vila Velha. O rio está inserido dentro da latitude 7° 48' 38" e da longitude 34° 51' 27". Apresenta 4 km de extensão e seu estuário possui cerca de 1,6 km de comprimento, com largura máxima de 0,5 km (EL-DEIR, 1998).

O rio Jaguaribe, ele nasce na porção centro-sul da Ilha de Itamaracá, na Mata do Amparo (Reserva Ecológica) e segue em direção noroeste até as proximidades da PE-035, onde alcança a falha geológica que segmenta a ilha no sentido nordeste-sudoeste. O rio vai desaguar na praia do Sossego, na qual deságua, depois de percorrer uma extensão total de cerca de 10 km ⁴.

Ainda sobre o rio Jaguaribe, ele está localizado na porção norte da Ilha de Itamaracá, entre a latitude sul 7° 45' 32" e longitude oeste 34° 50' 14" a 34° 51' 05". A sua bacia hidrográfica ocupa cerca de 18 km² do território municipal. Deságua em uma área denominada Pontal de Jaguaribe⁵.

O canal de Santa Cruz, ele é um estuário que ocupa uma área de 877 km², com uma extensão de 22 km e largura máxima de 1,5 km. Sua profundidade varia entre 4 a 5 metros, aproximadamente, com maiores profundidades na parte norte. A penetração de água oceânica se dá ao Norte pela Barra de Catuama e ao Sul pela Barra Sul, onde se encontra a Coroa do Avião. Desemborça no Canal um conjunto de rios e riachos, sendo os principais rios: Catuama, Carrapicho, Arataca, Botafogo, Congo e Igarassu. Entretanto, destacam-se as bacias do rio Botafogo e do Rio Igarassu (SILVA, 2004).

1.4 Clima

Sua posição geográfica lhe imprime um clima tropical típico, com altas temperaturas e umidade constante que segundo a classificação de Köppen, é do tipo As': clima quente e úmido (com temperaturas superiores a 18° C), estação seca no verão e chuvas de inverno antecipados para o outono (SILVA, 2004).

⁴ Dados retirados do Diagnóstico Socioambiental – litoral norte – O Meio Físico da Área. Disponíveis em www.cprh.pe.gov.br/downloads/24Recursos_Hídricos_Superficiais

⁵ Dados disponíveis em www.passavante.pro.br/paper

A umidade relativa do ar gira em torno de 95%, com temperatura média do mês mais frio oscilando entre 24 e 26 graus C. A média do mês mais quente, Fevereiro, é de 27 graus C., sendo sua amplitude térmica anual relativamente fraca. As chuvas ocorrem entre os meses de Janeiro a Setembro, com índice pluviométrico anual de 1.250 a 2.300 mm (BARTHEL, 2007).

1.5 Vegetação

Com relação à vegetação da Ilha de Itamaracá podemos afirmar que ela é basicamente formada por Florestas Perenifólia de Restinga sendo composta por Mata, capoeira, capoeirinha, vegetação arbustiva, coqueiral e manguezal⁶.

Uma outra informação que pode ser adicionada as características da vegetação local é que ela consiste em três tipos: vestígios da Floresta Atlântica, campos de plantação (de cana de açúcar e de coco), e o mangue que é representado pelas espécies *Rizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Avicennia tomentosa*, *Avicennia nítida* e *Conocarpus erectus* (MEDEIROS & KJERFVE apud SILVA, 2004).

A Ilha de Itamaracá está localizada na região da Zona da Mata, existindo reservas de Mata Atlântica que estão protegidas pela Lei nº 9.989 de Janeiro de 1987. As áreas protegidas pela legislação são as seguintes: Lance dos Canções, Santa Cruz, Jaguaribe, Engenho Macaxeira, Engenho São João e Engenho Amparo (BARTHEL, 2007).

FOTO 1 – VEGETAÇÃO DE ITAMARACÁ.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 2 – MANGUE DE ITAMARACÁ.



Fonte: SOARES, André. Agosto de 2008.

⁶ Relatório da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, disponíveis em www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem

2. APLICAÇÕES RENASCENTISTAS NA ARQUITETURA

2.1 A Influência do Renascimento nas Cidades Européias.

A partir do século XV, passa a ser configurada na Europa uma mudança da natureza do trabalho artístico e suas relações com outras atividades humanas. Esta nova tendência foi batizada de Renascença. Os motivos históricos ligados ao início desta fase, estão diretamente relacionados, às transformações econômicas, políticas e culturais que estavam acontecendo no velho mundo, principalmente no continente europeu.

Para uma melhor compreensão da Renascença, faz-se necessário reportar-se ao período medieval, que pode ser dividido em dois períodos (fases), o primeiro a Alta Idade Média que vai do século V até o X, e o segundo conhecido com Baixa Idade Média que vai do século XI ao XV.

A Alta Idade Média teve sua origem no século V, com a decadência e a destruição do império romano do ocidente. Devido a este esfacelamento, nobres romanos começaram a se afastar das cidades formando feudos. Os camponeses trabalhavam nestas propriedades e em troca recebiam o direito a um pedaço de terra, tendo como obrigação destinar uma parte da produção para os senhores.

A relação social entre senhores e servos, suseranos e vassalos característica da Idade Média, foi batizado de feudalismo. Neste sentido, entende-se como feudalismo um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores – subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com o que viver (LE GOFF, 1984).

Neste sentido, verificamos que uma das bases desta dominação estava no sentido de proteção. O servo deveria ter a assistência política, representada pelas relações de dependência assim como o amparo físico verificados nos sistemas de defesa militar.

Desta maneira, as cidades medievais eram cercadas por muralhas de pedras com torres fortificadas e tinham freqüentemente um fosso com água. Estes meios de defesa eram indispensáveis para defender os cidadãos da permanente ameaça de uma agressão armada, entretanto à medida que a cidade crescia, tornava-se necessário uma nova muralha. Nas cidades medievais mais antigas verifica-se no interior da muralha, que a cidade formava um

labirinto de ruas e ruelas estreitas e tortuosas não havendo preocupação com a higiene (ABRAMSON & KOLESNITSKI, 1976).

Nesta fase, compreendido entre a Alta Idade Média e o princípio da Baixa Idade Média (meados do século XIV), verificamos a falta de um rigor construtivo não existindo preocupação com o formato das cidades:

Os construtores medievais não tinham amor a priori pela simetria como tal, era mais simples acompanhar os contornos da natureza que tentar rebaixá-los ou até mesmo elevá-los (MUNFORD, 1961: 63)

Uma reconfiguração deste modelo pode ser verificada na segunda fase do período medieval (Baixa Idade Média). Esta transformação teve como um dos principais pilares o aprimoramento das atividades comerciais que deram início às modificações das relações sociais na Europa Medieval.

O comércio deu um novo vigor à economia européia, alterando profundamente toda a sociedade, seja na cidade, onde era desenvolvida a maioria das atividades mercantis, seja no campo, que passou a produzir um excedente agrícola. A economia monetária, tornou-se então dominante, dando fim a uma época em que parte das transações eram realizadas pela troca de produtos diferentes (PAIS, 1992).

Com o aprimoramento desta atividade passou a existir uma nova classe responsável somente por estas transações, a burguesia. Esta por sua vez passou a financiar cada vez mais o artesanato. Neste sentido o comércio passou a influenciar o desenvolvimento do artesanato (ABRAMSON & KOLESNITSKI, 1976).

A sede destas atividades comerciais foram as cidades que como consequência deste desenvolvimento passaram a crescer demograficamente. Nesta fase, a cidade, tal como é encontrada na história, passa a ser o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade, é a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais (MUNFORD, 1961: 13).

Desta maneira, o desenvolvimento urbano modificou a história da Europa Medieval, alterando as idéias e os costumes, favorecendo maior liberdade e tolerância, tornando as cidades centro de discussão de novas teorias e conhecimento e modificando o direito, que teve de se adaptar aos novos tempos (PAIS, 1992).

O crescimento geográfico das cidades fomentou um desenvolvimento cultural principalmente pelo nascimento da burguesia. Sendo a produção mercantil incompatível com

um analfabetismo quase total, os habitantes das cidades começaram a aprender a ler e a escrever. Neste sentido houve a necessidade de fundar escolas que foram posteriormente transformadas em universidades (ABRAMSON & KOLESNITSKI, 1976).

Porém estas necessidades podem estar relacionadas não somente a um apelo econômico, pois neste período, o desenvolvimento cultural, era mais necessário que a construção econômica. A cultura passa a ter um papel preponderante para o desenvolvimento das cidades (MUNFORD, 1961).

O incremento das universidades permitiu o aparecimento da escolástica, método em que se baseava na penetração minuciosa e numa confrontação de todos os argumentos possíveis (prós e contra) de qualquer tese e no seu desenvolvimento lógico pela sistematização das verdades reveladas. Estas aplicações fizeram com que as universidades fossem o centro de difusão do ensino da filosofia, fato que marcou a Baixa Idade Média (ABRAMSON & KOLESNITSKI, 1976).

O desenvolvimento intelectual da Europa Medieval estava relacionado com o crescimento econômico da burguesia, que por sua vez, influenciava não somente na intelectualidade assim como no progresso técnico e artístico. Este por sua vez, tinha como palco a cidade onde os mais diversos grupos se reuniam de acordo com suas afinidades e os seus interesses (SOUZA, 2003).

Filósofos, eruditos, arquitetos e escritores consideravam que viviam numa época de renascimento da cultura antiga. Mergulhando avidamente na herança antiga, os homens do progresso criaram entre os séculos XIV e XVI uma cultura nova, qualitativamente distinta dos tempos passados. Este movimento, foi batizado de Período Renascentista⁷ (ABRAMSON & KOLESNITSKI, 1976).

O renascimento se dava com o movimento profundo e não superficial da sociedade, com a expansão das relações mercantis e com o aperfeiçoamento das técnicas produtivas, conquista do espaço territorial transformando-o em espaço econômico. Quem alimentava este mecanismo era a prosperidade mercantil e conseqüentemente a burguesia (SEVCENKO, 1994).

⁷ O orgulho mito do renascimento, da luz que afugenta as trevas, do antigo que regressa, carregado de força polêmica, não nos remete somente para o material e sim para o conteúdo como um todo, sublinha um espírito novo, uma forma nova, uma nova maneira de olhar as coisas, a consciência desperta deste novo nascimento do homem para si mesmo (Sarin, 1989).

Na verdade é o renascimento, ao mesmo tempo, a conseqüência de uma renovação cultural e a resultante da elevação do nível econômico, que se seguiu ao esfacelamento do poder feudal ao acréscimo do poder central, dando lugar ao aparecimento do germe da classe média, e a uma nova aristocracia de raízes burguesas, baseada na posse de bens moveis. A elevação do nível econômico foi devido ao desenvolvimento técnico, que permitiu a renovação do artesanato e a criação de novos instrumentos adequados (Franco, 1978).

O berço da renascença foi à Itália. Os motivos que levaram os italianos a serem os pioneiros são diversos, entretanto o principal está diretamente ligado à burguesia. As cidades italianas tinham como característica o seu grande desenvolvimento comercial, principalmente no comércio das especiarias do oriente.

Somado a este fator, verifica-se que o progresso das artes e da arquitetura italiana, foram favorecidas pela circunstância de existir uma camada importante de personagens⁸ empreendedores, negociantes ou banqueiros cujo seu amor pela arte faziam com que fossem mecenas amadores de arte e de bom grado mecenas: as cidades italianas tinham reunido as condições materiais que permitiram a uma gama de pintores, de escultores e de arquitetos fazer valer o seu talento. O palco mais prodigioso para este desenvolvimento foi a cidade de Florença (SEVCENKO, 1994).

A partir de Florença, o renascimento passou a ser exportado para toda a Europa, influenciando os europeus e modificando a sociedade direta e indiretamente. A burguesia européia passou a exportar todo o conteúdo do renascimento e como consequência, países como Portugal, França, Espanha, Inglaterra e Alemanha, adaptaram-se a este novo mecanismo e incorporaram a renascença à sua maneira, dando a estas características locais.

Neste sentido, verificamos no período renascentista a criação de um novo estilo arquitetônico e de uma arte figurativa próprios dos artistas do período, exigiu da geometria contribuição substancial, que aparece na criação do desenho projetivo. O ponto de partida para os arquitetos do renascimento foi a redescoberta e a divulgação da obra, Dez Livros de Arquitetura de Vitrúvio (FRANCO, 1978).

Podemos destacar como um dos principais eventos desta fase renascentista, a divulgação dos tratados relacionados a aplicação da arquitetura clássica. Neste sentido o principal elo de ligação entre Vitrúvio e os arquitetos deste período medieval é o arquiteto Alberti, tido como primeiro legislador daquele classicismo que levava à volta do antigo. O tratado de Alberti sobre arquitetura é, antes de tudo, um tratado de urbanismo:

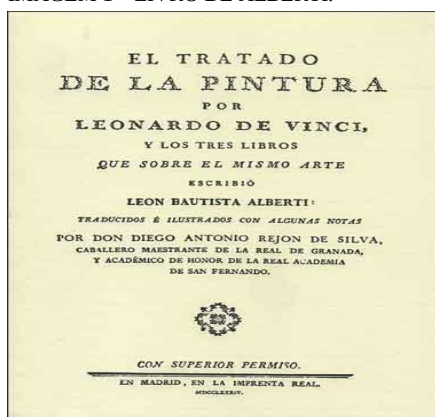
Para Vitrúvio, a arquitetura enquadra-se no âmbito mais amplo das técnicas de construção, é propriamente a arte da construção, o construir com arte, o monumento estético, de uma construção civil e militar que, tendo já uma técnica própria. Para Alberti a arquitetura enquadra-se no âmbito mais vasto

⁸ A família Médici, que era relacionada ao comércio de Florença, é considerada como financiadora e precursora do estilo renascentista. Os Médicis honravam os filósofos e os recebiam em seus círculos mais íntimos, assim como honravam os poetas e escreviam poesias, do mesmo modo, consideravam os artistas sob um ângulo totalmente diferente do registrado durante a Idade Média (Peusner, 2002).

da cidade é a interpretação, a comunicação de formas visíveis do seu significado. A proposta de Alberti era fundar uma nova ciência precisamente a ciência da formação das cidades (ARGAN, 1998: 107).

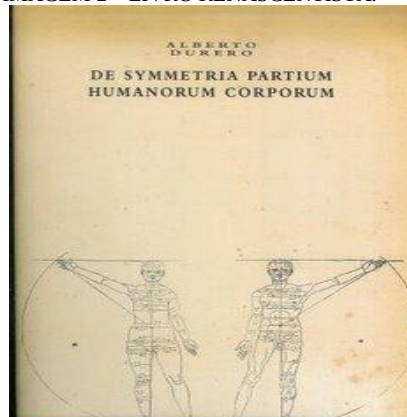
Depois de Alberti passou a existir uma nova geração de artistas que trabalharam no início do século XV – Ghiberti, Donatelo, Paolo Uccello, Masaccio – todos eles levam a termo as obras das gerações anteriores, porém sua contribuição adquire um novo valor, autônomo e universal, é uma proposta válida para todos, e que de fato será adotada, nos próximos 100 anos, em todo o mundo civil, como alternativa para a tradição medieval (BENEVOLO, 2001).

IMAGEM 1 – LIVRO DE ALBERTI.



Fonte: www.vitruvius.com.br

IMAGEM 2 – LIVRO RENASCENTISTA.



Fonte: www.vitruvius.com.br

As modificações da arquitetura provenientes do renascimento, provocaram alterações nas técnicas construtivas e no formato das novas cidades européias⁹. Segundo Benevolo (2001) boa parte das novas cidades, medievais européias, que foram sendo construídas ao longo do século XIV e XV, procuraram o equilíbrio entre os espaços públicos e privados sendo este equilíbrio calculado antes da construção urbana¹⁰.

Neste sentido, o espaço não é mais entendido como o lugar da figura e do objeto, um vazio ocupado por um corpo sólido, e sim como uma dimensão de uma ação histórica, que na

⁹ Na prática, os príncipes da renascença e seus arquitetos atuam nas novas cidades assim como nas cidades medievais já formadas, modificando-as parcialmente, completando os progressos inacabados do século XIV (Benevolo, 2001).

¹⁰ A idéia de planta calculada irradia para o urbanismo. O círculo vai determinar as cidades de planta radial, e polígono dos mais diversos. Cidades fortificadas propícias ao uso da artilharia e que serão imitadas por toda Europa (Franco, 1978)

sua dinâmica revela simultaneamente as causas e os efeitos, as decisões e os atos (ARGAN, 1998).

A cidade passa a ser vista não mais apenas como portfólio econômico, sendo ela antes de mais nada, um resultado social, tendo como característica a sua complexidade social de propósitos (MUNFORD, 1961). Um novo paradigma passa a ser configurado. A cidade deve ser vista de forma ideal ou de forma real?

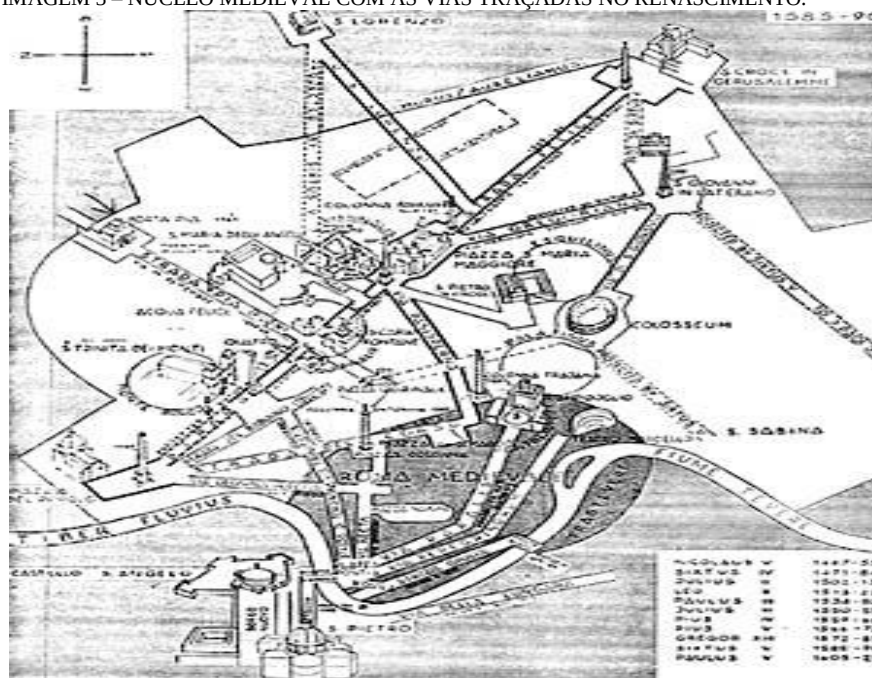
Na composição destas duas concepções destacamos entre os renascentistas, Antonio Filarete que foi um dos primeiros a aplicar a idéia de arquitetura renascentista a construção de uma cidade ideal¹¹, trata-se de Sforzinda. É a primeira cidade inteiramente simétrica a ser planejada na história do ocidente, um octógono regular com ruas radiais, com um palácio e uma catedral situadas na praça central. Verifica-se assim uma obsessão pelo centro, própria deste que foi o primeiro século a se libertar das amarras da autoridade medieval (PEVSNER, 2002).

Desta maneira a cidade passa a ser vista como uma construção tendo como seu ponto de partida a construtabilidade. Antes de considerarmos o formato citadino através de sua característica estética, é preciso considerá-la em relação às técnicas que a tornam não apenas concebível, mas projetada assim como a análise dos procedimentos técnicos do projeto (ARGAN, 1998).

A partir desta construção, as novas cidades construídas sobre a influência da renascença passaram a seguir estas orientações. As cidades passam a seguir um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados onde no centro citadino, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruça os edifícios mais importantes que são a igreja, o paço e a casa dos mercadores e dos colonos mais ricos. Estas regras derivam seja da tradição medieval (as novas cidades fundadas no século XIII e na primeira metade do século XIV), seja da cultura renascentista: dos textos dos tratados de Vitrúvio e Alberti, e do espírito de regularidade geométrica, que agora se tornou um hábito comum e uma exigência primária na técnica construtiva (BENEVOLO, 2001).

¹¹ A cidade ideal passa a ser vista e concebida como uma única obra de arte feita geralmente por um único artista (Argan, 2005).

IMAGEM 3 – NÚCLEO MEDIEVAL COM AS VIAS TRAÇADAS NO RENASCIMENTO.



Fonte: www.vitruvius.com.br

Esta regularidade foi evidenciada por Munford (1961), onde para o autor, as linhas divisórias e os contornos assim como a fixação dos planos horizontais e as culminâncias verticais poderiam representar a negação do sítio natural.

Uma outra regra verificada nas construções citadinas deste período é a construção de muros para a defesa do mundo exterior. Estes muros tem quase sempre o traçado irregular e arredondado (BENEVOLO, 2001)¹².

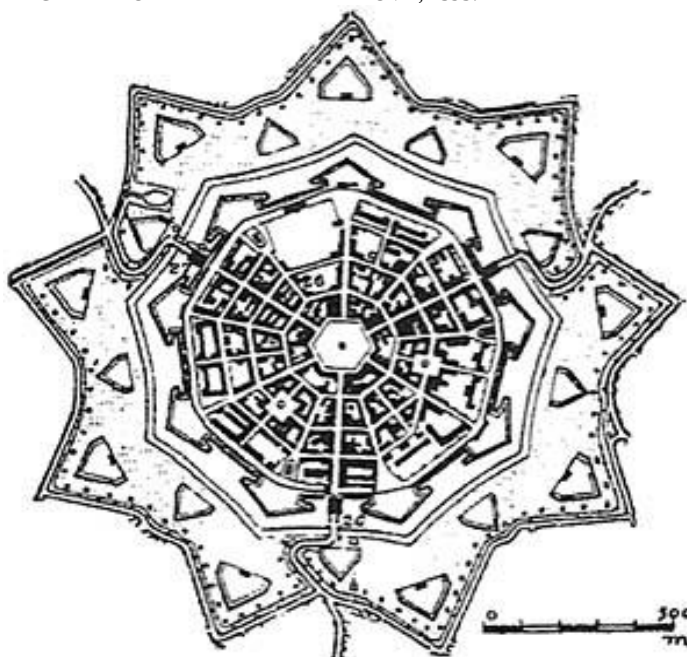
Estes muros deixam de ser simplesmente de tijolo, sendo substituídos por um novo sistema de defesa, que demandava um grande conhecimento de engenharia:

O tratado diretamente relacionado as fortificações foi o Tratado de Durer, sobre fortificações urbanas. Neste verifica-se a transposição da importância da construção da arquitetura para a engenharia, do planejamento estético para os cálculos materiais de peso, número e composição (MUNFORD, 1961: 136).

¹² Sobre as construções de muros Patrick Geddes justifica o apelo a estas construções pelas guerras inconstantes. Nesta perspectiva existe a necessidade de um novo tipo de planejamento urbano onde as cidades européias tornaram-se uma colossal fortaleza ou melhor um grupo fortificado (Geddes, 1994).

De uma maneira geral, o período renascentista teve como característica ser um divisor de águas da sociedade europeia. A partir dele, uma nova concepção cultural, artística e social passou a ganhar força na Europa Medieval, tendo como seu principal ator o burguês, sendo apreciador e financiador do renascimento. Neste sentido, concomitantemente com o crescimento da burguesia os ideais renascentistas ganhavam espaço dentro dos países. Para o desenvolvimento destes, cada país deveria ter condições propícias para o nascimento e seu desenvolvimento, foi o caso português.

IMAGEM 4 - FORTALEZA DE PALMANOVA, 1593.



Fonte: Rykwert, Joseph, A Sedução do Lugar, Martin Fontes, 2004

2.2 Prelúdio para o Renascimento Português.

Para uma melhor formatação da pesquisa, faz-se necessário destacar que não utilizaremos como ponto de partida a formação da monarquia portuguesa, iniciada por D. Afonso Henriques em 1128. Neste sentido, analisaremos Portugal a partir da Dinastia de D. João I que teve início em 1383.

O segundo momento da monarquia portuguesa é marcado a partir da Dinastia de Avis, iniciada pelo mestre da Ordem de Avis, D. João que em 1385 vence os Castelhanos na batalha

de Aljubarrota¹³ ou A Padeira¹⁴, inaugurando assim esta dinastia (AMADO & FIGUEIREDO, 1994: 8).

Desta maneira o território português estava compreendido entre o mar e a Espanha. Mesmo com esta característica, verificamos que os problemas de Portugal não estavam limitados somente à geografia, desta maneira outras temáticas dificultavam a vida dos lusitanos, entre elas a questão política (nobreza X burguesia) e econômica (estrutura agrária e comércio).

Com relação à primeira (a questão política) existia dentro da sociedade portuguesa dois grupos econômicos, a nobreza responsável pela manutenção do regime feudal e a burguesia que estava ligada à parte comercial. Com objetivos diferentes, na maior parte dos casos, burgueses e nobre, cada um a sua maneira, disputavam a influência sobre o rei.

Como já vimos anteriormente o renascimento não era unicamente uma nova forma arquitetônica. Sua abordagem era muito mais ampla, gerando uma nova concepção de mundo e conseqüentemente, uma nova mentalidade.

O renascimento em Portugal, assim como em outros países da Europa, teve como aporte a ascensão da influência burguesa sobre esta nova dinastia. A luta entre nobres e burgueses não representava uma batalha entre a cultura e a incultura, mas entre duas culturas as quais tinham como meta a dominação de uma sobre a outra (ARGON, 1998).

A afirmação acima, nos remete as condições para o aparecimento do renascimento em Portugal, o que de fato aconteceu. De uma maneira geral, a historiografia traça no caso lusitano a alternância, entre nobres e burgueses, da influência sobre os monarcas portugueses.

Tal fato não representa a diminuição da influência renascentista sobre Portugal, pois o alcance do renascimento não ficou recluso somente a burguesia, alcançando, nem sempre com a mesma intensidade, todos os segmentos da sociedade da Europa Medieval. Como exemplo, verifica-se na família real portuguesa, aspectos desta nova influência, como nas atividades de D. Henrique, ligadas às grandes navegações.

Como já foi dito, a burguesia soube se aproveitar da renascença para o seu desenvolvimento, entretanto, não podemos omitir a importância do burgueses para o

¹³ Segundo o historiador português José Hermano Saraiva os motivos que originaram tal batalha deve-se ao fato da morte de D. Fernando em 1383 que deixa como herdeira do trono D. Beatriz que tinha se casado com o rei de Castela a consequência disto era a provável unificação de Portugal ao Castelhana o que provocou revolta por uma parte dos Portugueses gerando este conflito (Saraiva, 2001)

¹⁴ A batalha de Aljubarrota ficou conhecida popularmente como a Padeira, existindo duas hipóteses a primeira diz respeito às armas utilizadas pelos lusos, entre elas ferramentas agrícolas como a pá. A segunda diz respeito da um grupo de castelhanos que fugiram para uma padaria, lá dentro a única senhora do estabelecimento teria dado cabo a situação usando apenas uma pá (Sanada & Sanada, 1999).

renascimento. Este foi possível graças ao financiamento econômico promovido pela burguesia. Diversos intelectuais da época tinham como seu patrocinador o burguês que passou a ser chamado de mecenas.

A relação entre a burguesia e o renascimento gerou uma mútua dependência, ambos a sua maneira, precisaram um do outro para se desenvolver. No caso português o comércio era o principal suporte econômico e como já foi visto, era necessário para a manutenção desta atividade o desenvolvimento do sistema de navegações.

Em Portugal, nobre e burguês foram influenciados pelo renascimento, entretanto, este último soube se aproveitar melhor, pois com a renascença a burguesia passou a ser vista de uma maneira diferente, uns mais e outros menos, passaram a perceber a importância deste novo segmento que uma vez aceito, passou a ter um papel preponderante, e as vezes até decisivo, no desenrolar da história mundial.

Outro elemento plausível de se verificar a influência renascentista em Portugal deve-se a construção de escolas e universidades. Foram fundados colégios com nível universitário, assim como colégios menores que ensinavam estudos secundários como melhor preparação para a universidade (MARQUES, 1996).

O renascimento lusitano não fica somente a cargo da construção da nova mentalidade, o espírito da renascença influenciou as novas cidades portuguesas tanto na magnificência e na concepção geral dos edifícios como no planejamento de novos bairros, com ruas mais largas e mais compridas, orientada segundo plano em xadrez (MARQUES, 1996).

É possível verificar uma relação direta entre o período renascentista e o desenvolvimento comercial - através da burguesia. No caso português o aporte econômico esteve relacionado as grandes navegações, gerando como consequência no renascimento lusitano, a possibilidade de influenciar e ser influenciado pelo desenvolvimento náutico (SEVCENKO, 1994).

As grandes navegações estavam relacionadas a atividade comercial, esta por sua vez, não estava limitada somente aos gêneros de primeira necessidade, existindo assim uma grande variedade de produtos que movimentavam os mercados portugueses e consequentemente movimentava a economia do país. Da África vinha o ouro, o marfim, a pimenta e os escravos. A Ásia produzia metais preciosos, sedas, tecidos finos, artesanatos de luxo, especiarias (pimenta, cravo, gengibre, noz-moscada, canela açafrão entre outros) e porcelanas (AMADO & FIGUEIREDO 1994).

A comercialização das especiarias dentro da economia portuguesa era de fundamental importância. Entretanto no início da dinastia de Avis, culminou com a invasão dos turcos na Europa, processo este iniciado no século XIII que teve como consequência o bloqueio das rotas terrestres para a Ásia.

A consequência deste fato fez com que os portugueses procurassem uma nova rota que deveria ser instaurada, servindo como uma verdadeira ponte entre os produtos da Ásia (com maior intensidade) e África para os mercados da Europa. Com as rotas terrestres bloqueadas pelos muçulmanos a saída encontrada pelos lusos foi às rotas marítimas¹⁵.

A historiografia situa como o ponto de partida para as grandes navegações comerciais portuguesas¹⁶ a conquista de Ceuta em 1415. Existem razões para acreditar que começou anteriormente, mas foi na realidade depois daquela data que as atividades marítimas passaram a assumir um papel importante na história de Portugal (SARAIVA, 2001: 133).

Durante um longo período a historiografia creditava ao sucesso da navegação portuguesa o desenvolvimento de um local destinado à aprendizagem da arte de navegar pelos mares e oceanos, intitulava-se Escola de Sagres tendo como mentor e financiador o infante D. Henrique.

Sobre D. Henrique destaca-se a sua relação com as navegações. Destaca-se, por exemplo, que sua primeira missão para a conquista de Ceuta foi a de liderar a construção de navios. Depois da conquista o infante teve contato com homens de outras partes da África, ouvindo suas histórias, algumas delas tratavam-se sobre o império Mali, que se tornaria um dos maiores objetivos para a conquista da região equatorial africana na qual constava a promessa de grande quantidade de ouro, e aprendendo seus caminhos por terra e mar (SANADA & SANADA, 1999).

Com relação a Sagres, D. Henrique começou a reformar uma construção velha, um arsenal naval e o primeiro observatório astronômico de Portugal. O infante passou os próximos anos de sua vida entre Sagres e a Vila de Lagos, onde os navios eram construídos e as tripulações eram treinadas. Foram trazidos para região os instrumentos e cartas tomadas dos orientais pela Ordem dos Cavaleiros Templários, estes obtiveram tais materiais devido a tantas cruzadas (SANADA & SANADA, 1999).

¹⁵ A vida econômica concentra-se no litoral e ao mesmo tempo a atividade governativa do Estado especializa-se na economia e na política militar ultramarina (Saraiva, 2001: 147).

¹⁶ Para Saraiva vários outros países Europeus tiveram grandes navegadores e realizaram viagens marítimas, mas em nenhum caso como Portugal onde a expansão marítima desempenhou o papel de atividade primacial da nação (Saraiva, 2001: 136).

Mesmo com tais argumentos, consta nas bibliografias mais recentes a não existência desta Escola¹⁷, porém dentre as conjecturas as documentações e os argumentos acima citados comprovam a importância do infante para as atividades náuticas.

Faz-se necessário destacar que debates acadêmicos relacionados com a existência ou não da escola de Sagres não faz parte dos objetivos deste trabalho, neste sentido, não entraremos nesta discussão. Entretanto, tendo como um dos aportes históricos deste trabalho o início do renascimento português achamos por bem expor algumas informações a respeito do começo das atividades náuticas de Portugal.

Este argumento está respaldado pela relação direta entre o renascimento, com suas novas concepções e a conseqüente mudança na mentalidade do europeu, e o início das atividades náuticas em Portugal.

Tendo iniciado as atividades náuticas, Portugal deu início ao processo de expansão ultramarina, que resultou na descoberta de duas novas rotas importantíssimas para a história lusitana. A primeira descoberta foi uma nova rota para a Índia. Este feito foi atribuído ao navegador Vasco da Gama, no ano de 1498.

Com relação a descoberta da segunda rota faz-se necessário destacar que no ano de 1492 o navegador Cristóvão Colombo chegou pela primeira vez na América atestando a existência de um território desconhecido, pelo menos para a maioria dos europeus. Sendo Portugal um dos percussores das grandes navegações ultramarinas contestou o direito sobre estas terras.

A consequência desta contestação foi o Tratado de Tordesilhas, no ano de 1494, que dividia as terras americanas entre Portugal e Espanha, a parte oriental ficava com os portugueses e a ocidental com os espanhóis.

Tendo conquistado o direito de posse nas terras americanas, partiram os portugueses, no ano de 1500, para o descobrimento de sua segunda rota que era a América do Sul.

Com estas novas rotas os portugueses conseguiram um importante desenvolvimento comercial que suscitou num crescimento econômico responsável pelas riquezas necessárias para o financiamento das ornamentações e das construções arquitetônicas possibilitando o desenvolvimento da arquitetura renascentista lusitana.

¹⁷ Diz-se que não havia professores ou alunos em Sagres, mas pesquisadores que compartilhavam as informações e conclusões para o bem comum (Sanada & Sanada, 1999).

2.3 O Renascimento em Portugal

Apesar de o renascimento europeu ser considerado um fenômeno geral, verificamos nas mais diversas bibliografias sobre o tema, a idéia de singularidade geográfica, ou seja, cada estado teve suas peculiaridades. Neste sentido, Portugal passou a desenvolver a arquitetura renascentista com base nas suas características próprias.

IMAGEM 5 – FORTE ELVAS, PORTUGAL.



Fonte: www.panoramio.com/photos/original

IMAGEM 6 – FORTE DE SANTA LUZIA, PORTUGAL.



Fonte: ficouescrito.blogs.sapo.pt/34349.html

Faz-se necessário destacar que não existe uma data específica para o início do renascimento lusitano, entretanto podemos destacar como um dos maiores contribuintes para a renascença portuguesa o escultor italiano André Sansovino (1460-1529). Este foi um dos mais altos expoentes da arte florentina e o maior dos mestres da arte tumularia do século XVI (BOLTSHAUSER, 1969).

Apesar de existir um destaque maior para o italiano André Sansovino, outros artistas trabalharam em terras portuguesas neste período:

Observa-se, a introdução dos elementos e das formas decorativas renascentistas em Portugal do século XVI, em virtude da atividade permanente de artistas franceses que se radicaram em Portugal (Nicolau Chanterre, João de Ruão etc), sem falarmos na influência mais efêmera do italiano André Sansovino, já em fins do século XV. Os espanhóis João e Diogo de Castilho e Diogo de Torralva, também radicados em Portugal, ali trabalharam até a segunda metade do século XVI, sendo de crer-se que eram freqüentes os chamamentos a mestres espanhóis menos famosos para dirigirem obras em cidades portuguesas. Genuinamente portuguesa, a família dos Arruda fornece, por sua vez, uma dinastia de mestre de obras, ao passo

que o pintor Francisco de Holanda é dos poucos que vai a Itália para uma viagem de estudo (BOLTESHAUSER, 1969: 2.697).

Com relação aos arquitetos portugueses, Bolteshauser (1969) aponta como primeira família portuguesa a exercer obras arquitetônicas em Portugal foi a Família Arruda, tendo como fundador João de Arruda, mestre de obras do mosteiro da Batalha durante o reinado de João II, no final do século XV. Seguiram-lhe dois irmãos, Diogo e Francisco, sendo o primeiro encarregado de trabalhos importantes¹⁸ a partir de 1510.

Ainda no século XVI, passa a existir o desaparecimento dos artistas sob cuja responsabilidade se havia implantado, de modo ainda tímido, o renascimento em Portugal, por meio de motivos decorativos aplicados sobre arcabouços medievais. Vamos encontrar, na segunda metade do século, novos arquitetos que passam a exhibir, criação artística francamente filiados ao estilo renascentista, a grande figura que domina a arquitetura portuguesa é a de um italiano, Filippo Terzi (BOLTESHAUSER, 1969).

É possível verificar o intercambio de diversos arquitetos europeus ao longo dos séculos XV e XVI. Neste sentido, identificamos de maneira geral italianos e franceses foram os maiores responsáveis pela irradiação da arquitetura renascentista.

Alguns autores destacam a influência francesa sobre o urbanismo português. Sobre este assunto destacamos a seguinte citação:

A imigração franca veio revelar-se de grande importância para o urbanismo português, pois trazia na bagagem diferentes experiências de povoamento que tinham como orientação básica a urbanização do território. Recorriam, por regra, a reforma e ao estabelecimento de novas cidades, muitas das quais com características defensivas, as *Bastides* (ROSSA, 1995: 248).

Com relação à exportação de arquitetos da Itália para a Europa, destacamos que esta foi uma tendência geral adotado por diversos reinos europeus. Neste sentido, Portugal não foi diferente. Sobre este assunto, destacamos o comentário referente à atividade do arquiteto italiano Filippo Terzi em terras portuguesas:

¹⁸ Entre as obras importantes assinadas por Diogo Arruda destaca-se o Convento de Tomar em Évora, o Castelo de Portel em Évora, a inspeção do convento de Santa Cruz em Coimbra assim como diversos trabalhos do reino (Bolteshauser, 1969).

A primeira interferência direta do renascimento italiano na arquitetura portuguesa ocorre com a chegada de Filippo Terzi, que radicou-se em Portugal no ano de 1576 ali falecendo em 1597. Introduziu Terzi de modo franco e definitivo as formas renascentistas em Portugal. Grangeando fama e prestígio, foi nomeado mestre de obras do reino em 1590 e parece ter sido o primeiro professor de arquitetura em Portugal numa espécie de curso oficial com apenas três vagas, preenchidas por indicação do próprio monarca português (BOLTESHAUSER, 1969: 207)

Nesta referência verificamos a importância, no reino português, de se investir na formação de arquitetos e engenheiros. Este argumento pode ser relacionado ao expansionismo lusitano e a conseqüente necessidade de ocupação dos territórios conquistados ao longo do século XVI.

Neste sentido, faz-se necessário destacar mais uma vez, a importância, para o renascimento português, do desenvolvimento das grandes navegações lusitanas. Este argumento pode ser verificado de acordo com a questão temporal, pois o século XVI é apontado como o período de maior desenvolvimento da arquitetura renascentista portuguesa e das atividades comerciais ultramarinas demonstrando um paralelo entre ambas.

Outro argumento que permite a relação entre as grandes navegações e a arquitetura renascentista deve-se ao fato da transposição deste modelo construtivo europeu para o novo mundo.

De uma maneira geral, as primeiras vilas e cidades, nas colônias americanas, receberam a influência da arquitetura renascentista, entretanto, verificamos que em muitos casos passou a existir uma adaptação destes modelos construtivos de acordo com as características geográficas de cada território.

Faz-se necessário destacar que mesmo o modelo de Walter Rossa, acima destacado, não invalida a aplicação da idéia destacada por outros autores. Esta fator esta condicionado aos elementos peculiares de cada reino no momento em que eles aplicavam os aspectos urbanísticos do renascimento.

Estes argumentos podem ser verificados no caso brasileiro, pois existe ao longo deste território uma enorme variedade de matérias primas que ocasionaram singularidades dentro do processo construtivo das vilas e cidades no Brasil do século XVI e XVII, é o que veremos a seguir.

3. FORMAÇÃO URBANÍSTICO DE VILA VELHA

Para uma melhor aplicação desta temática, faz-se necessário reportarmos aos elementos substanciais que fomentaram a existência do modelo arquitetônico renascentista, que foi aplicado no Brasil, principalmente nos dois primeiros séculos de ocupação.

3.1 Aspectos Históricos: Prelúdio para a Construção da Capitania de Itamaracá

No dia 9 de março de 1500, partiu de Portugal uma grande expedição, levando consigo 13 navios, os melhores cosmógrafos e pilotos da época, entre os quais citamos Bartolomeu Dias, Duarte Pacheco e Nicolau Coelho, tendo suprimentos necessário para agüentar uma ausência de 18 meses. Esta expedição estava sob o comando de Pedro Álvares Cabral tendo como objetivo principal alcançar as Índias, entretanto as novas terras encontradas pelos espanhóis e garantida a parte portuguesa através do Tratado de Tordesilhas deveriam ser alcançadas por esta expedição (PRESTAGE, 1940).

A segunda expedição organizada por Portugal com finalidade exclusiva¹⁹ de reconhecimento das demais terras brasileiras foi realizada no mínimo um ano depois da frota cabralina ter chegado ao Brasil. Tal explicitação esta baseada nos questionamentos de vários escritores sobre a data e quem comandava tais embarcações.

No que consta sobre o ano de 1501, existe referência que foi neste ano a primeira expedição comandada por Fernão de Loronha (Prado, 1939). Esta mesma expedição está referenciada por Holanda (1997) entretanto consta em sua obra a data de 1503 a qual corrobora para tal evidencia o consórcio dos negociantes portugueses que recebe o arrendamento da terra pelo prazo de três anos a terminar em 1505.

Para Abreu (1963), em 1503, veio de fato uma frota de seis embarcações, reduzidos logo a metade pelo naufrágio da capitanea, junto a ilha chamada depois de Fernando de Noronha, que neste momento ainda não fora batizada desta maneira. Para Prado (1939) este ano foi marcado pela expedição de Gonçalo Coelho embora faça referência de uma possível expedição anterior tendo no comando Estevam da Gama, que havia chegada na ilha Trindade antes de Alfonso de Albuquerque.

As informações certas sobre as navegações só aparecem depois da viagem da nau Bretoa pertencente a um consórcio entre Fernão de Loronha, Bartolomeu Marchione,

¹⁹ Existe uma referencia a uma frota que saiu de Portugal em março de 1501 sob o comando de João da Nova, entretanto esta estava dirigida as Índias e se tocou em algum ponto das costas brasileiras (Holanda, 1997).

Benedetto Morelli e Francisco Martins, partindo de Portugal em 1511 retornando do Brasil com pau-brasil e vários produtos da terra, trinta e seis escravos índios (PRADO, 1939: 47).

Verifica-se entre as bibliografias uma exatidão em relação a expedição da nau Bretoa, constando nos livros que eram financiados materiais para serem levados a Portugal. Ressaltamos que em todos os casos, os autores atestam a existência de documentação que comprova e valida tais argumentos. O mesmo não podemos atribuir a expedição de Cristóvão Jaques.

Filho (1984) refere-se à expedição de Cristóvão Jaques com data marcada em 1516, assinalando como principal objetivo o parâmetro militar, ajudando no combate dos corsários franceses. Prado (1939), faz alusão a possibilidade da primeira expedição do mesmo, nos seguintes anos 1512, 1514, 1516 e 1521.

Sobre os objetivos assim como a data da expedição de Cristóvão Jaques, Abreu (1963) situa a luta travada entre portugueses e franceses, que desta maneira (forma) o rei de Portugal resolveu agir a sua maneira organizando uma armada de guarda-costas no ano de 1527 comandada por Jaques, que já estivera antes na terra e deixara uma feitoria junto a Itamaracá, de volta de uma expedição ao Prata. Desde Pernambuco, a Bahia e talvez até o Rio de Janeiro, deu caça aos franceses, entretanto essas armadas eram apenas pequenos paliativos que somente povoando a terra cortar-se-ia o mal pela raiz (ABREU, 1963: 31).

Holanda (1997) descreve a expedição oficial de Cristóvão Jaques entre 1516-1519, que teve como resultado uma feitoria em Pernambuco, tendo como objetivo impedir a pirataria da madeira brasileira feita pelos franceses. Estes já conheciam as terras brasileiras desde 1503.

A partir de 1503 a primeira grande expedição francesa veio ao Brasil com objetivo de aqui fundar uma colônia francesa:

Entretanto estes não tinham recursos suficientes para criação de feitorias permanentes que pudessem assegurar a continuidade do comercio com os selvagens, pois estavam sob a ameaça dos portugueses que se consideravam donos da terra e mantinham constantes vigilâncias em sua defesa. Isto impunha dos (aos) franceses outro método de ligação com os habitantes da terra. Os navios deixavam os seus melhores interpretes, combinando com eles os sinais de chegada, assim como o corte e a estocagem de madeira em pontos protegidos (TAVARES, 1979: 37).

O mesmo autor descreve papéis de 1516 que ocorreu um alvará relativo a uma feitoria em Pernambuco, entretanto existem dúvidas a respeito se realmente chegou a ser construído executado neste mesmo ano:

Não tendo elementos para afirmar que Cristóvão Jaques ali esteve nesta data ou se já tinha deixado edificações, faz alusão ao francês Parmetier, que esteve em 1520 nas terras americanas do rei de Portugal, onde este afirma a existência da feitoria de Pernambuco sem mais alusões as demais povoações em toda costa leste (PRADO, 1939: 34).

Tavares (1979) faz alusão a Cristóvão Jaques sendo este escolhido em 1528, para dirigir uma missão contra os franceses, pois se tratando de um homem de guerra teria maior facilidade na luta contra os francos além de já conhecer o litoral brasileiro a dez anos, onde nesta experiência o mesmo criou em Pernambuco um fortim (TAVARES, 1979: 49).

Andrade refere-se a feitoria de Cristóvão Jaques como a primeira feitoria oficialmente instalada na então chamada Pernambuco:

Nome indígena que significa buraco no mar, estando situada nas margens do rio Igarassú, em torno de um forte de madeira, onde os portugueses desenvolviam a extração do pau-brasil, sendo esta implantada pelo mesmo. Uma ressalva foi feita pelo autor que afirma que a feitoria de Jaques era no continente entretanto existia uma outra na ilha remanescente da antiga feitoria francesa (ANDRADE, 1999: 54).

Para corroborar com tal afirmação faço a referência ao escritor Ângelo J. Filho que afirma:

Que no local onde foi erguido o forte francês, em Pernambuco, existia uma feitoria portuguesa. Sobre estas instalações francesas nos remeteremos a Tavares (1979) que nos traz a seguinte informação: Os franceses que haviam iniciado os seus desembarques nas costas de Santa Catarina, já haviam atuado em Pernambuco, onde chegaram a fundar uma feitoria, com guarnição e artilharia (TAVARES, 1979: 69).

A respeito deste assunto Andrade (1999) afirma o estabelecimento de um forte francês com o nome de Ascensão, onde seria posteriormente edificada a Vila Velha²¹, situada em uma colina com forte declive para a margem do canal sul. A presença francesa também foi constatada por Seabra (2003) situando a presença francesa no século XVI quando eles dominaram a ilha de Itamaracá²² e levantaram um fortim.

Um outro fato que corrobora com a implantação da feitoria francesa é atestado por Prado (1939) que descreve como sucessor de Cristóvão Jaques, Antônio Ribeiro, este que tentou salvaguardar a feitoria com as forças que dispunha. O mesmo se pode presumir de Diogo Dias, feitor dos Marcos²³ em Igarassú, quando os franceses assolaram a feitoria, nas vésperas da chegada de Martim Afonso de Sousa.

A expedição de Martim Afonso de Sousa partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530, onde nos fins de janeiro de 1531 apareceu no Cabo de Santo Agostinho, onde não tardou em ver navios franceses. Esta tinha finalidade militar²⁴ tendo como objetivo principal a expulsão dos corsários de outros países (principalmente os franceses) que assolavam o Brasil (PRADO, 1939).

Sobre os confrontos entre a esquadra chefiada por Martim Afonso e os franceses, existe dentro das bibliografias uma série de referências, onde verifica-se que a pirataria ocorria ao longo da costa brasileira. Os motivos sobre os quais se baseiam tal afirmação esta relacionado a divisão da tropa, sendo Martim Afonso responsável pelos ataques mais ao sul e seu irmão Pero Lopes mais ao norte.

Buarque de Holanda (1997) faz referência a armada de Martim Afonso da seguinte maneira:

Constava de 5 unidades, a saber: duas naus, um galeão e duas caravelas. O primeiro ponto atingido foi o Cabo de Santo Agostinho, na costa pernambucana, teve começo o ataque aos traficantes, com o apresamento

²¹ Na atualidade Vila Velha esta situada numa das partes de maior altitude da ilha, o local é considerado por muitos como morro. Devido a esta ocupação francesa, este morro é conhecido como morro dos franceses, o que atesta ainda mais tal ocupação.

²² A capitania era batizada em mapas antigos, primeiro com o nome Acensão, mudando de nome por causa do fortim, passando a se chamar Itamaracá, palavra em tupi que significa Sino de Pedra (Prado, 1939).

²³ Não podia por si só prevalecer a Feitoria de Pernambuco, precisava de um alto, onde se estabelecesse e desenvolvesse a população que ela tinha de formar, este alto foi Igarassú que fica a sudeste dos Marcos, a uma distância que é de 9 km, assim a povoação de Igarassú deve ter começado ao mesmo tempo que era constituída a feitoria de Pernambuco (dos Marcos). Com esta descrição verificamos que existia uma relação entre ambas localidades mas trata-se de lugares diferentes (Prado, 1939: 111).

²⁴ Sobre a afirmação desta expedição ser militar esta baseada na descrição da frota, não podendo ser vista como colonizadora, pois não viera casais e sim homens repletos de armas e apetrechos bélicos demonstrando assim uma finalidade muito mais atrelada as questões militares (Prado, 1939).

sucessivo de três naus francesas. Dali mandou o capitão as duas caravelas para o norte enquanto uma das apresadas era mandada para Lisboa sob o comando de João de Sousa, levando cartas ao rei. O resto da armada rumou para o sul e esteve sucessivamente na Baía de Todos os Santos, Rio de Janeiro e Rio da Prata (HOLANDA, 1997: 93).

Tavares situa que os primeiros grandes embates, entre os corsários franceses e os navios portugueses foi anterior a expedição de Martim Afonso. Neste sentido ele faz referência ao ataque sofrido pela nau *La Pelerine*:

Saindo de Marselha que arribou a Málaga, a procura de mantimentos, onde foi abordada por uma frota com 10 navios portugueses que os abasteceu, prontificando-se a combóia-los até Marselha. Era uma estratagem para atrair o capitão e o piloto do *La Pelerine*, prendendo-os a bordo o que permitiu a frota portuguesa aprisionar o navio francês levando-o para o reino (TAVARES, 1979: 69).

Com relação a este episódio da história brasileira Capistrano de Abreu refere-se da seguinte forma:

A muito que se acompanhava a pirataria francesa, Diogo de Gouveia, português residente na França verificava desde muito o movimento dos negócios naquele reino, sugerindo-o o povoamento do Brasil. Trataram agora de fundar uma feitoria, onde este fato fora conhecidos no Reino graças ao aprisionamento da nau *La Pelerine*, de Marselha, que procedendo de Pernambuco aonde deixara gente e artilharia, arribou a Málaga (ABREU, 1963)

Rumando para o norte, a expedição de Martim Afonso estava recém dividida, desta maneira ficou a cargo de Pero Lopes combater a feitoria francesa que estava localizada em Pernambuco.

Os navios e os tripulantes franceses apresados por Pero Lopes informaram-no que existiam mais navios carregados de madeira na ilha de Santo Aleixo onde para lá rumou, com as caravelas Rosa e Princesa. Depois deste sucesso chegaram os portugueses a capitania de Pernambuco onde verificaram que o fortim de Cristóvão Jaques havia sido saqueado por um

galeão francês e que nas proximidades existia uma fortificação francesa²⁵ (PRADO, 1939: 90).

No tocante a este embate, Abreu (1963) demonstra a infeliz situação da fortaleza galo-pernambucano, a qual Pero Lopes a bombardeou por 18 dias, obrigando-a a render-se. Com resultada parte da guarnição foi enforcada, outra transferida para o reino, passando longos meses no calabouço de Algarves.

A tomada deste forte por Pero Lopes de Sousa faz com que o próprio eleve uma outra fortificação na ilha de Itamaracá ou no porto de Pernambuco, ficando como responsável Vicente Martim Ferreira, Diogo Vás e alguns soldados. A mudança do comando desta foi decorrente da chegada de Paulo Nunes na caravela Espera, trazendo consigo um reforço para guarnição (PRADO, 1939).

Para Holanda (1997), esta expedição de Martim Afonso foi o divisor de águas para a mudança da estratégia da exploração de terras brasileiras, pois devido aos embates, D. João III formata o novo plano para o Brasil. Foi subdividido em capitanias hereditárias inaugurando assim uma fase bem definida na política adotada pela coroa portuguesa, representada pelo sistema já experimentado pelos lusos em suas possessões insulares no Atlântico.

3.2 A primeira fase de ocupação portuguesa em Vila Velha.

Na atualidade o distrito de Vila Velha está localizado na parte sul do município da Ilha de Itamaracá, a sete quilômetros da sede do município Pilar, faz parte dos núcleos históricos do litoral norte do Estado de Pernambuco.

Segundo Andrade (1999), a geografia da Ilha de Itamaracá esta relacionada com o Vale do Paraíba, delta anterior formada por ilhas muito férteis, tendo como foz o rio Goiana, sendo este escoadouro para o mar. Contem ainda dois rios o Capibaribe-Mirim e o Tracunhém. A parte sul da Ilha de Itamaracá é separada do continente por um canal que desemborca em rios menores, o Araripe, Tapirema e o Tejucupapo, tendo no extremo sul o canal de Santa Cruz que recebe o canal de Igarassú, também chamado de Timbó.

Do ponto de vista histórico a atual Vila Velha foi a principio chamada de Vila Nossa Senhora da Conceição. Este batismo está relacionado com a igreja matriz da Nossa Senhora da Conceição.

²⁵ A feitoria portuguesa foi destruída pelos corsários da *La Pelerine*, substituída por um forte comandado por Mr. De la Motte com setenta homens de armas (Prado, 1939).

A fundação da vila esta ligada a doação da capitania de Itamaracá feita por D. João III, rei de Portugal, a Pero Lopes de Sousa no dia 1 de setembro do ano de 1534 (ano em que as cartas de doação foram emitidas).

Pero Lopes recebeu 3 capitanias a de Sant Ana, Santo Amaro e Itamaracá, tendo esta última em seu limite sul a capitania de Pernambuco, mais precisamente a vila de Igarassú, e sua totalidade abrangiam 30 léguas indo até a baía da Traição (Abreu, 1963).

Devido às suas atribuições (relacionadas a segurança dos mares portugueses) Pero Lopes confiara a administração da ilha a Francisco Braga ou Manuel Braga²⁶ (Prado, 1939). Andrade (1999) faz referência a Manuel Braga como chefe da feitoria de Itamaracá no ano de 1526.

Almeida Prado afirma que Manuel ou Francisco Braga era um antigo morador da povoação situada em frente de Igarassú, e que após a atribuição de Pero Lopes trouxe consigo novos moradores para o novo estabelecimento (PRADO, 1939: 94).

A Agência pernambucana Codepe-Fidem²⁷ traça os perfis municipais do estado de Pernambuco. Dentre os assuntos tratados pelo órgão existe os aspectos históricos. No caso da Ilha de Itamaracá, existe uma referência histórica a uma missa celebrada, no ano de 1526, pelo padre Francisco Garcia na igreja de Nossa Senhora da Conceição que está localizada em Vila Velha.

Com relação a Santa Casa da Misericórdia, existe referências a outras datas. Seabra (2003) afirma o início das atividades no ano de 1575, atribuindo-a como a primeira Santa Casa do Brasil. Entretanto debates relacionados com o pioneirismo das edificações não representam um dos focos desta pesquisa.

Barthel (2007) afirma a existência de uma população de portugueses, na ilha de Itamaracá, no ano de 1526. A afirmação de uma incipiente ocupação portuguesa parece-me plausível, pois existem diversas bibliografias que afirmam a existência de uma feitoria lusitana, que foi construída por Cristóvão Jacques²⁸.

Embora não seja possível afirmar exatamente o início deste estabelecimento Prado (1929) situa uma possível ocupação desde 1516, enquanto que Holanda (1997) atribui a data

²⁶ A historiografia brasileira refere-se a administração da capitania de Itamaracá a Francisco Braga ou Manuel Braga, alguns autores referem-se ao administrado da primeira forma outros da segunda, não existindo assim certezas a respeito deste assunto.

²⁷ Segundo a agência Codepe-Fidem, em 1530 existia na localidade, além da igreja uma Santa Casa da Misericórdia. Entretanto, outras fontes bibliográficas consultadas na realização deste trabalho não consta nenhuma referência deste tipo.

²⁸ Navegante e comerciante europeu, que através de um acordo feito pela coroa portuguesa, ganhou a concessão de explorar o pau-brasil da ilha e de suas proximidades, entretanto dentro de suas obrigações deveria impedir a invasão de corsários rivais (Prado, 1939).

de 1526. Parece-me muito provável que antes dos franceses invadirem a ilha, já existiria ocupação portuguesa.

Neste primeiro momento de ocupação, datamos como início a implantação da feitoria de Cristóvão Jacques. Tal empreendimento foi motivado por dois aspectos. O primeiro a economia²⁹, evidenciada pela extração do pau-brasil e o segundo a defesa³⁰, relacionado ao fortim utilizado para proteção externa, contra os corsários e a interna contra os nativos da região.

Outro indício que corrobora para tal possibilidade deve-se ao tipo de produto procurado pelos portugueses no território brasileiro. Furtado (2005) afirma que os lusitanos procuraram no primeiro momento, minérios. Embora não tenha sido encontrado este produto, o Brasil era rico em madeira denominada pau-brasil, sendo este a principal mercadoria que a nova possessão poderia prover. Neste tocante Pernambuco e Itamaracá ganharia destaque na exportação deste artigo.

Existem dados históricos referentes ao período de ocupação francesa, entre eles destacamos Barthel (2007), situando que este povoado foi atacado em 1532 por franceses que se estabeleceram na ilha construindo um forte que, segundo relatos, esta sob a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Outros indícios corroboram para a possibilidade de ocupação francesa da região. Para tal evidência, faço referência a Prado (1939), que afirma a possibilidade do nome Marim, que Olinda tivera anteriormente, mostrar ligação com o nome Mair, que era dado aos franceses pelos indígenas. Havia assim, comercio entre os índios e os inimigos dos portugueses, os franceses, Outro fator interessante, era o nome dado ao pau-brasil na França que era chamado de pau de pernambuco - *bois de fernambouco*. (PRADO, 1939: 113).

Para corroborar com esta atribuição, faço referência a Souza (1939). Este afirma que o estatuto régio do século XVI exigia drogas e especiarias sendo artigos considerados de monopólio real, entretanto, no primeiro momento, não foram encontrados, o que gerou a exigência do envio de pau-brasil, cuja exportação aumentou bastante e segundo se concluem

²⁹ A abordagem econômica é tratada através da definição de economia como algo coletivo, sempre realizado por uma sociedade, que pode ser uma nação ou uma tribo. A economia é praticada mediante a uma divisão social do trabalho, no qual diversos grupos se especializam na execução de tarefas distintas, todos contribuindo para a produção e circulação de determinadas quantidades de produtos, que podem ser bens materiais ou serviços. A atividade econômica é portanto a que se realiza no quadro da divisão social do trabalho (Singer, 1989).

³⁰ Sobre o primeiro momento de contato, verifica-se uma maior utilização dos nativos da região. Caio Prado (1978) faz referência a esta relação dos europeus com os indígenas, atribuindo que neste período a relação era mais amistosa e que em troca dos serviços prestados os colonizadores distribuíam presentes aos índios, Entre os serviços prestados destacamos o corte do pau-brasil. Com relação a este contato, uma ressalva deve ser feita, não existia homogeneidade dos índios desta maneira, nem todos os grupos eram aliados dos portugueses

nos documentos da época, Pernambuco, Itamaracá e Porto Seguro foram as capitanias que por este tempo exportavam a madeira tinteira.

A importância desta madeira na economia européia era grande, conseqüentemente passou a existir a procura deste produto das demais nações européias, como exemplo a França. Caio Prado (1978) afirma que o rei francês Francisco I desconhecia o testamento de Adão que reservara o Novo Mundo somente para os espanhóis e portugueses e que a França teria direito a acesso a estas terras, fazendo com que estes viessem aumentando a concorrência. Tal situação só poderia ser resolvida pelas armas e foi o que aconteceu.

No tocante a ocupação francesa, Pero Lopes ficou responsável pelo combate ao fortim francês assim como a expulsão dos mesmos. Holanda (1997) atribui a este fato o motivo pelo qual o rei D. João III destinou a Capitania de Itamaracá a Pero Lopes de Sousa (HOLANDA, 1997).

Pero Lopes de Sousa era tido como homem do mar, e devido os afazeres desta atividade não se preocupou em assumir esta capitania. Para representá-lo, nomeou Francisco Braga, homem de confiança e que já se encontrava na capitania antes da doação desta ao comandante³¹ (PRADO, 1939).

O autor Almeida Prado cita Frei Vicente Salvador em referência a uma desavença entre Francisco Braga e seu vizinho Duarte Coelho, tal briga fez com que Duarte mandasse aplicar uma cutilada no rosto de Francisco, este por sua vez, sem ter como revidar, preferiu embarcar para as Índias de Castela (PRADO, 1939: 96,).

Devido ao falecimento de Pero Lopes em 1542 a capitania de Itamaracá estava sobre responsabilidades de D. Isabel de Gamboa que escolheu como substituto de Francisco Braga um dos antigos tenentes do marido, João Gonçalves sendo este o responsável pela elevação do povoado a categoria de vila, fundando assim a Vila da Nossa Senhora da Conceição (FILHO, 1982).

Na obra Itamaracá uma capitania frustrada do escritor Manoel Correia de Andrade, existe hipóteses relacionadas aos eventuais fracassos de Itamaracá como capitania, dentre as quais, o fato da sede estar localizada numa ilha o que dificultou a comunicação. Outra hipótese apontada está relacionada com o fato de não existir na região amplas várzeas de solos

³¹ Prado (1939) faz referência aos motivos que levaram a escolha de Francisco Braga. O primeiro está relacionado ao fato de Francisco Braga ser homem de confiança de Pero Lopes, e o segundo o fato de Francisco Braga conhecer o local, já que este residia próximo a Ilha de Itamaracá.

aluviais e turfosos, o que do ponto de vista pedológico dificulta a produção de cana de açúcar³².

Para corroborar com tal afirmação, relacionado a produção de açúcar , fazemos a seguinte referência:

A capitania de Itamaracá a instalação de engenhos deu-se muito mais na parte continental. Com relação ao início desta atividade econômica, não podemos afirmar com precisão o ano da fundação do primeiro engenho, entretanto as fontes históricas remetem que já no século XVI já existia engenhos em atividade na capitania. Entre eles destacamos o Engenho Recunzaém de Diogo Dias em Goiana nas margens do rio capibaribe-mirim (FILHO, 1977).

Faz necessário destacar que tais aportes representaram a não aplicação dos engenhos de açúcar na Ilha de Itamaracá. Eles poderiam ter existido, assim como existiram, entretanto, o grande desenvolvimento destes na insula não foi verificado.

Outro elemento que corrobora para o desenvolvimento de engenhos na ilha foi o fato da capitania de Pernambuco ser vizinha a de Itamaracá, sendo assim o sucesso da primeira deve ter motivado a segunda a desenvolver este tipo de atividade econômica.

No ano de 1585, Itamaracá perde grande parte de seu território para a formação da capitania da Paraíba. Esta capitania teve sua administração ligada diretamente a coroa portuguesa.

A partir do século XVII, mais precisamente em 1615, a capitania de Itamaracá vai para o conde de Monsato, transformado depois a primeiro Marquês de Cascais. A posse da capitania ficou nas mãos desta família até o século XVIII³³, período em que a coroa portuguesa compra a capitania para o patrimônio real. Este acordo foi realizado pelo Marquês de Louriçal no reinado de D. João V (FILHO, 1982: 140).

³² Sérgio Buarque de Holanda destaca o segundo momento econômico da colonização brasileira, o açúcar. Duas atribuições devem ser destacadas, a primeira diz respeito a colonização, onde para a construção deste modelo é preciso povoar de forma contínua. Caio Prado atesta o sentido de colonização como objetivo para fins mercantis, que se tinham em vista a ocupação, o que não poderia ser feito através de simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio e de sua defesa. Era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter, que se fundassem e organizassem a produção dos gêneros que interessavam ao modelo comercial (Júnior, 1994). A segunda esta relacionada ao fator econômico, considerado por muitos como único fator preponderante para atrair os portugueses para o novo mundo

³³ Destacamos que no século XVII a capitania ficou por um período sobre domínio holandês, fato referente a invasão holandesa que durou em torno de 24 anos.

Do ano de 1615 até 1630, são escassas as referências históricas da capitania e conseqüentemente da ilha. Entretanto o ano de 1630 é marcado pela tentativa dos holandeses de conquistar a ilha³⁴. Existindo resistências por parte dos moradores da Vila Nossa Senhora da Conceição que era chefiada por Salvador Pinheiro. A vitória holandesa veio em 1633, onde os batavos rebatizaram a vila que passou a ser chamada de *Oppidum Schoppij*. (ANDRADE, 1999).

3.3 A Segunda Etapa dos Portugueses no Brasil: Aplicação da Arquitetura Renascentista

A segunda fase de ocupação portuguesa no Brasil é marcada no primeiro momento pelas capitanias hereditárias.

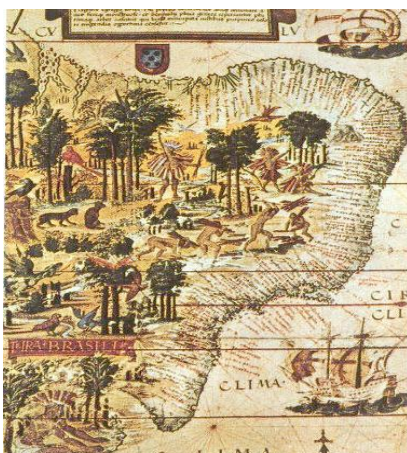
A historiografia costuma evidenciar que a colonização brasileira teve início a partir da implantação deste modelo. O Brasil surgiu como território colonial peculiar em face dos esquemas de expansão européia, onde sua população local era considerada de baixo nível técnico-econômico, sem possibilidade de exportação e sem capacidade de absorver as manufaturas confeccionadas no Velho Mundo, e sem as riquezas coloniais das colônias espanholas.

Tal fato gerou como núcleo de exploração, as feitorias, destinadas à exploração dos recursos naturais. Entretanto a concorrência de países rivais levou Portugal a tentar uma forma mais estável de ocupação, as capitanias hereditárias (REIS, 2000).

Neste sentido o Brasil foi dividido em capitanias sendo destinado pessoas de confiança do rei, eram os capitães donatários. Cada donatário tinha como responsabilidade a criação de vilas e de todas as atividades administrativas e de defesa de cada capitania.

³⁴ Esta invasão teve duas etapas, a primeira invasão foi mal sucedida e teve como objetivo conquistar a Bahia e a segunda como objetivo Pernambuco, tal invasão foi iniciada em 1630 estendendo-se até 1654. o fato é que os holandeses não se limitaram somente a Pernambuco, buscando ocupar as demais províncias nordestinas, entre elas Itamaracá, fato que aconteceu em 1633.

MAPA 7 – BRASIL, SÉC. XVI.



Fonte: www.serqueira.com.br

MAPA 8 – AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.



Fonte: www.serqueira.com.br

Do início das capitanias hereditárias até 1548, haviam sido fundadas cerca de 16 vilas e povoados, número muito abaixo das perspectivas da metrópole. O pequeno número de vilas em face de uma grande extensão territorial demonstrava o fracasso da implantação do sistemas de capitanias hereditárias. Devido a estas dificuldades o governo lusitano modificou a tática, implantando o governo geral no ano de 1549.

Os principais objetivos do governo geral eram a centralização política e administrativa e o desenvolvimento de melhores condições de defesa, já que neste momento ainda era comum a invasão do território brasileiro por outras nações européias.

No processo de ocupação do território brasileiro, os portugueses passaram a seguir o modelo da arquitetura da renascença. Boltshauser (1969) afirma que devido a forte influência portuguesa, a arquitetura no Brasil obedeceu durante o período colonial, os modelos renascentistas e, principalmente, barrocos, que estiveram em vigor na metrópole a partir do século XVI.

Apesar desta relação entre a arquitetura européia e a americana foi possível verificar algumas peculiaridades nos modelos construtivos do Brasil no século XVI:

Tal como aconteceu com a arquitetura inglesa e com a arquitetura espanhola nas Américas, evoluiu essa arquitetura brasileira com a passagem do tempo, adquirindo características próprias que são adaptações ou concessões à mentalidade, aos usos, aos materiais existentes, ao meio a ao clima, a mão de obra disponível e aos conhecimentos técnicos locais (BOLTSHAUSE, 1969: 2877).

Mesmo de forma incipiente, as primeiras vilas eram orientadas por modelos renascentistas, existindo o núcleo central que deveria conter a parte religiosa, a igreja, e a parte política, casa de câmara e cadeia e residências dos senhores, todos estes elementos deveriam ser circundados por muros ou paliçadas. Estas primeiras construções careciam de maiores aplicações arquitetônicas³⁵. Os motivos desta carência estão relacionados a ausência de engenheiros que só foram enviados ao Brasil a partir de 1549 (REIS, 2000).

Com relação a esta referência acima citada, destacamos a informação cuja autoria é remetida a Boltshauser (1969). Este autor divide as construções coloniais brasileiras da seguinte forma: edifícios com finalidade religiosa, edifícios públicos, edifícios residenciais³⁶ e edifícios para fins militares.

Ao tempo do descobrimento do Brasil, as experiências urbanísticas mais importantes e os principais trabalhos escritos referentes ao assunto tinham por base esquemas ideais, de tendências geométricas, cujas origens mais remotas chegavam até Vitruvius. Estas experiências ligavam-se ainda com as cidades novas européias com suas muralhas e plantas regulares³⁷, sendo típicos do período renascentista que tinham suas aplicações, muitas vezes, as vantagens do plano em xadrez, como ocorre em Sabbioneta, cidade italiana fundada em 1560. Uma constante na forma de organização desses centros era a valorização, por meio de praças, do ponto de maior interesse para as comunidades. Casas de câmara e cadeia e igrejas promoveram a preservação de um espaço livre destinado a aglomeração da população, decorrente da finalidade destes edifícios. Assim as ruas no traçado, quase exclusivamente tinham as funções de ligar as vias de acesso a esses pontos (REIS, 2000).

³⁵ A falta de profissionais ligados aos sistemas construtivos faziam com que a arquitetura brasileira, nos primeiros anos de colonização, estivesse sujeita a construções sem complexidade técnica e ate mesmo em alguns casos, construções rústicas ligadas a uma tentativa de adaptação ao novo ambiente (Prado, 1939).

³⁶ Faz-se necessário destacar que sobre os edifícios ligados a habitação, edifícios residenciais, não faremos maiores destaque entretanto Boltshauser (1969) destaca que as habitações poderiam variar conforme época, região e economia.

³⁷ Somente depois de 1720 e comumente nas vilas e cidades novas, que se tornou normal no Brasil uma efetiva regularidade do traçado (*Idem, Ibidem*).

MAPA 9 – PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR .



Fonte: Imagens das Vilas e Cidades do Brasil, Nestor Goulart Reis

Ainda sobre este assunto, alguns autores, entre os quais destacamos Walter Rossa, costumam evidenciar como peculiaridade das formações urbanas portuguesas a construções de ruas principais onde nelas estavam localizados os principais pontos de escapes citadinos. Sobre este assunto destacamos a seguinte informação:

Em alguns casos esta rua passou a ser chamada de “Rua Direita”. Este termo passou a ter relação com o tipo de estruturas (edifícios) que eram instalados nesta rua. Junto a ela estavam localizados os “Largos³⁸” que eram espaços onde se conduzia as principais ruas da cidade, podendo ter neste local uma igreja importante, a casa do conselho, do senhor, do almoxarife ou do alcaide (Rossa, 1995: 252-253).

Apesar desta informação supracitada, verificamos que ao longo do século XVI e XVII, nem todas as vilas brasileiras que foram sendo construídas continham exatamente estas características. Tal fato está condicionado a elementos econômicos e políticos, dos quais os portugueses privilegiavam mais os núcleos centrais de povoamento ou as principais cidades de cada capitania.

³⁸ Faz-se necessário destacar que o sentido português de largo é diferente de praça. Praça para Portugal é sinônimo de mercado, comércio, leilão e bolsa (Rossa, 1995).

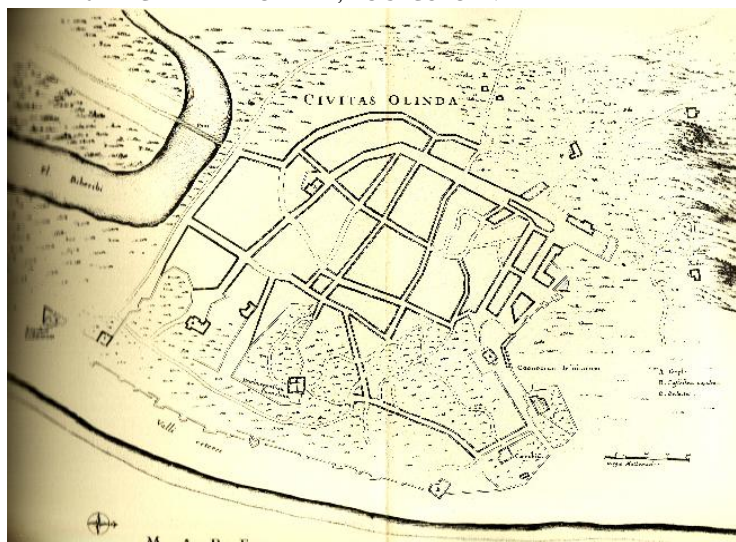
De uma maneira geral a única regra que existia *in comum* a todas as vilas eram as construções religiosas, estas poderiam estar representadas da seguinte forma:

As igrejas poderiam ser paróquias ou conventos. No primeiro caso, seriam matriz quando tivessem um vigário próprio, Sé ou Catedral quando fossem sede de um bispado, basílica quando nelas se custodiasse alguma relíquia. No segundo caso, fariam parte de um convento ou mosteiro e serviriam para os ofícios religiosos das congregações monásticas (BOLTSHAUSE, 1969: 2887).

A partir das construções religiosas os portugueses passavam a desenvolver o esquema de praças centrais, flanqueadas por edifícios públicos e avenidas que se estendiam a partir desses elementos centrais.

Desta maneira, os planejamentos urbanos das vilas e cidades brasileiras tinham como o ponto central a igreja e era a partir desta que a urbe seria construída. Contudo, as edificações religiosas não eram o único pilar, desta maneira, sua construção estava acompanhada dos outros elementos da política e da economia, tais como a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Governador (MUNFORD, 1961).

MAPA 10 – A CIDADE DE OLINDA, NO SÉCULO XVI



Fonte: História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil, G. Barleaus

As construções dos edifícios públicos estavam condicionadas a importância dada a cada vila. Neste sentido, verificamos que nos principais núcleos de povoamento estas edificações seguiam a seguinte aplicação:

Os edifícios públicos destinavam-se à administração local ou regional e constituíam-se das chamadas Casa de Câmara e Cadeia, as quais poderiam abrigar um ou vários compartimentos para o açougue ou mercado. Nas casas dos contos funcionavam as contadorias e os órgãos de controle financeiro da região e deram origem ao tribunal de contas. Os palácios do Governo abrangiam a habitação do governador e todo o aparelho burocrático correspondente ao poder executivo. Nas cidades maiores, haviam um hospital, geralmente chamado Casa da Misericórdia. Em meio a praça central, flanqueada pelos edifícios mais importantes da cidade, mandava a lei que se erguesse o pelourinho, forte coluna de pedra ou de madeira, ao qual se amarrava ladrões ou criminosos para receber castigos (BOLTSHAUSES, 1969: 2888).

Para finalizar o assunto relacionado com os modelos da arquitetura renascentista no Brasil, destacamos agora as construções militares. Estas constituíam o ponto básico da vida e da organização espacial dos centros urbanos, especialmente nos primeiros anos da colonização onde os portugueses eram obrigados a resguardar a posse dos territórios contra ataque dos inimigos externos, europeus, e internos, os indígenas.

As novas fortificações do século XVI eram muito mais complicadas que as antigas muralhas, tinham revelins, ressaltos, bastiões, em formação a moda de estrela, que permitiam tanto a artilharia como a infantaria armada abrir fogo sobre as fileiras das forças atacantes de qualquer lado onde pudessem aparecer (MUNFORD, 1961).

Sobre as edificações militares, Boltshauser (1969) afirma que os principais edifícios eram primitivamente os fortes e fortins destinados a defesa do território que pudesse estar ameaçado ou junto as cidades cuja riqueza fosse capaz de despertar cobiça das potências rivais ou dos piratas que, naquele tempo, vasculhavam os mares.

Neste sentido os sistemas defensivos tinham como tendência geral nos núcleos mais antigos a ocupação de sítios elevados facilitando deste modo a aplicação de um sistema defensivo assim como o controle eficiente das vias de comunicação, fossem caminhos ou vias marítimas e fluviais. Praticamente todas as vilas e cidades fundadas antes de 1580 foram

assentadas sobre colinas, que facilitassem sua defesa pela altura o sistema de defesa era reforçado por fortalezas externas instaladas em pontos estratégicos (REIS,2000).

Os motivos pelos quais os portugueses procuravam instalar suas primeiras vilas em locais determinados pela altura foi abordado por Goulart Reis que afirma:

Esta tendência portuguesa estava relacionada ao tipo de armamento utilizado, sendo estes elementos adotados por dois fatores, as condições locais assim como a experiência portuguesa de vida em vilas, aldeias e cidades eram feitas em condições semelhantes (REIS, 2000: 175).

Apesar da grande preocupação com o sistema defensivo, os portugueses obedeceram como regra às construções religiosas³⁹. Estas construções estavam diretamente ligadas não somente ao sentido espiritual assim como em muitos casos administrativos, políticos e militares.

Com relação ao início da vinda de arquitetos europeus para o Brasil, o escritor Goulart Reis (2000) afirma que até 1580, as vilas como São Paulo, Olinda e Vitória, tinham traçados irregulares. Mas Salvador como cidade real foi criada com características diferentes, para isto veio o mestre de fortificação Luiz Dias⁴⁰, que trouxe diretrizes da corte de como proceder.

Outro especialista renomado na época que veio para o Brasil ainda no século XVI foi o engenheiro militar Francisco de Frias Mesquita, autor de varias obras importantes e de fortificações em Salvador e no Maranhão (BOLTSHAUSER, 1969).

Como já foi visto, a aplicação no Brasil colonial destes modelos construtivos da arquitetura renascentista portuguesa, estavam condicionados ao grau de importância política, administrativa e econômica de uma determinada vila. Todos estes requisitos apresentados estavam enquadrados na Vila Nossa Senhora da Conceição.

³⁹ As construções religiosas surgiram com os primeiros núcleos de povoamento, sendo esta unida ao estado, era lhe cabido uma parte da administração pública, como registros de batizados, casamentos e óbitos. As ordens religiosas, jesuítas, franciscanas, carmelitas e beneditinas dominaram a paisagem das vilas e cidades, com suas igrejas e construções conventuais. Até 1650, as igrejas eram todas simples, tinham fachada com frontões retos e apenas um óculo ao centro, e abaixo, uma única porta as vezes talhada. Neste primeiro momento as igrejas não tinham torre excetuando-se a da Sé de Salvador e Olinda (Reis, 2000).

⁴⁰ Apesar desta referência de Nestor Goulart Reis sobre o primeiro arquiteto ter sido Luiz Dias, verificamos em outras obras o nome de Francisco Dias como primeiro arquiteto. Neste Caso João Boltshauser é um dos escritores que fazem esta referência, situando-o como discípulo de Filipe Terzi.

Mesmo tendo consciência de que os parâmetros renascentistas influenciaram toda a Europa Ocidental, consequentemente a Holanda, verificamos que no período de ocupação holandesa, existiu uma série de transformações estruturais e funcionais de praticamente toda esta arrumação espacial portuguesa. É o que veremos a seguir.

4. APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

4.1 Patrimônio Como um Bem a Ser Preservado

O posicionamento de um determinado elemento, material ou imaterial, como patrimônio nos faz refletir sobre o grau de importância deste para um determinado grupo humano.

Desta maneira, a noção de patrimônio tem por si e em si uma idéia de subjetividade. Neste sentido, podemos verificar que erigir um determinado objeto como bem patrimonial, não representa uma tarefa fácil.

Neste assunto, fazemos referência ao autor Luiz Oosterbeek que atribui ao patrimônio a seguinte definição:

O patrimônio tem a ver com a memória, mas principalmente a identidade ou com as identidades. Nós reconhecemos nos vários grupos a que, simultaneamente, pertencemos, através da intervenção de objetos, espaços, palavras ou cores do passado que invadem o nosso presente. Não os acarinhamos do mesmo modo, e atribuímos-lhe diferentes valores, mas partilhamos estas fronteiras com o passado (OOSTERBEEK, 2007: 136).

Com esta citação podemos verificar uma grande relação entre a idéia de patrimônio com os objetos categorizados como monumentos. Sobre estes, trazemos a seguinte referência:

O sentido original do termo monumento vem do latim, monumentum, que por sua vez deriva de monere (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança de alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 2001: 18).

O monumento, assim como o patrimônio, está associado a um determinado momento pretérito e que por intermédio dele, podemos relembrar ou reviver o passado a partir de

determinados objetos que por sua vez, passam a ser escolhidos mediante aos elementos culturais existentes em cada grupo humano.

Uma ressalva deve ser feita, não trabalharemos com generalizações, entretanto, o sentido patrimonial, que pode ser associado a uma série de variáveis (econômico, político, esportivo dentre outros), é utilizado neste trabalho através dos aspectos culturais, resultando na idéia de patrimônio cultural.

A atribuição do termo patrimônio cultural pode nos conotar a concepção de pertencimento ou de reconhecimento dos homens a cerca de um determinado bem, material ou imaterial. Deve ser atribuído a ele um valor que possa ser reconhecido por boa parte das pessoas que possuem algum tipo de relação, direta ou indireta, com estes objetos.

Para uma melhor exemplificação do parágrafo acima destacamos a seguinte referência:

A noção de patrimônio não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo. Adotar as práticas de conservação de tais monumentos sem dispor de um referencial histórico, sem atribuir um valor particular ao tempo à duração, sem ter colocado a arte na história, é tão desprovido de sentido, quanto praticar a cerimônia do chá ignorando o sentimento japonês da natureza, o xintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais (Idem, Ibidem).

O patrimônio traz em si um contexto histórico e que por intermédio dele é possível reconhecermos certas tradições que existem ou existiram em algum momento do passado. Esta concepção é mais um indício que nos permite conotar o termo patrimônio cultural.

Existem alguns autores que trabalham com esta temática, dentre eles destacamos Luiz Oosterbeek. Para ele, o patrimônio cultural está diretamente relacionado a um processo seletivo em que o homem (quanto ser social) escolhe quais os vestígios do passado que deverão ser protegidos.

Entretanto, mesmo de suma importância, Oosterbeek (2007) faz alusão ao momento em que as questões sobre preservação do patrimônio cultural tornou-se um assunto de preponderância para a sociedade:

O patrimônio cultural intervém neste processo como um referencial coletivo. Não foi sempre relevante para a humanidade, a preservação sistemática de vestígios do passado. Esta tornou-se cada vez mais

importante no quadro da modernidade, em que as certezas seculares receberam os primeiros abalos definitivos, mas é neste debate do século XXI, em que chegamos ao “terminus” desse processo, que a questão patrimonial assume um lugar central na questão global do território(OOSTERBEEK, 2007:119).

Com relação a este assunto, não nos parece necessário indicar onde, como e quando o homem como ser de um determinado grupo, passou a escolher quais os elementos, poderiam ou não estarem inclusos dentro da categoria de patrimônio. Entretanto, podemos situar a Europa como primeiro continente a se preocupar, do ponto de vista político e jurídico, com as questões relacionadas a preservação patrimonial.

Françoise Choay, em sua obra *Alegoria do Patrimônio*, faz alusão a idéia de proteção ao patrimônio. Para esta autora, a preservação já existia desde a antiguidade e que em cada fase histórica podemos encontrar edifícios que foram preservados de gerações para gerações. Para corroborar com este argumento, destacamos a existência de algumas edificações que foram construídas antes do nascimento de Cristo e que permanecem “vivas” até os dias de hoje, como exemplo destacamos as pirâmides do Egito consideradas uma das sete maravilhas do mundo.

Mesmo com este argumento, Choay (2001) chama a atenção para o fato de não ter existido nenhuma representação jurídica em defesa do patrimônio. Esta só vai existir na França do século XIX, onde foi instituído um comitê, delegado pelo Estado, que passou a erigir quais os edifícios que deveriam ou não serem preservados.

Da segunda metade do século XIX até o início do século XX passou a ser exportado para toda a Europa, e posteriormente para os demais continentes, a necessidade de se pensar nos monumentos como uma entidade que deveria, por obrigação, ser protegido pelo Estado através de leis e órgãos estatais que fizessem valer as aplicações jurídicas.

Para um melhor nível de informação, sobre esta temática, faremos menção a seguinte citação:

As primeiras medidas legislativas estatais protetoras de bens culturais influenciaram a formulação de instrumentos jurídicos internacionais de proteção que adotaram institutos semelhantes de proteção, a exemplo do inventário. Os casos mais exemplificáveis são o Reino Unido, com a Lei de Proteção aos Monumentos Antigos, de 1900, posteriormente reformada

por outra lei, de 1913, referente também a proteção dos monumentos antigos, e, por último, a lei de Planejamento Urbano e Rural, de 1947; a França, com a Lei de Tombamento de 1913, e a chamada “Lei Malraux”, de 1962; a Espanha com a Lei sobre Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico, de 1933; a Itália, com a Lei sobre Proteção dos Monumentos Históricos, de 1939; e o Japão com a Lei Protetora dos Bens Culturais, de 1950 (SILVA, 2003: 42).

A partir do século XX passou a existir a exportação das legislações tangentes a preservação do patrimônio da Europa para todos os continentes. No Brasil não foi diferente, existindo desde o século XIX uma série de movimentos que reivindicaram a construção e a exposição da cultura brasileira. Mas, somente com o movimento modernista estes ideais culminaram no aparato jurídico, instrumento extremamente importante e necessário para a manutenção dos nossos bens patrimoniais.

Do ponto de vista histórico brasileiro, o movimento modernista de 1922 fez nascer uma série de prerrogativas a respeito do que era, ou o que deveria ser a cultura brasileira. Entretanto, somente na década de 30 que o Brasil passou a instituir uma legislação referente às questões de preservação.

Encontramos algumas, referências ao processo de formação desta lei. Como exemplo destacamos a obra *Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades* que nos remonta a seguinte informação:

Mario de Andrade e Lúcio Costa, dois expoentes do movimento modernista nacional, exerceram papel determinante na criação e no funcionamento da Agência Nacional de Proteção. A pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, cargo que exerceu de 1934 a 1945, Mário de Andrade elaborou em 1936 um anteprojeto para a criação do instituto preservacionista e as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Aí se depositou a base para a legislação federal promulgada em 30 de novembro de 1937 como Decreto-Lei nº 25 (SIMÃO, 2001: 29).

A partir desta lei o Brasil passou a enquadrar dentro da lista dos países que se preocupam em proteger o patrimônio material e imaterial.

4.2 Preservação do Patrimônio Nacional: O Brasil e sua política de proteção.

Mesmo tomando o Decreto-Lei nº25 de 1937, como ponto de partida para o início da legislação patrimonial no Brasil, podemos encontrar na constituição de 1934 o primeiro item referente a este tipo de preocupação:

A primeira referência àquela categoria de bens é encontrada na Constituição de 1934⁴¹, ao dispor que “compete concorrentemente à União e aos outros Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (SILVA, 2003: 120)

Traçando um breve histórico deste tipo de legislação no Brasil, podemos encontrar na Constituição de 1937 dispositivos semelhantes à referência acima, entretanto a grande diferença estava na abrangência desta, pois considerava que os municípios deveriam ter responsabilidade pela proteção dos bens culturais (SILVA, 2003).

Para uma melhor efetivação da política de preservação, o Brasil passou a importar o formato de tombamento feito pelos países da Europa. Esta medida teve como mentor o polímata Mário de Andrade que adotou como modelo o Livro do Tombo que estava dividido em quatro categorias: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Mesmo com esta medida, alguns autores costumam evidenciar falhas nesta aplicação. Como exemplo a escritora Maria Cristina Rocha Simão que diz “*Esta regulamentação nunca existiu e os bens foram inscritos nos Livros segundo entendimento da própria instituição, conforme momentos específicos (SIMÃO, 2001: 30).*

Faz-se necessário destacar que neste período, mas precisamente no ano de 1937, o governo brasileiro criou o SPHAN⁴² (Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tendo como objetivo facilitar a aplicação das políticas de preservação patrimonial no Território Brasileiro.

⁴¹ Do ponto de vista histórico esta foi a primeira Constituição do Brasil que chegou a tratar deste assunto já que as duas anteriores - de 1824 e 1891 – não fazia nenhuma menção as questões de preservação do patrimônio (Simão, 2001).

⁴² Recebendo diversas denominações ao longo de sua vida, conforme a sua posição na hierarquia do serviço público, o SPHAN (ora IPHAN ou DPHAN) é sempre relacionado ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, usualmente conhecido como Patrimônio (Simão, 2001: 16).

A Constituição posterior a de 1937, que foi a de 1946 manteve a mesma sistemática ao fazer menção à expressão “poder público”, do que se infere a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios pela proteção do patrimônio brasileiro (SILVA, 2003).

Somente na Constituição de 1967 iremos encontrar uma inovação em relação as duas anteriores, trata-se da inclusão das jazidas arqueológicas:

A Constituição de 1967 inovou em relação a suas prodecessoras ao incluir sob a tutela constitucional as jazidas arqueológicas: “ Ficam sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (SILVA, 2003: 120).

Paralelamente aos avanços da legislação brasileira, os países desenvolvidos ampliaram a sua política de preservação patrimonial fundando no dia 16 de Novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO⁴³). Este órgão passou a ser a principal instituição internacional referente a salvaguardar o patrimônio.

Tendo em vista que a partir da década de 50 e até a década de 90, o mundo passou a viver um processo de composição militarista, existindo sempre um grande receio que pudesse acontecer um conflito bélico a qualquer momento, a UNESCO aprovou quatro grandes tratados internacionais de grande importância para a proteção do patrimônio cultural da humanidade. Dentre estes, destacamos a convenção⁴⁴, criada no ano de 1972, que deveria ser respeitada tanto em tempo de guerra como nos períodos de paz.

Faz necessário destacar que mesmo existindo estas tentativas de melhorar o sistema de preservação, tanto na esfera nacional quanto na internacional, é possível verificar uma ênfase maior aos patrimônios edificados ou aos monumentos construídos. São poucas as ações referentes aos bens da cultura imaterial e quando elas existem, não nos parece de grande desenvoltura. No Brasil somente com a Constituição de 1988 é que veremos certas inovações no que diz respeito a este problema.

⁴³ Apesar de possuir uma sigla diferente a UNESCO está diretamente relacionada as Organizações das Nações Unidas (ONU).

⁴⁴ Esta convenção foi criada com o nome de Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, instituído em 1972 e passa a disciplinar a proteção dos monumentos, conjuntos e lugares notáveis (Silva, 2003).

Para exemplificar melhor, faremos referência ao artigo 216 da Constituição de 1988 que esta transcrito na obra *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. Nela encontramos a seguinte informação:

O Artigo 216 utiliza a expressão “patrimônio cultural”, dando-lhe conteúdo, ao especificar os bens culturais que ele abriga – “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”(SILVA, 2003: 121).

Aqui podemos identificar algumas questões que no nosso entendimento devem ser destacadas. Quando o Artigo 216 passa a incluir no ponto de vista jurídico os bens culturais, sendo eles materiais ou imateriais, passa a transmitir a preocupação existente na Constituição de 1988 de englobar dentro da formalidade legal, as manifestações populares dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Por fazer esta ampliação, da qual consideramos extremamente democrática, a constituição de 1988 passa a dar ênfase ao monumento móvel e imóvel assim como aos bens da cultura material e imaterial. Neste sentido passa a existir uma maior expansão da concepção de patrimônio e este passa a englobar um número cada vez maior de representações culturais do território brasileiro.

Outra grande inovação da Constituição de 1988 foi destacada por Fernando Fernandes da Silva, segundo este autor:

Outra inovação importante encontra-se no inciso V do Artigo 216. As constituições anteriores apenas faziam referência aos monumentos ou obras “históricas” ou “artísticas”. Nesse aspecto, a atual Constituição amplia o universo dos bens culturais imóveis, conferindo-lhe maiores qualificações, ao reconhecer os conjuntos urbanos e sítios também de valor paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Os meios de proteção são tratados pela primeira vez em nível constitucional: inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e “outras formas de acautelamento e preservação” (Idem, *Ibdem*).

A atual constituição brasileira possibilitou, através dos meios jurídicos, um maior poder de fiscalização dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio brasileiro. Entretanto, é possível verificar algumas lacunas existentes entre a legislação e a prática, principalmente no que se refere a parte ligada as ações da arqueologia.

Em consequência disto, existiu a necessidade do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) promulgar a portaria nº230 de 17 de Dezembro de 2002. Esta medida enumera os procedimentos suplementares relativos a avaliação dos impactos sobre o patrimônio arqueológico a serem realizados em estudos ambientais que visem o licenciamento de quaisquer empreendimento potencialmente causadores de impactos sobre a base finita dos recursos arqueológicos (Bastos, 2007).

Com estes dois mecanismos jurídicos (Constituição de 1988 e Portaria nº 230 de 17 de Dezembro de 2002, do IPHAN) podemos verificar uma ampliação ainda maior dos quesitos referentes ao patrimônio.

Para corroborar com este argumento, destacamos a grande relação que existe entre o patrimônio cultural e arqueológico. Analisando de forma mais precisa, é extremamente difícil delimitar as diferenças entre ambos pois é muito comum as duas acepções serem tratadas com o mesmo sentido.

Procurando um melhor argumento para corroborar com a idéia acima explicitada apontaremos agora a definição de patrimônio arqueológico:

O patrimônio arqueológico pode ser compreendido como porção do patrimônio material para a qual os métodos de arqueologia fornecem conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, desde estruturais até vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como, o material a eles associados (Carta de Lausanne apud BASTOS, 2007: 52).

Ainda sobre a relação existente entre patrimônio arqueológico e cultural, destacamos a seguinte referência:

O patrimônio cultural é, assim, a âncora fundamental da identidade, mas é uma âncora flexível e em permanente reconstrução. O passado não é algo

imutável, algo a que podemos tentar aceder como quem vai virando páginas de um livro, uma após a outra. O passado de cada um de nós é um legitimador do presente (OOSTERBEEK, 2007: 121).

Analisando estas duas referências sobre patrimônio arqueológico e cultural podemos verificar que existem similaridades assim como diferenças entre as duas definições. O primeiro autor difere do segundo de acordo com a finalidade do estudo a ser aplicado sobre o bem material.

Dentro desta perspectiva um patrimônio cultural pode ser considerado arqueológico, pelo menos por um dado momento, quando aplicamos os métodos de pesquisa da arqueologia objetivando encontrar hipóteses que possam vir a ser confirmadas ou refutadas através da análise deste bem material, gerando assim uma possibilidade de se chegar a algum tipo de conclusão.

Com relação aos parâmetros de similitudes identificamos que em ambas aplicações existe a procura pela identificação dos aspectos da identidade, tradição e conseqüentemente da cultura de um grupo humano que desenvolveu relações sociais num determinado ponto em algum período de sua história.

Outro aspecto que deve ser destacado é a atribuição, dada por Oosterbeek (2007), ao passado como algo não imutável. Atribuindo esta compreensão ao patrimônio, um edifício antigo que há décadas não era tido como um monumento pode, com o passar do tempo, vir a ser considerado como tal.

Faz-se necessário destacar que a aplicação do termo monumento possui uma relação direta com a concepção de patrimônio. Vejamos o que diz Françoise Choay sobre este assunto:

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo - neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes a história em geral ou a história da arte em particular – ou então ele pode, além disso, como obra de arte (Kunstwollen): neste caso, ele se torna parte constituída do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história (CHOAY, 2001: 26).

Com esta referência, analisamos que o monumento possui em si um valor histórico associado ao contexto artístico, entretanto ele passa a diferenciar-se da idéia de patrimônio pela possibilidade de sua valorização estar relacionado a uma obra de arte, o que não precisaria ter um vínculo com a história.

Uma ressalva deve ser feita, mesmo existindo esta diferença não podemos aplicar nenhuma discrepância entre o patrimônio e monumento. Ambos podem conotar as mesmas aplicações principalmente quando tratamos dos bens da cultura material.

Outra similitude que pode ser aplicada em ambos, deve-se ao fato de existir, principalmente a partir da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, uma preocupação dos órgãos que trabalham com a preservação de relacionar o bem material dentro de seu ambiente ou seja procuram analisar e posicionar o patrimônio vinculado com o seu entorno.

Com relação aos monumentos e os conjuntos, Silva (2003) considera o primeiro como local que representam as grandes realizações humanas e o segundo são os locais que agregam os bens culturais considerados de grande valor ao lado daqueles de menor expressão que podem ser classificados como cidades mortas, cidades históricas vivas e cidades novas do século XX.

Sobre os monumentos e seu entorno, destacamos a autora Françoise Choay que traz a seguinte referência:

O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções na qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou “destacar” um monumento é o mesmo que multá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial (CHOAY, 2001: 201).

Para corroborar com o conceito de Françoise Choay, atribuiremos a idéia de Luiz Oosterbeek sobre a relação existente entre patrimônio e seu entorno. Segundo este autor:

A expansão do patrimônio, integrando em certas ocasiões, paisagens inteiras, é essencialmente para preservar as identidades locais, aquelas

que foram minadas, mas não obliteradas, pelos Estados-Nações, pois é renovando essas identidades que a globalização (que produziu Nações) pode seguir seu caminho. Não é através das Regiões Europeias que a União Europeia muitas vezes tenta suavizar antigas rivalidades nacionais? Será, também, pelo Patrimônio que as Nações sobreviverão à construção dos Estados Supra-Nacionais, já assim na Espanha ou no Reino Unido (OOSTERBEEK, 2007:140).

Esta idéia de visualizar o monumento como um conjunto, em que se inclui não somente os bens materiais em si, mas o seu entorno, tiveram início a partir do século XX. Como exemplo destacamos a seguinte citação:

Até o século XX, inclusive, as monografias eruditas que descreveram as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos seus monumentos, símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos. Quanto aos estudos históricos, até a segunda metade do século XIX, eles se preocuparam com a cidade do ponto de vista de suas instituições jurídicas, políticas e religiosas, de suas estruturas econômicas e sociais; o espaço é o grande ausente (CHOAY, 2001: 172).

De maneira gradativa os patrimônios culturais passaram a englobar, dentro de sua gênese, o entorno de seus edifícios. Nesta perspectiva tornou-se de suma importância as relações, diretas e indiretas, entre o bem material e o espaço existente ao seu redor, podendo ser natural ou antrópico.

Aplicaremos aqui a idéia trabalhada por Fernando Fernandes da Silva, em sua obra *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. Segundo este autor os patrimônios materiais vinculados ao meio do qual ele está inserido passa a configurar a atribuição de um conjunto material da cultura. Tal designação torna-se importante por atribuir um valor de unidade ao ambiente em que o monumento está incluso.

Analisando pontualmente o nosso ambiente de trabalho, veremos que Vila Velha passa a ter a configuração de um conjunto cultural. É o que veremos no decorrer deste trabalho.

4.3 Quadro Metodológico Aplicado.

Para uma melhor construção dos aparatos metodológicos, destacamos os objetivos desta pesquisa. Analisar o potencial patrimonial de Vila Velha e evidenciar as necessidades de políticas públicas de preservação que devem ser aplicadas no Conjunto Patrimonial de Vila Velha.

Para justificar estes objetivos, destacamos uma série de evidências. Primeiramente o fato de Vila Velha ter sido construído a partir de modelos arquitetônicos renascentistas, que foram aplicados nas primeiras vilas e cidades brasileiras.

Vila Velha conseguiu manter algumas edificações deste período, além disso, existe na vila uma ordenação estrutural muito semelhante com este modelo, podendo ser uma das poucas localidades do nordeste a possuir esta reminiscência.

Outra justificativa que deve ser aplicada deve-se a possibilidade de se identificar as transformações funcionais e estruturais, ocorridas no período referido pela historiografia como Brasil Holandês. Esta possibilidade faz com que Vila Velha torne-se um elemento patrimonial histórico com grande importância.

A última justificativa está relacionada com a atual situação de Vila Velha, existindo uma enorme necessidade da aplicação de políticas públicas de conservação e preservação, pois é possível verificar uma série de problemas relacionados a esta ausência. Para uma melhor aplicação destes elementos apresentados, traremos os referenciais metodológicos que podem ser aplicados neste trabalho.

A análise de fontes históricas, podem nos remeter a uma série de questionamentos que envolvem esta pesquisa arqueológica. Desta forma, procuramos inserir dentro desta abordagem os elementos que tangem a arqueologia histórica.

Neste sentido, podemos verificar, dentro da historiografia brasileira, a falta de informações pontuais a respeito de Vila Velha. Desta maneira, verificamos que a arqueologia pode nos proporcionar uma melhor entendimento do modelo de ocupação holandês na vila.

Sobre este assunto, Charles Orser atribui a arqueologia histórica *“a possibilidade de completar o registro histórico escrito, apresentando desta forma, um quadro mais completo do passado”* (ORSER, 1992: 42).

Desta maneira, devemos destacar a importância da análise de fontes escritas como elemento metodológico da arqueologia histórica. Esta atribuição foi evidenciada por diversos autores, entre os quais Charles Orser:

Na arqueologia histórica os documentos escritos são tão importantes quanto os artefatos e os edifícios, historiadores e arqueólogos usam tanto fontes primárias como secundárias. As fontes secundárias estão constantemente sendo rescritas pelos historiadores, na medida em que os novos dados são descobertos, novas interpretações são propostas e, até mesmo, novas atitudes e sensibilidades sobre o que importa surgem constantemente (ORSER, 1992:39).

A autora Kathleen Deagan, também destacou a importância da utilização das fontes escritas como ferramenta metodológica, pois segundo a autora:

Estas fontes podem ser comparadas com o registro arqueológico. Outro elemento destacado pela autora, deve-se a simultaneidade de diversas fontes permitindo a formatação de um padrão arqueológico em uma determinada unidade de atributos sociais, econômicos e ideológicos (DEAGAN, 2008).

A arqueologia leva em consideração as informações situadas nas fontes primárias e secundárias, levando-as a um novo tipo de interpretação que não seja necessariamente histórica. Neste sentido, a análise destes documentos podem ter uma vinculação mais ligada a arqueologia ou antropologia do que a história.

A utilização desta idéia nos remete a possibilidade de identificar alguns aspectos culturais através das fontes historiográficas. A temática cultural, não necessariamente, é o principal objetivo do historiador, tornando-se muito mais, objetivo de arqueólogos e antropólogos.

A procura pelos elementos culturais nas fontes históricas, podem representar a construção de um elemento metodológico dentro da arqueologia, sobre isto, vejamos o que diz Stanley South:

A Arqueologia histórica empregou o método científico testando hipóteses concentrando quais os comportamentos humanos universais e extraindo os problemas de concepção de cultura, definindo os humanos com seu modo de adaptação (SOUTH, 1988).

As fontes historiográficas, mesmo sendo descritivas, podem nos trazer informações do cotidiano de um determinado grupo. Com base nestes dados, o arqueólogo histórico pode montar os seus questionamentos, e a partir destes, poderá obter algumas respostas que não são encontradas na documentação.

Uma outra ferramenta importante, que pode ser aplicada na arqueologia histórica e mais precisamente neste trabalho, trata-se das fontes pictóricas. Charles Orser comenta sobre este assunto: *“Em termos de arqueologia histórica, a informação pictórica, pode ser dividida em três tipos, Mapas, Desenhos ou Pinturas e Fotografia”* (ORSER, 1992: 50).

Os mapas, por exemplo, são úteis para a arqueologia histórica na medida em que apresentam uma representação gráfica da localização de edifícios e sítios, ou ao menos, de sua suposta disposição. Outro elemento importantíssimo deste tipo de fonte é a possibilidade de se obter informações sobre o meio ambiente e sobre as mudanças que podem ter ocorrido como resultado do contato e do assentamento europeu (ORSER, 1992: 51).

Os desenhos e pinturas podem trazer informações sobre os materiais usados na época, representando informações sobre a vida das pessoas, como também trazer informações de como eram certos sítios históricos quando estes ainda estavam de pé (ORSER, 1992: 52-53).

Como já foi destacada, a importância destes elementos gráficos nos remetem a uma outra possibilidade metodológica. Através de desenhos de mapas antigos da Vila Schkoppe poderemos comparar com a cartografia atual, identificando na atualidade onde estão inseridos as estruturas que outrora existiam dentro da localidade, e que na atualidade não estão visíveis na superfície.

Estes acervos pictográficos do passado podem ser inclusos na categoria de elementos arqueológicos. Para tal, podemos evidenciar a idéia de vestígio arqueológico, que representa tudo aquilo que foi produzido pelo homem em períodos pretéritos, chegando até os dias de hoje, e que através destes podemos obter informações do passado.

Mais especificamente sobre Vila Velha, notamos um outro elemento bastante interessante, trata-se da existência de certas edificações, nos mapas antigos, cujo as fontes historiográficas não trazem referência. Neste sentido, verificamos a possibilidade de contrastar as informações obtidas de duas fontes diferentes, uma histórica e outra arqueológica.

Dentre as abordagens relacionadas com a arqueologia histórica, destacamos os estudos relacionados com a arqueologia da paisagem. Esta por sua vez procura centrar seus estudos nas construções históricas com uma metodologia arqueológica.

Para uma melhor aplicação dos elementos arqueológicos, algumas considerações devem ser levantadas, entre as quais destacamos a interpretação das paisagens arqueológicas a partir dos elementos que os concentram, a análise dos processos e formas de culturação do espaço e a compreensão de entidades espaciais e fenômenos sociais (BORRAZÁS, 2002).

Clarkson (1998) destaca a importância do estudo da paisagem, desde que exista a preocupação de se identificar os marcadores naturais e humanos, correlacionando-os ao ambiente e atribuindo neste contexto o viés cultural.

Em síntese, analisar o ambiente somente como aspecto natural, não representa uma análise da paisagem, pois esta tem que estar integrada as necessidades humanas, ou seja, o ambiente relaciona-se diretamente com a cultura.

Para corroborar com esta informação, fazemos referência a Borrazás (2002), que atribui dentro das ferramentas metodológicas da arqueologia de paisagem, a utilização de instrumentos de trabalho que permitam estudar as dimensões espaciais relacionando-as com a utilização funcional do espaço construído.

Segundo este autor, para levar adiante esta análise, deve-se aplicar um mecanismo de *zoom*, sendo este um modelo metodológico e interpretativo que se baseia na análise multidimensional do espaço a partir de escalas distintas que se manifestam nas prerrogativas sócio-culturais. Através desta, existe a possibilidade de compreender e observar, as formações de cada espaço e os diferentes objetivos empregados nas construções dos mesmo.

Em síntese, um determinado espaço, pode ser modificado a partir da existência de uma nova função. Esta por sua vez, possivelmente, estará condicionada aos fatores sócio-culturais, que geralmente quando modificados refletem transformações dos hábitos resultando como consequência a modificação dos espaços.

Neste ponto, faz-se necessário evidenciar a possibilidade de analisar ao mesmo tempo e no mesmo ambiente duas abordagens diferentes que podem ser aplicadas dentro da arqueologia histórica, a teoria do funcionalismo e a arqueologia da paisagem. Estes dois mecanismos serão utilizados para construir possíveis repostas a cerca das problemáticas levantadas na introdução deste trabalho.

Na utilização da abordagem funcionalista da arqueologia histórica, destacamos a seguinte referência:

Apesar do interesse por problemas comuns, as investigações englobadas sobre o título de “arqueologia da arquitetura” são heterogêneas, partindo de posições e aproximações teóricas diferentes e até mesmo opostas. Desta

forma, por exemplo, os trabalhos podem ser encarados tanto a partir de posições funcionalistas, as quais vêem a arquitetura como resultado lógico de uma série de necessidades para se proteger do meio ambiente, quanto de outras, de caráter simbólico, que ressaltam a presença de sistemas ideológicos por trás das construções (ZARANKIN, 2002: 45).

Tal referência nos remete a possibilidade de utilizar o funcionalismo como ferramenta teórico-metodológica. Esta “arqueologia da arquitetura” citada por Andrés Zarankin pode representar um dos enfoques da arqueologia histórica. No entanto, para a aplicação deste viés faz-se necessário que os sítios a serem estudados tenham algum requisito básico, dentre os quais destacamos: os vestígios materiais provenientes de uma escavação e/ou quando os elementos a serem analisados contenham as mínimas condições necessárias para que possam ser feitos os estudos de sua estrutura arquitetônica.

Para corroborar com todas as aplicabilidades metodológicas, apresentadas neste capítulo, destacamos como exemplo a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Velha, que está referenciada em documentos históricos (fontes primárias e secundárias), na cartografia e através da base dos resquícios de sua estrutura (vestígio arqueológico).

Faz-se necessário destacar que os dados documentais foram utilizados como ponto de partida desta pesquisa. Com relação aos aspectos cartográficos, procuramos evidenciá-los como ferramenta metodológica. Para tanto, procuramos coletar os mais variados mapas sobre Itamaracá, principalmente os dos séculos XVI e XVII.

4.4 Cartografia como Ferramenta Metodológica

De uma maneira geral, a cartografia agrega valores interdisciplinares. A geografia, a história e a geometria, são apenas pequenos exemplos de uma série de áreas que auxiliam e são auxiliadas pelos estudos cartográficos.

Para iniciar este aporte, achamos interessante destacar uma referência bastante ilustrativa dos objetivos que tangem a necessidade da cartografia:

A necessidade de estudar as condições políticas e econômicas da época em que as cartas foram traçadas e até o que se pode averiguar da biografia dos cartógrafos, deixa-nos aperceber o âmbito social que os condicionou. O homem nunca poderá fugir à paixão avassaladora e salutar de conhecer sua

própria história. Não conseguirá fazê-lo mais agradavelmente do que através do estudo, mesmo que ligeiro, da sequência de cartas antigas em que os antepassados registraram, com mais ou menos fantasia ou realidade, as suas concepções e conhecimentos geográficos (CORTESÃO apud DUARTE, 2002: 20).

Neste sentido, a cartografia passa a ser configurada como um dos representantes dos vestígios materiais deixados pelo homem ao longo de sua história. Para facilitar o entendimento desta temática, faz-se necessário identificar os principais elementos da confecção de mapas.

Segundo Erwin Raisz, em sua obra *Cartografia Geral*, a cartografia⁴⁵ pode ser definida como a reunião e a análise de dados e medidas das mais diversas regiões da terra, que podem ser representadas graficamente através de escalas reduzidas desde que os elementos da configuração possam ser claramente visíveis (RAISZ, 1969).

A partir desta definição, verificamos a relação direta entre os elementos cartográficos e o posicionamento espacial dos mais variados apetrechos naturais e antrópicos. Ambos passam a ser representados nos mapas⁴⁶.

Segundo Fernand Joly, em sua obra *A Cartografia*, a cartografia é a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas e estes podem ser entendidos como uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala (JOLY, 1990: 7).

A partir desta informação verificamos que a principal finalidade da cartografia é a orientação espacial. Através dela o homem pode localizar diferentes ambientes das mais diversas regiões do planeta.

Do ponto de vista histórico, existem referências relacionadas aos primeiros mapas confeccionados no mundo:

Traçando um breve histórico da cartografia no mundo encontramos uma série de representações de mapas. Entre os mais antigos temos as cartas

⁴⁵ Conforme a definição adotada pela Associação Cartográfica Internacional a cartografia compreende “o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir dos resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, assim como de sua utilização (Joly, 1990: 95).

⁴⁶ No conceito mais elementar, o mapa pode ser entendido, como uma representação convencional da superfície terrestre, vista de cima, na qual se colocam letreiros para sua identificação (Raisz, 1969: 2).

marítimas dos nativos da Ilhas Marshall, mapas de esquimós, babilônicos, chineses e jônicos (RAISZ, 1969: 8).

O histórico destas representações cartográficas não nos remete aos objetivos deste trabalho. Desta maneira, não iremos representar nem discutir a forma de confecção e a utilização destes primeiros mapas. Entretanto, com base numa melhor apresentação desta temática, nos reportaremos a cartografia do período renascentista europeu, que teve início em meados do século XV.

Raisz (1969) afirma que a tradução da geografia de Ptolomeu⁴⁷ para o latim em 1405 foi extremamente importante para o desenvolvimento da cartografia do período renascentista europeu. Para este autor, além desta reprodução, outros dois fatores contribuíram para a retomada das representações cartográficas.

O segundo fator, esta relacionado com a modificação na maneira de confeccionar mapas. Dentre as inovações, destacam-se a possibilidade, através das “*Tabulae Modernae*” (Tábuas Modernas), de se expandir o horizonte cartográfico para além dos limites setentrionais do mundo antigo (RAISZ, 1969).

MAPA 11 - MAPA-MÚNDI DE PTOLOMEU.



Fonte: www.sms-ptolomeu-mundo.jpg

MAPA 12 - TÁBUAS MODERNAS.



Fonte: <http://cipher.uiah.fi/forum/materials>

O terceiro fator preponderante foi o início das grandes navegações. A partir destas, o europeu teve conhecimento da existência da América possibilitando estabelecer a ligação entre o mundo conhecido e o novo mundo. Esta “descoberta” permitiu que os cartógrafos da

⁴⁷ Cláudio Ptolomeu de Alexandria (90 a 168 A.C.). Muito pouco se sabe a respeito de sua pessoa, mas sua obra foi para a cartografia em geral, de maior transcendência que as outras. Sua famosa obra Geografia, possui oito volumes, dentre os quais é possível encontrar alguns tratados sobre construção de globos e a técnica de projeção de mapas. Os livros II e VII, contem uma relação de uns 8 mil nomes de lugares com latitudes e longitudes para determinar sua posição. Muito pouco destas posições foram calculadas, observadas, ou deduzidas cientificamente. As coordenadas haviam sido tomadas de velhos mapas ou itinerários antigos (Raisz, 1969: 15).

época pudessem ter uma noção mais aproximada da circunferência do planeta Terra e conseqüentemente dos seus meridianos (*Idem, ibidem*).

Faz-se necessário enfatizar que outros autores apontam as grandes navegações como elemento preponderante para a cartografia européia. Dentre os quais destacamos Paulo Araújo Duarte em sua obra *Fundamentos da Cartografia*.

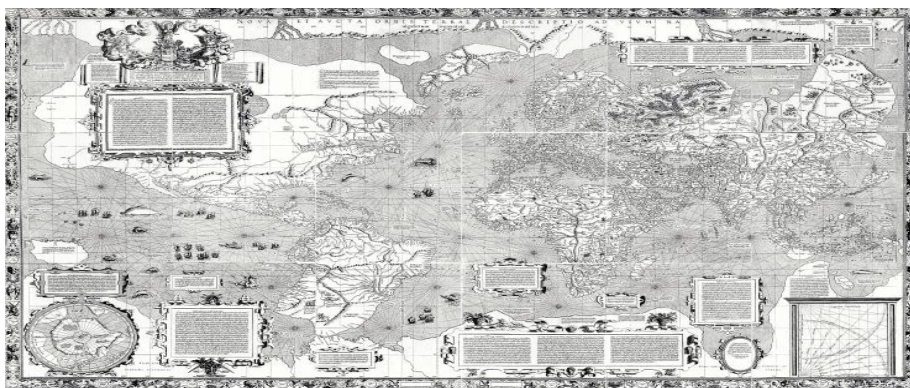
Para Paulo Araújo Duarte, a principal importância das grandes navegações para os elementos cartográficos está relacionado com a seguinte perspectiva:

Na Europa, a cartografia sofreu grande impulso a partir das viagens de exploração das novas terras que marcaram o período renascentista. Os navegadores sentiam a necessidade de poder contar com mapas cada vez mais atualizados e aperfeiçoados. Por outro lado, os relatos de suas viagens eram fundamentais para que houvesse esta atualização. Aos poucos, começaram a surgir especialistas na arte de confeccionar mapas (DUARTE, 2002: 36).

Analisando estes itens, não encontramos elementos conflitantes, na verdade é possível verificar que uma informação completa a outra. Ambos os fatores podem ser considerados como preponderantes para o desenvolvimento da cartografia na renascença européia.

A partir destes elementos a Europa passou a ser o grande centro irradiador da cartografia. Os que mais se utilizaram deste mecanismo foram os Estados que tinham as grandes navegações como motor do processo econômico. Dentre elas, a Holanda ocupava uma posição de destaque.

MAPA 13 - PROJEÇÃO DE MERCATOR: *NOVA ET AUCTA ORBIS TERRAE DESCRIPTIO AD USUM NAVIGATIVUM EMENDATE* (1569)



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercator>

A escola holandesa de navegação teve início a partir do processo de independência dos Países Baixos. Segundo Raisz (1969) em nenhum outro período da história da Cartografia encontramos tão abundante produção de mapas de primeira categoria, como na “*idade do ouro da cartografia holandesa*”, que iniciou em meados do século XVI e terminou aproximadamente um século depois.

Sobre a produção e a escola cartográfica holandesa podemos destacar a seguinte referência:

O pai da cartografia holandesa é Geraldo Mercator⁴⁸ que teve como seu principal mérito a examinação dos mapas mais antigos estudando as crônicas dos navegadores e exploradores possibilitando assim a construção do mapa da Europa, feito em 1554, no qual reduziu o comprimento do mar mediterrâneo para 53°, corrigindo o mapa de Ptolomeu. Entretanto a mais notável obra de Mercator foi o sistema de projeção que apresenta os paralelos como retas horizontais e os meridianos como retas verticais (RAISZ, 1969: 30).

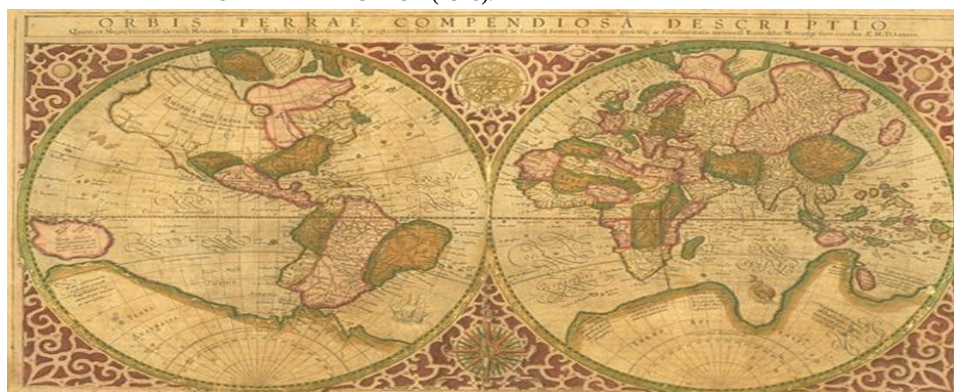
Outra referência pode ser destacada sobre o início e o desenvolvimento da cartografia holandesa:

A partir de Mercator, a Holanda passou a ser um dos países da Europa que mais desenvolveu o sistema cartográfico. Mercator introduziu um tipo de letreiro mais legível. O título, a escala e as notas esclarecedoras ficam dentro de um quadro formado por figuras de animais e produtos do país representado (Idem, Ibidem).

A contribuição holandesa para o desenvolvimento da cartografia é um fato inegável. Entretanto, espanhóis, franceses, italianos e portugueses confeccionaram mapas muito anteriores a escola cartográfica batava. No início do século XVI os lusitanos já representavam as possessões coloniais nos mapas. Como exemplo podemos destacar o território brasileiro.

⁴⁸ O nome Geraldo Mercator na verdade é uma latinização do seu verdadeiro nome, *Gerhard Kremer*. Iniciou seu estudo cosmográfico na Universidade de Lovaina tendo como um dos seus mentores Gemma Frisius. Foi justamente neste período que Mercator iniciou seu processo de confecções dos mapas da Europa (Raisz, 1969).

MAPA 14 - MAPA-MÚNDI DE MERCATOR (1578).



Fonte: www.educ.fc.ul.pt/icm

4.5 A Cartografia de Vila Velha nos dois Primeiros Séculos de Ocupação

As representações cartográficas do século XVI e XVII visavam a obtenção de dados geográficos que possibilitassem uma melhor implementação dos objetivos de exploração do território brasileiro.

Entretanto, o número de representações cartográficas deste período estava condicionado a importância de uma determinada região. Por ter sido tratada com descaso, pelo menos no primeiro século de existência, a Capitania de Itamaracá não foi devidamente representada na cartografia da época.

Neste sentido, não encontramos em nossa pesquisa uma grande quantidade de representações cartográficas sobre a Ilha de Itamaracá e muito menos sobre a Capitania de Itamaracá.

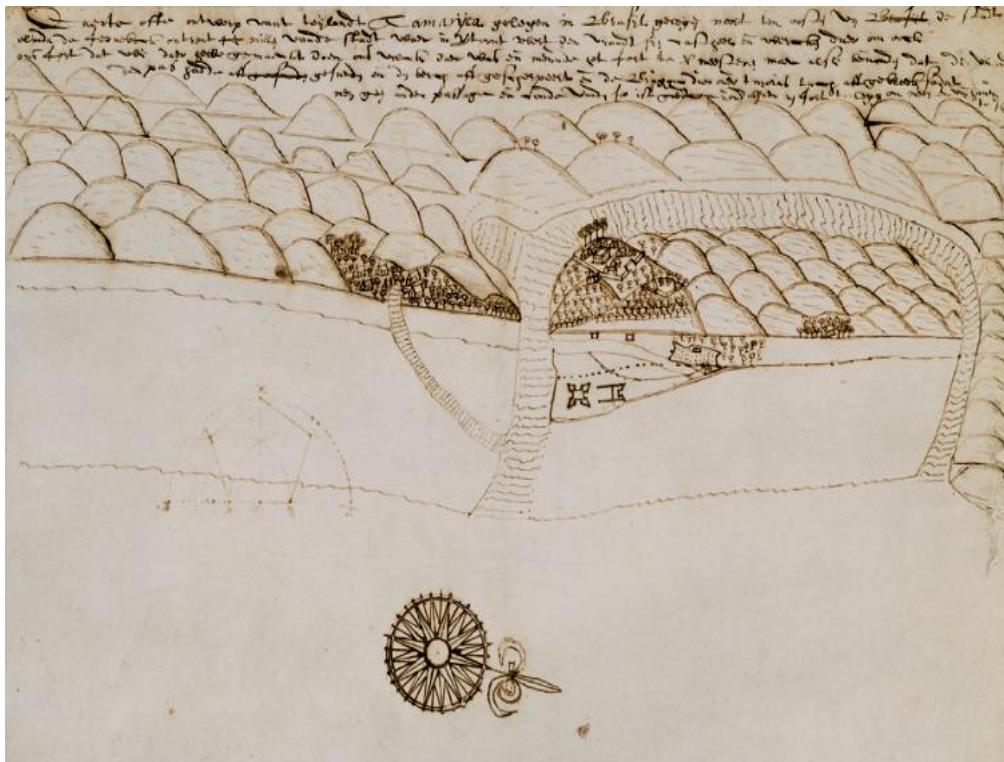
MAPA 15 - CARTA DA PRIMITIVA CAPITANIA DE ITAMARACÁ.



Fonte: Livro que Da Razão do Estado do Brasil, 1616 (2000, inserido na obra Pernambuco Imagens da Vida e da História, Leonardo Dantas).

A cartografia acima representada pode ser encontrado no livro “*Livro que Da Razão do Estado do Brasil*”, obra que não possui autoria. O mapa aqui apresentado é atribuído a João Texeira Albernaz, não existindo maiores referências sobre esta representação.

MAPA 16 - REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DA ILHA DE ITAMARACÁ, 1630.



Fonte: Original Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (2001, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil*, Nestour Goulart Reis).

Dentre os elementos da pesquisa, encontramos este outro mapa que representa a Ilha de Itamaracá, não existindo título nem assinatura do autor. Neste mapa podemos verificar a ilha separada pelo Canal de Santa Cruz e do seu lado esquerdo a Vila de Igarassu.

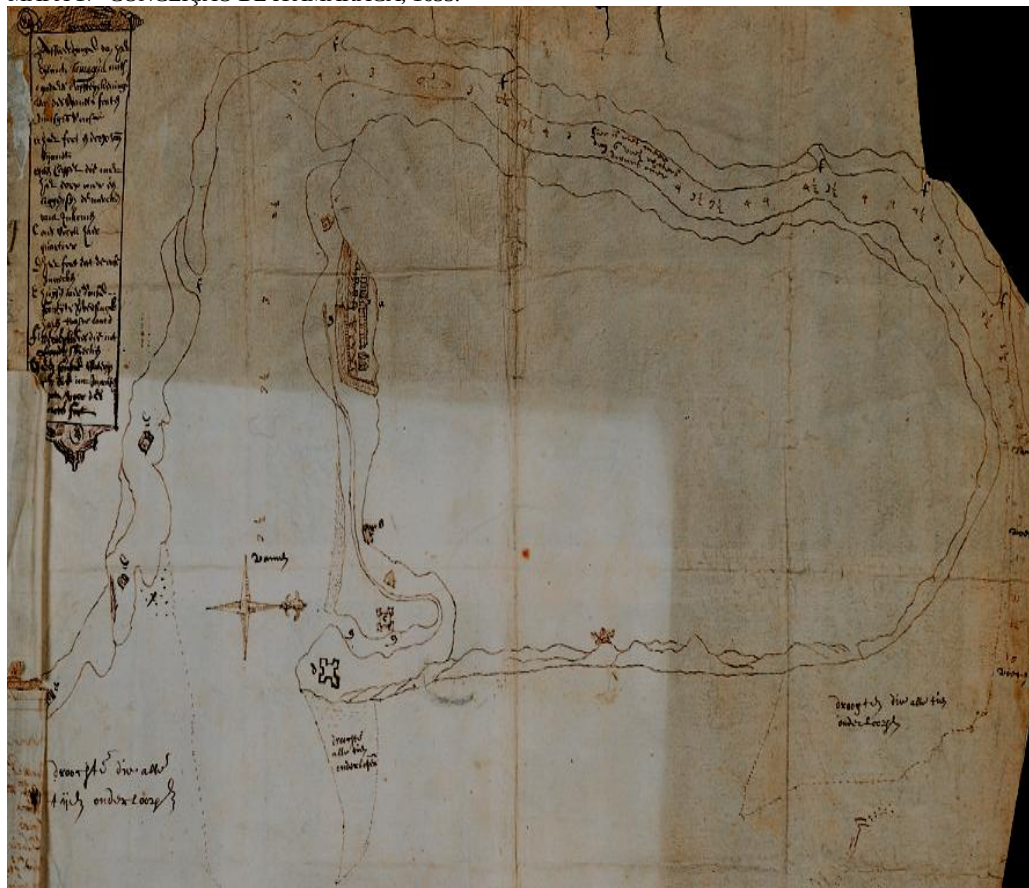
Em uma análise mais pontual é possível verificar a Vila Nossa Senhora da Conceição assim como a Fortaleza de Santa Cruz ambas localizadas na região insular. Neste mapa, é possível verificar as disposições topográficas onde a própria vila estaria posicionada numa região mais elevada.

Outro aspecto destacado deve-se as pequenas representações da vegetação local, que podem ser visualizadas próximas aos núcleos de povoamento da Vila Nossa Senhora da Conceição e da Vila de Igarassu (REIS, 2000).

A próxima representação cartográfica, esta relacionada ao ano de 1633 sendo anterior a conquista feita pelos holandeses. É um desenho esquemático que demonstra marcas de

profundidade no canal, visando orientar a navegação. O registro corresponde aos primeiros tempos de avanço holandês, no período em que os portugueses ainda resistiam na Vila Nossa Senhora da Conceição (REIS, 2001).

MAPA 17- CONCEIÇÃO DE ITAMARACÁ, 1633.

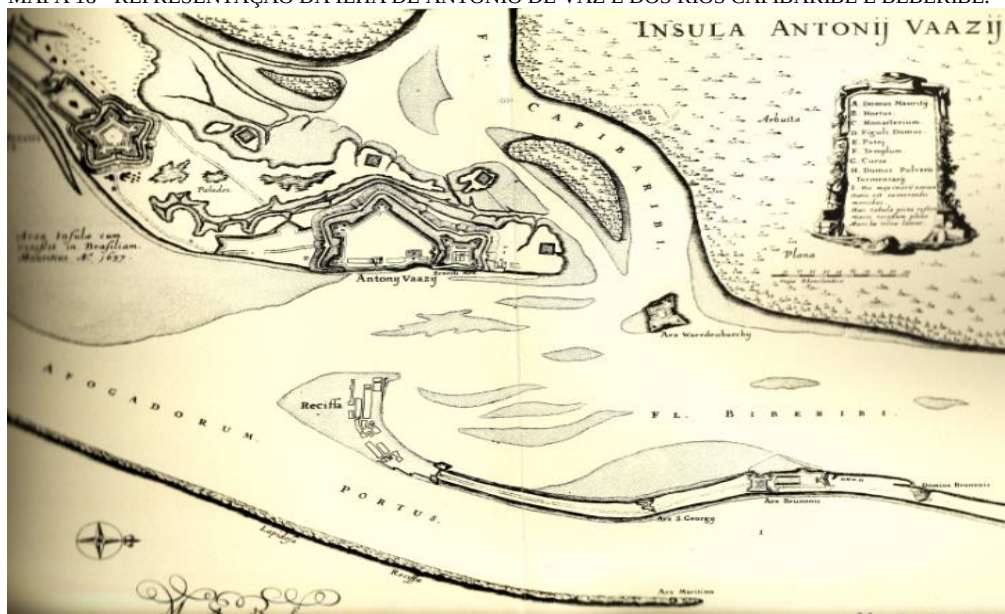


Fonte: Original Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (2001, Imagens das Vilas e Cidades do Brasil, Nestour Goulart Reis).

Dentre os elementos deste mapa, destacamos a importância dada as questões náuticas, principalmente na atribuição da profundidade do Canal de Santa Cruz. Este tipo de demarcação poderia ter relação com dois atributos: o militar, principalmente por ser tratar de um período bélico e, o econômico, já que o canal poderia ter sido utilizado como ponto de escoamento da produção agrícola.

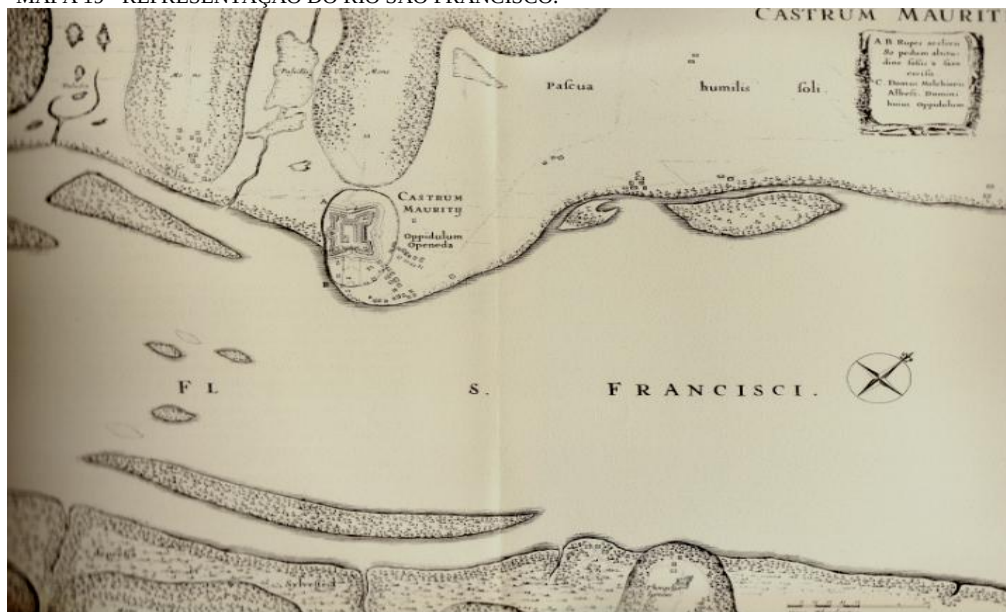
No decorrer deste capítulo verificamos que existia uma enorme preocupação dos portugueses e dos holandeses de representarem cartograficamente o litoral brasileiro. Contudo, tornou-se necessário atribuir nos mapas as redes hidrográficas do Brasil. Como exemplo destacamos os mapas batavos em que constavam os rio das vilas e cidade conquistadas.

MAPA 18 - REPRESENTAÇÃO DA ILHA DE ANTÔNIO DE VAZ E DOS RIOS CAPIBARIBE E BEBERIBE.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

MAPA 19- REPRESENTAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

Com relação a utilização da hidrografia brasileira como elemento importante da estratégia militar de conquista dos holandeses, destacamos a seguinte representação cartográfica, atribuída ao ano de 1633 de cuja autoria é desconhecida mas que pode ser encontrado no “*Original Manuscrito do Algemeen Rijksarchief*”.

MAPA 20- ILHA DE ITAMARACÁ, ANO DE 1633.



Fonte: Original Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (2001, Imagens das Vilas e Cidades do Brasil, Nestour Goulart Reis).

A representação acima mostra a ilha de Itamaracá a “vôo de pássaro” com o que seria uma parte da esquadra holandesa atacando pela retaguarda a partir do acesso norte do canal. Na Ilha vemos a esquerda a Vila Nossa Senhora da Conceição com sua cerca e um baluarte ao lado leste que correspondia a porta de entrada da vila (REIS, 2001).

Verificamos que os primeiros mapas holandeses relacionados a Itamaracá foram confeccionados de acordo com as preocupações militares. Entretanto, uma vez tendo efetuado um melhor domínio desta capitania, os batavos passaram a representar na cartografia da ilha outros atributos, como exemplo, a geografia da região.

MAPA 21 - MAPA DE MARCGRAVE – PERNAMBUCO E ITAMARACÁ, 1643.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

A partir destas cartografias os diretores da Companhia das Índias Ocidentais puderam traçar os projetos de ampliação do território holandês no Brasil colonial. No passar dos anos, os batavos passaram a representar cada vez mais o interior da região conquistada.

A própria Companhia das Índias Ocidentais estimulavam o conhecimento da parte interiorana do Brasil Holandês, possibilitando uma maior amplitude do território recém conquistado.

Outra informação sobre o mapa 18 acima, deve-se a associação entre cartografia e iconografia. Neste caso, a reprodução de um engenho de cana de açúcar demonstra uma associação entre a geografia da região com do tipo de gênero agrícola nela produzido.

Um elemento muito comum da cartografia holandesa da época era a representação cartográfica e iconográfica da geografia da região. Um dos principais responsáveis por este tipo de reprodução foi o pintor Frans Post que foi contratado pelo Conde Mauricio de Nassau para retratar a flora e a fauna do Brasil – Holandês.

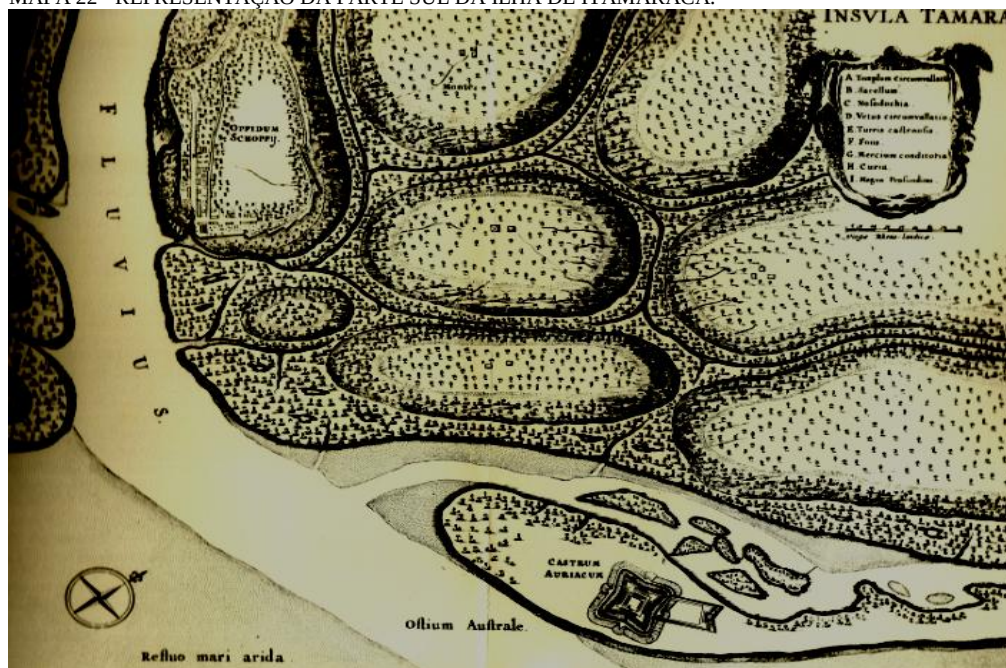
IMAGEM 8 - REPRODUÇÃO DE ITAMARACÁ FEITA POR FRANS POST.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

Esta imagem 9 demonstra a parte sul da Ilha de Itamaracá. A partir dela podemos verificar aspectos relacionados ao relevo da parte insular assim como o posicionamento da Vila Schkoppe (legenda D) e sua relação com o forte Orange (legenda A). Outro exemplo ilustrativo da relação entre a vila e o forte está no mapa abaixo.

MAPA 22 - REPRESENTAÇÃO DA PARTE SUL DA ILHA DE ITAMARACÁ.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

Neste mapa, o nome da Vila Nossa Senhora da Conceição foi modificado para Oppidum Schkoppe. Esta modificação nos remete ao processo de conquista dos holandeses que a partir de 1633 tiveram o controle da parte insular da Capitania de Itamaracá.

Nos mapas do século XVII referentes à Itamaracá, encontramos a predominância de se retratar a parte sul da Ilha. Esta escolha pode estar condicionada ao processo de ocupação na parte insular, como também o local onde estava posicionada a Vila Nossa Senhora da Conceição.

MAPA 23 - VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, JOÃO TEXEIRA ALBERNAZ, 1640.



Fonte: Nestor Goulart Reis, 2001.

Como podemos verificar, este mapa representa a parte sul da ilha de Itamaracá, onde é possível ver detalhes da Vila Nossa Senhora da Conceição. Na parte de baixo, encontra-se posicionado o forte Orange e a sua direita uma área fortificada que segundo Nestor Goulart Reis representa a fortificação holandesa construída na fase inicial da conquista (REIS, 2001).

As construções cartográficas eram de extrema importância, principalmente para uma melhor construção dos objetivos da conquista. Para tanto, existia a necessidade de reproduzir as áreas urbanas posicionando as principais estruturas arquitetônicas de uma determinada localidade. Este tipo de preocupação pode ser evidenciado nos mapas de Salvador, Olinda e Recife.

O traçado das ruas, a forma como estava posicionada as principais estruturas arquitetônicas, os limites da área citadina e os aparatos bélicos eram os principais atributos da cartografia urbana. Geralmente, estes mapas vinham acompanhados de um sistema de identificação, são as legendas.

Com relação as legendas cartográficas, faremos referência a Luis de Camara Cascudo que nos traz a seguinte informação:

Um círculo com um ponto central, com cruz no exterior em cima é um engenho d água com capela, “Ingenio vel Mola Sacchari quae vi aquarum rotatum, cum Ecclesia”; sem a cruz não há capela; sem o ponto central é engenho de bois, “Ingenio, seu Mola Sacchari quae vi animalium circumagitur”. Um L invertido e posto em diagonal é o lugar despovoado, “Domicilia Deserta”. Um xadrezado, salinas. Um quadrângulo, fonte “fon”. O círculo com 4 linhas cardiais, curral “Stabula Diversarum Bestiarum”. Uma árvore, “campi”, campo. Duas árvores, “sylvae”, mato (CASCUDO, 1956: 189).

As informações acima não representavam uma regra. Na verdade, analisando mais precisamente a cartografia da época, iremos encontrar uma determinada variedade de legendas. Estas poderiam ser apresentadas através de letras ou por símbolos.

As representações cartográficas dos núcleos de povoamento eram de extrema importância. No entanto, mesmo sendo importante, verificamos uma escassez de mapas referentes a Vila Nossa Senhora da Conceição e a Vila Schkoppe.

MAPA 25 - VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 1630.



Fonte: Original Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (2001, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil*, Nestour Goulart Reis).

Segundo Reis (2001) o mapa 22 registra a “*vôo de pássaro*” todas as informações de interesse militar sobre a vila fortificada, na qual os portugueses resistiram ao ataque holandês. Pelo o que se observa eram poucas a quantidade de casas onde possivelmente a população da área seria pequena. Após a chegada dos holandeses a vila teria sido murada, aproveitando as vantagens do sítio elevado. Outro elemento que nos chama a atenção são às duas portas fortificadas que aparece em detalhes juntamente com a sua bateria.

Na construção deste trabalho, procuramos nas mais diversas fontes iconográficas e cartográficas as representações pontuais referentes à Vila Nossa Senhora da Conceição. Nesta pesquisa, encontramos na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) um relatório que continha o mapa 22 acima. Neste exemplar encontramos as legendas referentes ao posicionamento das antigas estruturas arquitetônicas da vila. Infelizmente, não existe referência do autor que realizou estas indicações.

Desta maneira, vamos considerar como autor desta legenda a FUNDARPE. É o que veremos a seguir.

5. VILA VELHA NOS SÉCULOS XVI E XVII: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL

5.1 Brasil – Holandês, aspectos teleológicos

Para um melhor entendimento dos motivos que levaram os holandeses a invadir o Brasil no século XVII, faz-se necessário reporta-se a fundação da Companhia das Índias Ocidentais, ou Conselho dos XIX⁴⁹.

Existem diversas explicações para a real motivação deste empreendimento, contudo a abordagem que mais se destacou é a questão político-religiosa, pois quando Felipe II tornou-se rei da Espanha, decidiu combater o avanço protestante em suas terras. Fato que levou os espanhóis a declarar guerra contra os Países Baixos⁵⁰.

Tendo consciência do desenvolvimento econômico dos holandeses⁵¹, condicionados ou não pelo calvinismo, os espanhóis passam a proibir as relações comerciais entre os batavos e todos os territórios que estavam sobre seu domínio. Entre as colônias que sofreram este embargo, encontrava-se o Brasil, que neste momento está sobre o jugo espanhol, num período conhecido pela historiografia como União Ibérica⁵².

Impossibilitado de sua principal atividade econômica, o comércio, os batavos fundaram duas companhias, Companhia das Índias Orientais⁵³ (no ano de 1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (em 1621).

Segundo Netscher a Companhia das Índias Ocidentais foi fundada em 1621, sendo mais passividade de armadores, coligados, para combater os espanhóis, do que uma

⁴⁹ A administração geral era formada por um colegiado o qual, pelo número de participantes, era chamado de Conselho dos XIX (Mello, 2004:8).

A Companhia das Índias ocidentais, tinha cada câmara seus diretores, mas a administração geral da companhia era feita por dezenove diretores escolhidos pelas diversas seções. A ordem era a seguinte: oito pela câmara de Amsterdã, quatro pela Zelândia, e dois representantes das demais câmaras. O décimo nono diretor, quando o julgavam necessário, era nomeado pelo Estados Gerais (Netscher, 1942: 78).

⁵⁰ Este conflito teve uma duração de oitenta anos (1568-1648), todavia, não significou conflitos diretos durante este período, existindo armistícios, conflitos diretos e indiretos (Watjen, 1938).

⁵¹ Capistrano de Abreu em sua obra Capítulos de História Colonial, alude ao desenvolvimento econômico holandês, sendo estes especialistas no desenvolvimento comercial. (Abreu, 1976).

⁵² Com a morte de D. Sebastião, rei de Portugal, em 1578, na batalha de Alcace Quibi, o reino português ficou sem herdeiros. Felipe II, então rei da Espanha, utilizando-se dos recursos a ele disponíveis, tornou-se rei de Portugal, dando início a um período conhecido pela historiografia brasileira como União Ibérica (1580-1640) (Sodré, 1996).

⁵³ A Fundação da Companhia das Índias Orientais, no ano de 1602, procurava restabelecer o comércio com Ásia, pois com o início da União Ibérica, os portugueses reduziram suas atividades econômicas nesta região (Netscher, 1942).

companhia de comércio, os resultados provinham quase que exclusivamente das presas feitas sobre o inimigo (NETSCHER, 1942: 51).

Discordando de Netscher, Watjen (1938) faz referência a companhia, onde para ele, não existia um consenso em objetivá-la a mero aparato militar:

Quanto aos pontos capitaes logo, sem dúvida, surgiram divergências de parecer. Enquanto Usselinx⁵⁴ punha todo o empenho na criação de núcleos coloniais e na facilitação das relações commerciaes – relegando, em contrário, para segundo plano a atividade militar da nova sociedade- os potentados da Província de Hollanda só queriam ver a companhia ser criada um instrumento de guerra contra o odiado adversário (WATJEN, 1938: 73).

A partir de 1621, a Companhia das Índias Ocidentais começaram a desenvolver seu projeto político e econômico. Da ordem política, a Espanha ainda era vista como um desafeto, neste sentido o aprisionamento de navios espanhóis corroborava para o enfraquecimento da mesma.

Sobre este projeto político econômico, Mello (1996) faz referência ao capitão Jon Andries Morbeeck, que defendia a colonização do Brasil como forma de enfraquecer a Espanha economicamente e militarmente. O próprio Morbeeck, defendia a utilização de escravos por dois motivos, o primeiro para um melhor desenvolvimento da produção do açúcar no Brasil e o segundo para uma melhor apropriação comercial, já que o tráfico negreiro era realizado pela própria Companhia das Índias Ocidentais.

Para corroborar com esta informação, verificamos que os batavos possuíam objetivos ligados a conquista da costa ocidental africana, principalmente pelo tráfico de escravos, e da América, principalmente no hemisfério sul, objetivando a conquista das regiões açucareiras. Foi com este ímpeto que a invasão holandesa ao território brasileiro começou a ser organizada, tendo num primeiro momento a conquista da Bahia (1624-1625) e no segundo momento Pernambuco (1630-1654).

Neste momento uma ressalva deve ser feita, não consta como objetivo desta pesquisa explorar a temática da invasão holandesa a Bahia, entretanto fazemos referência a esta apenas como uma expedição fracassada a qual gerou um enorme déficit financeiro para a Companhia das Índias Ocidentais.

⁵⁴ Willem Usselinx teve destaque na economia da Holanda sendo considerado um dos responsáveis, pela organização das duas empresas que posteriormente vieram a se transformar na Companhias da Índias Orientais e Ocidentais (Netscher, 1942).

Este prejuízo foi suplantado somente com a captura da frota espanhola, nos mares do Caribe, que continha uma enorme quantidade de prata, feita pelo comandante holandês Piet Heyn. Capistrano de Abreu em sua obra *Capítulos de História Colonial*, faz a seguinte alusão:

Nos anos seguintes, após a invasão de Salvador, a Companhia das Índias Ocidentais mandou diversos navios que estiveram no Brasil e em outras partes da África e da América, devastando e saqueando. Seu triunfo mais completo foi a tomada da frota espanhola, junto a costa de Cuba, por Pieter Heyn, em setembro de 1628. De uma só vez, entrou para os cofres mais de quatorze milhões, o dobro do capital inicial investido (ABREU, 1976: 78-79).

Faz-se necessário destacar que o projeto de invadir o Brasil novamente não ficou ligado somente a aquisição econômica. Neste sentido, destacamos a seguinte referência:

Antes da invasão de Pernambuco, os holandeses acumularam conhecimento sobre esta capitania brasileira através de documentos portugueses capturados pela Companhia das Índias Ocidentais, de relatórios de marinheiros holandeses aprisionados pelos portugueses e portugueses aprisionados pelos holandeses; de holandeses que mesmo antes da invasão neerlandesa em Pernambuco estiveram no serviço dos portugueses e dos índios que em 1625 foram levados a Holanda para futuramente servirem de interpretes no Brasil (SOARES & FERRÃO, 2007: 47).

Após este período de preparação, a expedição holandesa destinada a ocupação de Pernambuco, zarpou da Holanda no dia 26 de dezembro de 1629, uma armada de 52 navios e iates, 13 chalupas, poderosamente artilhados, com três mil e setecentos e oitenta marinheiros, três mil e quinhentos soldados. A 3 de fevereiro de 1630 avistou o Brasil, a 13 chegou em frente a Olinda e no dia seguinte iniciou o ataque (ABREU, 1976).

São diversas bibliografias relatando esta invasão, autores como Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonçalves de Mello, Leonardo Dantas, José Luis da Motta Menezes são apenas alguns exemplos de pesquisadores com enorme maestria, fazem referência a esta invasão, assim como os vinte e quatro anos de ocupação holandesa em Pernambuco. Neste

sentido, faremos neste momento um recorte histórico, sobrepondo os acontecimentos que tangem esta invasão⁵⁵ (1630) até 1633 ano marcado pela ocupação holandesa em Vila Velha.

Na Ilha de Itamaracá, encontramos na obra *Memórias da Guerra do Brasil 1630-1638*, tendo como autor Duarte de Albuquerque Coelho a seguinte referência:

A ilha está a 7 graus e dois terços da linha equinocial para o sul e a 7 léguas ao norte de da Vila de Olinda, forma-a um braço de mar que a cerca, tendo de largo um tiro de mosquete e fazendo duas barras, uma serve para entrar e é a principal, outra para sair, a qual chamam de Catuama. Aqui desembarcou o inimigo pela parte norte, porque a do sul era terra de Pernambuco, de que este braço de mar a separa recebendo aí o rio Santa Cruz.

Na primeira tentativa, no ano de 1631, os batavos não conseguiram conquistar totalmente a ilha de Itamaracá. Tal empreendimento não foi possível, graças a resistência e luta entre a Vila Nossa Senhora da Conceição, chefiada por Salvador Pinheiro, e os holandeses. Faz-se interessante destacar que neste momento, mesmo os holandeses não conquistando a vila, iniciaram na ilha a construção de um forte – o Forte Orange⁵⁶ (ANDRADE, 1999).

Devido a construção do forte Orange, Salvador Pinheiro, governador de Itamaracá, enviou uma carta para o general Matias de Albuquerque, pedindo o envio de soldados e peças de bronze para que fosse possível construir uma bateria, num ponto mais abaixo da Vila Nossa Senhora da Conceição, capaz de bater o forte que o inimigo havia construído. Como resposta, foi enviado o Conde de Bagnuolo com 250 homens e 3 peças, duas de 16 e uma de 20 libras de bala (Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias da Guerra do Brasil 1630-1638*).

Os documentos referentes a este evento indicam que tal empreitada não representou sucesso em sua execução. No documento pesquisado, encontramos os prováveis motivos para o fracasso. Estes podem estar relacionados a fatores econômicos e militares:

No dia 8 de dezembro voltou o inimigo a faxina, e nós a estorvalha, o que conseguimos. Porém vendo o Conde de Bagnuolo o pouco efeito da bateria e

⁵⁵ Evaldo Cabral de Mello em sua obra *Olinda Restaurada*, faz alusão a este período de 1630 a 1633. Segundo este autor, mesmo em luta contra os rebelados pernambucanos, os neerlandeses decidiram expandir sua ocupação para o norte, conquistando a Capitania de Itamaracá.

⁵⁶ Na barra principal deitou o inimigo sua gente, e no sítio e terreno mais a propósito para sua defesa começou um forte real, com o nome de Orange, e nós o apelidamos de barra de Itamaracá (*Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, Duarte de Albuquerque Coelho).

a muita pólvora que se gastava, ficando a Espanha, donde ela vinha, tão distante, pareceu-lhe melhor retirar a artilharia, dando conta de tudo ao general, o qual ordenou que voltasse ao Real com as peças e gente que tinha levado (Idem, ibdem).

Apesar desta tentativa de defesa acontecida em 1632, a segunda tentativa de invasão, a Vila Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1633, ocorreu sem maiores problemas para os holandeses, Barthel (2007) refere-se a esta conquista de uma forma pacífica, onde Salvador Pinheiro rendeu-se sem disparar um único tiro (Barthel, 2007: 27).

Sobre a forma como sucedeu a conquista da Vila Nossa Senhora da Conceição, pelos holandeses, destacamos a seguinte referência:

Perdendo pouco o inimigo, deixaram livremente sair com suas armas o governador Salvador Pinheiro e os mais, e ficaram senhores da vila e de toda a ilha, que tinha alguns, ainda que poucos moradores, e os da terra firme, da paróquia de Goiana, que também era termo e jurisdição da própria ilha (Duarte de Albuquerque Coelho, Memórias da Guerra do Brasil 1630-1638).

Foi a partir deste processo de invasão e conquista, que ocorreu no ano de 1633, que a Vila da Nossa Senhora da Conceição, passa a ser rebatizada com a seguinte denominação Vila Schkoppe (*Oppidum Schkoppe*), nome dado em homenagem ao capitão holandês, Sigismundo Van Schkoppe, que organizou o ataque a vila.

A partir deste ponto, identificamos que Vila Velha começou a ganhar uma nova configuração, esta por sua vez, será apresentada no decorrer deste trabalho de pesquisa arqueológica.

A mudança de nome ocorrida no período holandês, esta relacionado a uma homenagem ao capitão militar Sigismundo Schkoppe. Segundo Varnhagem, Schkoppe era um homem de coragem e dedicado a vida militar, e teve um papel fundamental nas invasões holandesas do século XVII (VARNHAGEM, 1945).

No período holandês, verificamos que na obra Holandeses em Pernambuco de autoria de Leonardo Dantas existe referência ao confinamento de todos os religiosos das mais diversas ordens existentes em Pernambuco, no reduto de Vila Velha. Corroborando com esta informação, citamos Mello (1997), que faz alusão a prisão de frades de São Bento, São

Francisco e do Carmo, sendo designado como presídio a cidade Schkoppe, na ilha de Itamaracá e mais tardes enviados para as Índias Ocidentais (MELLO, 1997).

Com relação à ocupação holandesa em Itamaracá encontramos uma referência a qual consideramos interessante. Trata-se da designação dada à ilha que era chamada de Jardim da Holanda⁵⁷, destacando-se na produção de uvas. Esta atividade agrícola deveria ter tido uma conotação muito importante já que se verifica esta fruta no brasão da ilha (PAIVA, 2003).

A ilha de Itamaracá teve uma outra conotação importante para os holandeses, a questão militar. Barthel (2007) descreve dois pontos fortificados na entrada do canal de Santa Cruz, o fortim de Catuama e o forte de Santa Cruz, que possivelmente foi destruído devido à construção do forte Orange (forte construído pelos holandeses). Ainda segundo a autora, a Vila de Nossa Senhora da Conceição era fortificada de maneira medieval, situada sobre uma íngreme elevação, tendo uma bateria e baluartes sem indicação de artilharia (BARTHEL, 2007).

A distância entre o forte Orange e a Vila de Nossa Senhora da Conceição é de 3 km, que pode ser executada através de dois caminhos. As fortificações listadas por Barleus em Itamaracá são apenas o forte Orange, com apenas 4 bastiões e perímetro de 132 braços, e a fortaleza da Vila Schkoppe, encontrava-se uma torre de Atalaia no lado Norte e outra torre ao sul que garantia a entrada no canal de Santa Cruz (BARTHEL, 2007).

Pouco depois da ocupação holandesa, em 22 de dezembro de 1672, a capitania de Itamaracá ficou subordinada a de Pernambuco (quanto ao governo militar) e a da Bahia (quanto à justiça e a fazenda). No ano de 1685 a sede da vila foi mudada para Goiana, retornando para Itamaracá em 1708.

5.2 Da Vila Nossa Senhora da Conceição para Vila Schkoppe.

Para um melhor desenvolvimento da temática, nos reportaremos ao primeiro período de ocupação da Vila Nossa Senhora da Conceição e os motivos que a levaram a ter sido a sede da Capitania de Itamaracá no início da colonização portuguesa no Brasil.

⁵⁷ Diversos autores destacam a problemática da alimentação que os holandeses sofreram nos primeiros anos de ocupação do nordeste brasileiro. Mello (1997) faz referência a uma grave crise de escorbuto, doença relacionada a falta de vitamina C no organismo. Existe referência sobre planos de instalações agrícolas holandesas em Fernando de Noronha, objetivando que a ilha pudesse produzir gêneros agrícolas ligados a alimentação. Watjen (1938) faz alusão a cartas destinadas a Companhia das Índias Ocidentais em que o batavos que estavam no Brasil pediam uma série de auxílios entre eles o envio de alimentos.

O primeiro elemento que pode ser aferido como hipótese para a escolha do local de construção da sede da Capitania de Itamaracá, pelos portugueses, esta relacionado a questão geográfica. A vila esta situada no ponto de maior altitude da ilha, num morro, conhecido como Morro do Giz ou dos Franceses. Sendo este local o de maior altitude da ilha, podemos assim identificar o apelo lusitano por escolhas de lugares que possuam altitudes que sejam superiores ao do nível do mar como principais aportes de povoamento⁵⁸.

O escritor Goulart Reis (2000) atenta para o fato de que as primeiras vilas e cidades brasileiras terem sido orientadas pelo padrão renascentista. As características gerais deste tipo de modelo são as seguintes: ter um núcleo central contendo neste a parte religiosa, a parte política e a parte militar. Tais atributos podem ser evidenciados na Vila Nossa Senhora da Conceição.

O aporte religioso, encontramos na vila, uma igreja fundada neste primeiro momento de ocupação, a igreja matriz, batizada de Nossa Senhora da Conceição⁵⁹. O nome da igreja serviu como base de batismo para o nome da vila.

O atributo político, está relacionado com a construção da Casa de Câmara e Cadeia. Esta por sua vez, objetivava estabelecer na capitania o domínio administrativo e judiciário. Uma vez que as normas eram oriundas do reino, deveria existir nas capitanias um centro de fiscalização e aplicação destas leis. Uma outra conotação que tinham estes edifícios era o controle tributário, pois as decisões políticas estavam, muitas vezes, relacionadas com fatores econômicos.

Por último, o aporte militar. Na Vila Nossa Senhora da Conceição existia paliçadas de madeira sobre muralha de terra que circundava a ilha, tendo em algumas regiões um fosso (SEABRA, 2003).

Segundo Barthel (2007) o principal ponto fortificado ficava na entrada do canal de Santa Cruz, entretanto provavelmente o Forte de Santa Cruz foi destruído devido a construção do Forte Orange.

José Antônio Gonçalves de Mello em sua obra Administração da Conquista, traz em seu livro, alguns relatórios destinados a Companhia das Índias Ocidentais feitos por holandeses, que participaram da conquista do território brasileiro. Dentre eles, um faz referencia da Vila de Nossa Senhora da Conceição como uma velha bateria no monte de

⁵⁸ Apesar de existir um apelo muito forte da historiografia brasileira a esta idéia, verificamos exceções ao longo do território.

⁵⁹ Algumas fontes bibliográficas, costumam delegar pioneirismo as principais obras arquitetônicas. Não atribuiremos esta idéia, entretanto alguns livros fazem referencia a fundação desta igreja ao ano de 1526 outros atribuem o ano de 1534.

Itamaracá feita pelos portugueses. Esta inquietação com a defesa militar, nos parece extremamente plausível, visto que este tipo de preocupação não é algo exclusivo da Vila de Nossa Senhora da Conceição,

Um quarto atributo foi adicionado por Moraes (2000), o qual refere-se a importância de existir um porto por onde as unidades produtivas devam ser escoadas a fim de que elas possam produzir rentabilidade a coroa portuguesa e aos colonos inseridos nas vilas e cidades brasileiras (MORAES, 2000: 275).

Por se tratar de uma ilha, Itamaracá possui um porto natural, localizado no canal de Santa Cruz. Sobre este porto⁶⁰, devemos salientar duas considerações, a primeira é sobre a capacidade de navegação. Muitos historiadores abordam a dificuldade de se trafegar por ele grandes embarcações, fazendo com que muitos navios preferissem aportar no porto de Recife⁶¹.

Para corroborar com a informação acima destacamos a obra *História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Nesta encontramos a seguinte informação: “o rio de Itamaracá só poderia ser navegado por navios menores, sendo estéril e inculto o solo circujacente, e o porto cheio de bancos e já mal afamado naufrágio de varias naus”.

A segunda consideração, está relacionado ao tipo de produto explorado na Capitania de Itamaracá. A maioria dos engenhos desta capitania estavam localizados na parte continental, onde muitos preferiam escoar sua produção ao Porto do Recife.

Apesar destas considerações, é necessário evidenciar a importância, para os holandeses, do canal de Santa Cruz. Para tanto, fazemos referência a um relatório⁶², do conselheiro político Joannes Van Walbeeck, escrito no ano de 1633, pedindo aos Estados Gerais maiores investimentos para a conquista. Neste encontramos o seguinte conteúdo:

Se o pedido (de auxílio) fosse rejeitado deviam limitar-se no Recife a duas medidas de urgência sendo a primeira, dificultar o abastecimento do arraial português e o segundo a ocupação da Ilha de Itamaracá, impossibilitando assim a exportação do açúcar português pelo estreito marítimo que ficava atrás dela e ganhando reservas de lenha e madeira para paliçadas, de que a

⁶⁰ Almeida Prado faz referência a este porto como Porto dos Franceses (Prado, 1938).

⁶¹ José Antônio Gonçalves de Mello é um dos escritores que trazem esta informação.

⁶² Este documento pode ser encontrado na obra *Roteiro de um Brasil Desconhecido* de João de Laet, obra que foi transcrita por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão.

cidade do Recife precisava com urgência (SOARES & FERRÃO, 2007: 65-66).

Uma vez dominado o porto do Recife, as forças restauradoras teriam que se utilizar de outras vias de acesso ao continente⁶³. Na parte norte, o local mais próximo do Arraial Português seria o canal de Santa Cruz. Uma vez conquistado, ficava mais difícil, para os restauradores, receber auxílio externo.

Para corroborar com esta idéia, fazemos referência a um outro relatório, que pode ser encontrado na obra *Roteiro de um Brasil Desconhecido* de João de Laet. Este documento possui a autoria de Joannes Van Walbeeck, sendo referente a importância da Ilha de Itamaracá no processo de dominação:

A Ilha de Itamaracá também é de grande importância tanto para dominar completamente os portos do sul e do norte como vigiar todos os rios e riachos; porque possuindo esta ilha bloquearíamos suficientemente os riachos de Maria Farinha e de Goiana (Idem, ibidem).

Seabra (2003) alude sobre outros atributos que a vila possuía, entre os quais o Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Faz-se necessário destacar que não encontramos nenhuma referência documental a respeito deste hospital. Entretanto, como já foi mostrado, existe nos mapas do início do século XVII a indicação da existência deste tipo de edifício. A autora faz a indicação da existência de outros elementos, entre os quais um engenho e fornos de cal.

Sobre este engenho da Ilha de Itamaracá, existe na obra *Administração da Conquista*, de José Antonio G. Mello (2004) a referência, através de documentos do período holandês, da existência de dois engenhos em Itamaracá, dos quais poucos sinais existem. Segundo esta obra “*Jon Wynants planta muita cana, pois pretende levantar um engenho de bois*”. Entretanto, nesta mesma obra, a referência citada como nome para o antigo engenho é Tripicu, tendo este sido reconstruído por Jon Wynants (MELLO, 2004: 72).

A historiografia deste período, não traz uma clareza de detalhes sobre o formato do engenho, sua produção e a utilização da mão de obra. Devido a carência de informações, não é possível construir hipóteses a respeito da produção açucareira da ilha. Neste sentido, a

⁶³ Dentro da tática de guerra defendida por Bagnuolo no Brasil estavam em fortificar o Cabo de Santo Agostinho, aumentar o efetivo das estâncias, em abandonar a Ilha de Itamaracá, pois não havia gente suficiente para defender seu circuito e guarnecer os fortes da Paraíba (Mello, 1998: 366).

pesquisa arqueológica poderia nos fornecer dados mais detalhados referentes a este assunto auxiliando a compreensão dos acontecimentos que tangem esta ocupação.

O período holandês será abordado, nesta pesquisa, a partir da análise dos processos de rupturas e continuidades, sendo estas motivadas principalmente pela necessidade dos neerlandeses em se adaptar assim como adequar o local as suas carências. O aspecto estrutural da vila assim como seu sentido funcional e a relação dos batavos com o ambiente em questão, será abordado no desenvolvimento deste capítulo.

Com base numa melhor relação entre os holandeses e os luso-brasileiros, a Companhia das Índias Ocidentais resolveu delegar ao Conde Mauricio de Nassau⁶⁴, a incumbência de gerenciar de forma mais branda a dominação, possibilitando assim um melhor desenvolvimento econômico, político e social das capitanias que estavam sob o jugo dos batavos.

Antes da chegada do conde, no ano de 1637, o empreendimento de dominação não estava gerando a renda necessária para a manutenção da empresa, pois poucos eram os engenhos que estavam em funcionamento. Este fato relaciona-se ao ranço existente nos luso-brasileiros de aceitarem a dominação neerlandesa⁶⁵. Sobre este fato, a historiografia brasileira costuma explicar que um dos principais motivos para esta repulsa era a questão religiosa, pois os holandeses eram calvinistas. Não nos parece plausível atribuir somente este elemento como causa, entretanto, a explicação deste fator não representa importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Depois da batalha entre holandeses e luso-brasileiros diversos engenhos estavam destruídos sendo necessários investimentos financeiros para o reinício da produção (MELLO, 2004).

Prontamente Nassau instituiu a linha de crédito, possibilitando assim que muitos luso-brasileiros voltassem a suas atividades agrárias e como forma de melhorar a aproximação entre estas duas nações distintas, instituiu a liberdade religiosa⁶⁶. Apesar do apelo econômico

⁶⁴ Mauricio de Nassau assumiu o governo das conquistas no Recife em 28 de Janeiro de 1637 permanecendo no poder até 6 de maio de 1644 (Mello, 2004)

⁶⁵ Segundo o documento feito e enviado por Nassau no ano de 1642, as Companhias das Índias Ocidentais, “sem igualdade de direitos com os calvinistas holandeses, jamais seriam os portugueses amigos dos neerlandeses (Mello, 2004).

⁶⁶ Sobre a Holanda, Moraes (2000) faz a seguinte referência: emergidos da luta contra o império espanhol e com a divisão dos Países Baixos em 1579, aparece como a primeira nação capitalista burguesa, com identidade nacional mercantil, fortemente marcado. Daí gerar um aparato de estado criado de acordo com os interesses da burguesia urbana que lhe propicia uma competência comercial, base da expansão holandesa ao longo do século XVI e XVII. Essa plena identificação entre interesses do estado e do capital mercantil, expressa-se em medidas amplamente favoráveis ao desenvolvimento das relações capitalistas como por exemplo, a política de tolerância religiosa que atua na atração de capitais (Moraes, pág.62, 2000).

feito por Moraes, como forma de identificar esta “tolerância religiosa” por parte dos holandeses, não nos reportaremos a ela. Cabe aqui neste ponto, discordar deste determinismo econômico, que para alguns leitores e autores, está diretamente ligada ao marxismo⁶⁷.

Fazendo referência ao primeiro ponto, à política, Nassau instituiu a possibilidade de se existir dentro desta esfera representantes holandeses e portugueses, eram as chamadas Câmaras de Escabinos:

A Câmara de Escabinos foi uma adaptação de Nassau aos seus súditos do Brasil Holandês. O supremo conselho escolhia numa lista organizada pelos eleitores nomeados pelo Conselho de Justiça, os nomes dos membros. Presidia sempre um holandês, o Esculteto, promotores de execução fiscal, além de direitos penais que podiam aplicar. A metade era portuguesa, mas legislação, atas, jurisprudência tudo era em flamengo, afastando ou dificultando a participação (luso-brasileira) na esfera política (CASCUDO, 1956: 93).

Apesar de Nassau conceder mais direitos aos luso-brasileiros, destacamos a existência de Conselhos Políticos neerlandeses que possuíam objetivos bastante claros, entre os quais a direção de armazéns e viveres, munições, dos casos pertencentes a companhia e das construções (MELLO, 2004)

Cabe a este ponto, um dos primeiro apelos a modificação funcional da Vila Nossa Senhora da Conceição, onde neste período, mesmo existindo a Casa de Câmara e Cadeia, as decisões políticas e administrativas referentes à Capitania de Itamaracá foram transferidas para Goiana.

José Antônio Gonsalves de Mello refere-se a documentos do período holandês que constam que o tribunal da Capitania de Itamaracá ficava localizado em Goiana, porque é nesta região que existe o maior número de engenhos e onde se encontrava a maior população, por causa das boas terras aí existentes (MELLO, 2004: 309).

⁶⁷ Entre os autores que atribuem a condicionante econômica, encontramos Sahlins (1979) que concorda com a visão determinista da economia para se explicar aspectos culturais de um determinado grupo cultural na fase capitalista. Mello (1975) faz referência a Marx, colocando o fator econômico como condicionante a vida social, política e intelectual.

Mesmo tendo consciência da importância da economia nos aspectos culturais, não aplicaremos a idéia condicional. Em oposição a esta, utilizaremos a explicação de Max Weber, através de sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Para Mello (1995), Weber atribui os valores culturais como possíveis elementos de determinação de um tipo de economia.

O motivo pelo qual ocorreu esta mudança pode estar relacionado à produção açucareira, pois segundo documentos transcritos por Mello (2004) referentes aos relatórios feitos por Adriaen van Bullestrate para a companhia, informava que em Goiana e seus arredores existiam grandes engenhos e fartos canaviais, enquanto que a Vila Schkoppe possui apenas dois engenhos pertencentes a Seulijn. Ainda segundo Mello, existem as seguintes constatações feitas pelos batavos sobre Schkoppe⁶⁸:

Nesta ilha, fica uma cidadezinha por nós chamada de Schkoppe, que é porém de pouca importância e mais habitada por nossa guarnição, sem muito movimento, comércio ou negociação, sendo a terra razoável porém muito cheio de formigas (MELLO, 2004: 208).

Uma outra referência documental é citada por José Antônio Gonçalves de Mello, desta vez a alusão é feita na sua obra *A Economia Açucareira*, onde segundo esta fonte retirada do relatório de 1639 feito por Jacoboz van der Dunssem, a ilha de Itamaracá possuía poucas terras férteis:

O resto é devastado pelas formigas de modo que muito pouco se consegue colher e o lavrador tem sempre prejuízo; somente melões e culturas semelhantes são ali encontrados em abundância e também as mais belas uvas do Brasil (MELLO, 2004: 121).

Levando em consideração a importância das atividades comerciais como influenciador dos modelos administrativos e sendo a Vila Schkoppe uma localidade de pequeno apelo comercial, nada mais plausível que as funções políticas e judiciárias fossem transferidas para uma vila com maior aporte econômico. De fato, foi o que aconteceu.

Para corroborar com esta informação faremos referência a Mello (2004) que faz citação de um relatório feito em 1639 por Adriaen Jacoboz van der Dunsem, onde traz a seguinte descrição:

Esta capitania não tem sequer jurisdição, tendo o conselho de escabinos, se reunindo em Capiguaribe⁶⁹, uma vez que os portugueses abandonaram a

⁶⁹ Ângelo Jordão Filho em sua obra *Hegemonia Política de Goiana*, faz referência ao nome Capiguaribe como sendo a mesma coisa de se atribuir o nome Goiana.

cidadezinha da ilha pela má situação e por ali se transportaram considerando sua posição favorável (MELLO, 2004: 64).

Como podemos perceber, no momento de ocupação dos holandeses, a Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nossa Senhora da Conceição perdeu sua função política, administrativa e judiciária, entretanto sua edificação não ficou obsoleta, existindo a permanência de uma de suas funções, o presídio assim como a reutilização do seu espaço através de uma nova função: o quartel.

Três elementos corroboram para a aplicação desta função, a primeira está relacionada ao fato da vila ser em si uma fortaleza, fazendo com que os presos ficassem em contato diretamente com os soldados que patrulhavam a ilha e o cárcere.

O segundo elemento está relacionado com uma referência feita por Leonardo Dantas⁷⁰ (2004) sobre a prisão de monges beneditinos da cidade de Olinda, onde após a prisão foram enviados para cumprir pena na Vila Schkoppe, localizada na ilha de Itamaracá.

O terceiro elemento está vinculado à descrição cartográfica. Como já foi visto, no mapa da Vila Nossa Senhora da Conceição, existe na legenda sobre a Casa de Câmara e Cadeia da vila, a descrição de que aquela edificação teria sido utilizada pelos holandeses como quartel.

Tais fatores somente corroboram para a possibilidade de ter sido realizado, pelos holandeses, determinadas modificações funcionais, acarretando num melhor desenvolvimento das atividades referentes ao plano de conquista.

Analisando, o segundo item, o aparato religioso⁷¹ vemos algumas reestruturações de ordem funcional. Leonardo Dantas em sua obra *Holandeses no Brasil 1630-1654* afirma que nem sempre foram permitidos o culto católico nas Igrejas Católicas, nesta medida alguns dos maiores templos foram entregues ao ministério dos predicantes da Igreja Cristã Reformada.

Como já foi citado, a arqueologia histórica pode utilizar fontes pictóricas como referências, podendo estas contribuírem para complementar as informações históricas, desta

⁷⁰ Devido a vinda da armada do Conde da Torre, todos os lusos brasileiros foram considerados suspeitos, assim fora decretado pelo Conde Nassau o confinamento de todos os religiosos, das diversas ordens existentes em Pernambuco, no reduto de Vila Velha (Itamaracá). Leonardo Dantas, de sua obra *Holandeses em Pernambuco 1630-1654*.

⁷¹ Um outro elemento atribuído a esfera religiosa, esta relacionado com a extensão do quesito da fé para atribuições políticas e econômicas. Mello (2004) cita as diversas reclamações feitas sobre a enorme quantidade de feriados ligados a dias santos, quando estes aconteciam a produção parava, pois era proibido trabalhar nestes feriados. Ainda segundo o autor, as relações matrimoniais com base na construção de alianças, era uma prática comum entre os portugueses que achavam comum casamentos entre tios e sobrinhos o que era terminantemente proibido na legislação neerlandesa, que os consideravam incestuosos.

maneira, a iconografia do período holandês, consta a nova função da igreja matriz de Vila Velha, onde esta passou a ser utilizado como aparato militar.

A arqueologia da paisagem verifica a utilização de cada espaço de acordo com a racionalidade de cada sociedade. Desta maneira, cada ambiente escolhido tem uma relação com os objetivos de ocupação de cada grupo. Neste caso, uma estrutura arquitetônica pode permanecer sem alterações estruturais desde que seja atribuído uma nova função (BORRAZÁS, 2005).

A edificação da igreja católica continua a existir dentro do ambiente neerlandês, entretanto sua função passa ser modificada, passando a ser um aparato militar. Extremamente plausível tal aplicação, pois a altura da igreja, sua configuração material e sua localização dentro da vila (na parte central) possibilitavam um bom enquadramento dentro dos anseios militares.

Outro aspecto que pode ser levado em consideração é o local onde está posicionada a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Relacionando a igreja com o ambiente, é possível verificarmos que esta edificação religiosa poderia servir como uma espécie de ponto de vigilância.

Esta hipótese faz sentido a partir da análise espacial da vila, pois da igreja é possível visualizar parte do Oceano Atlântico e parte do Canal de Santa Cruz, ambos utilizados como sistema de transporte náutico. O patrulhamento destas vias hidrográficas era de extrema importância para os holandeses.

A atribuição que merece destaque é que, geralmente as referências históricas sobre o período holandês nem sempre aludem para a reutilização dos espaços, mesmo que estes tenham tido suas funções mantidas ou modificadas.

Para um melhor entendimento da reutilização do ambiente, encontramos dentro da arqueologia da paisagem, elementos que auxiliam no entendimento das possíveis novas atribuições.

Borrazás (2005) transmite esta idéia supracitada, onde para o autor as construções dos espaços estão direcionadas as variáveis sociais, culturais e políticas. No caso da ocupação holandesa de Vila Velha, verificamos que a reutilização de uma estrutura já construída, esta relacionada a uma nova estratégia de ocupação.

Sobre o terceiro aspecto, o aporte econômico, alguns elementos devem ser destacados. Como já foi visto acima, a produção do açúcar na ilha foi muito limitado, existindo apenas dois engenhos já supracitados. Entretanto, uma nova atribuição agrícola foi destinada a

Itamaracá. Alguns escritores tais como José Antônio Gonçalves de Mello e Leonardo Dantas, atribuem à idéia de Itamaracá ter se transformado no celeiro⁷² do Brasil Holandês.

Esta informação, referente a produção e o abastecimentos dos gêneros agrícolas⁷³ face ao período de dominação holandesa, destacamos a seguinte referência:

Concluído a conquista do Nordeste, a Companhia das Índias Ocidentais tratou de reduzir os custos do seu aparato militar, inclusive transferindo para a produção local uma parcela substancial da responsabilidade pelo suprimento das suas forças terrestres e navais. Já ao tempo de ocupação, havia-se procurado diminuir a dependência de viveres importados. A partir de 1633, havia se cultivado a Ilha de Itamaracá (MELLO, 1998: 295).

Apesar desta informação acima destacada, não encontramos nas fontes bibliográficas nenhum aporte para a averiguação comercial dos produtos agrícolas da ilha. Parece-nos que tais alimentos eram produzidos não com apelo capitalista (comércio) e sim por motivos de necessidade de se adquirir alimentos do próprio território brasileiro. O que nos remete a esta informação?

Na obra *Tempo dos Flamengos* cujo autor é José Antônio Gonçalves de Mello, existe uma série de problemas sofridos pelos holandeses no período da invasão, entre os quais a carência de alimentos das quais as tropas sofreram perdas enormes devido a este fator.

Ainda sobre a produção de alimentos para as tropas holandesas Mello (1998) alude para as tentativas do governo holandês no Brasil de fazer da Ilha de Itamaracá um centro pesqueiro capaz de suprir as necessidades do Recife, mas devido a falta de escravos não foi possível a realização deste projeto.

Itamaracá não foi a primeira saída para superar este problema, pois antes desta, os neerlandeses traçaram um plano de constituir em Fernando de Noronha um núcleo agrícola, embora este empreendimento tenha sido malfadado.

Não nos parece equivocado atribuir à função de celeiro agrícola a ilha, pois estes gêneros agrícolas eram de pouco valor comercial, principalmente na esfera internacional. O principal produto tipo exportação, o açúcar não obteve um forte desenvolvimento na parte

⁷² Seabra (2003) chama a atenção para a produção de uvas no período holandês, estas eram tão famosas que o Conde Mauricio de Nassau atribui ao brasão da Capitania de Itamaracá, cachos de uva. No brasão atual, podemos constatar tal atribuição.

⁷³ O capitão mor Salvador Pinheiro chegara a sugerir que se desembarcasse ali o exército da armada do Conde da Torre, pois segundo dizia, a ilha estava tão intensamente cultivada que poderia facilmente sustentar 3 mil soldados, conselho em boa hora descartado (Mello, 1998: 314).

insular, ou seja, existindo a necessidade de se obter gêneros alimentícios e tendo numa determinada localidade a possibilidade de preencher estes anseio, nada mais propício que nela seja atribuído uma nova função.

Segundo as fontes documentais, nem todos os gêneros alimentícios, produzidos na Ilha de Itamaracá, tiveram êxito. Um dos principais produtos destinados a alimentação das tropas holandesas no Brasil, a mandioca, não obteve o sucesso esperado. Sobre esta informação, destacamos a procura, do governo neerlandês, por particulares destinados ao cultivo da mandioca:

O lugar é muito bravio, cheio de espinhos e toda a sorte de árvores, de modo que antes de tudo será preciso roçá-lo. A qualidade da terra requeria nove ou dez meses entre o plantio e colheita. Seu cultivo fazia-se a duras penas, principalmente, devido a profusão de formigas “as devastadoras formigas de Itamaracá” (MELLO, 1998: 315).

A arqueologia da paisagem atribui uma análise ambiental dos sítios arqueológicos assim como a relação do homem com o seu entorno geográfico. Andrade (1999) atribui à baixa produtividade da cana de açúcar na região peninsular a questão do solo, considerando-o não muito propício para a plantação deste gênero agrícola.

Neste sentido, a explicação do ponto de vista geográfico nos permite inferir como hipótese sobre a baixa produtividade do açúcar em Vila Velha assim como em seu entorno peninsular. Neste caso, a arqueologia pode utilizar dentro de suas análises os elementos geológicos, possibilitando a verificação desta informação bibliográfica.

Ainda sobre os elementos econômicos, verificamos através de Seabra (2003) a existência, no período holandês, de fornos de cal. Tal evidencia parece-nos bastante provável. Na obra *Tempo dos Flamengos* existe um aporte sobre a problemática das construções civil, pois com a destruição de Olinda o governo passa a residir em Recife o que gera uma grande problemática ligada as construções, “*a cal deveria vir da Holanda ou de Itamaracá*”(MELLO, 2002: 53).

A importância para a arqueologia histórica da utilização de fontes pictográficas já foi salientada neste trabalho. Mais precisamente sobre os fornos de cal, podemos ressaltar uma informação que possa corroborar para o parágrafo acima. Ainda existe na Ilha de Itamaracá fornos referentes aos séculos passados. Entretanto, na falta de um melhor embasamento

arqueológico e arquitetônico, preferimos não afirmar que estes são os mesmos do período holandês.

Com relação à possibilidade de se transferir a sede do governo Brasil Holandês do Recife para uma outra localidade, aqueles que apoiaram esta idéia, sempre se referiram a Vila Schkoppe como o melhor local do novo aporte⁷⁴. Contudo tal transferência não ocorreu, tendo como maior opositor a este plano o Conde Nassau.

Os motivos para a não transferência foram apontados por Gaspar Barlaeus em sua obra *História dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos no Brasil*. Segundo o autor:

Era a ilha de Itamaracá grandemente louvada e recomendada na Holanda. Já se falava com insistência em transferir para ela a sede do governo. Significaram-lhe, porém o Conde e os Conselheiros a devastagem e inutilidade desta mudança. Tinham perlustrado o lugar e examinado todas as condições da ilha, que parecia despovoado e selvagem, com raros moradores e algumas habitações. Em Recife encontrava-se casas de gênero, arsenais, armazéns de mercadorias, e tudo deveria se construir em Itamaracá com grandes gastos. Recife era localidade mais amena, fértil e fortificada, dando fácil aceso aos maiores navios num porto cômodo e num excelente surgidoro (Barlaeus, 1980: 34).

O último item abordado, esta relacionado ao aporte militar, sendo este em nossa opinião, o elemento mais importante para a compreensão das modificações funcionais e estruturais ocorridas em Vila Velha.

O território⁷⁵ da Ilha de Itamaracá possuía dois aparatos militares antes da invasão holandesa. Como já foi visto, a fortificação portuguesa destinada a proteção do Canal de Santa Cruz, foi destruída pelos holandeses em 1631 e em seu lugar iniciou-se a construção do Forte Orange.

O segundo bastião militar da ilha era a própria Vila de Nossa Senhora da Conceição. Relatos sobre a situação militar da vila antes da invasão podem ser verificados, e averiguados na obra *Economia Açucareira*, onde segundo os documentos da Companhia das Índias Ocidentais havia na ilha, em cima de um monte na entrada do rio, um pequeno reduto com

⁷⁴ São diversos os autores que atestam que esta idéia existiu, Capistrano de Abreu, Varnhagen, Almeida Prado, Netscher, Mello e Dantas.

⁷⁵ Território é conceituado por Moraes (2000) como um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza (Moraes, 2000: 18).

cinco ou seis peças que podem lançar balas de seis a sete libras e são chamadas meiossacres (MELLO, 2004: 27)

Ainda segundo a obra, verificamos as transformações da estrutura militar⁷⁶, feita pelos holandeses em período de ocupação:

A pequena cidade Schkoppe, sita na ilha, está fortificada desde velhos tempos, como foi fortificado quando nós a tomamos. O extenso parapeito feito pelos portugueses que não havia tropa que o governasse, tinha necessariamente de ser abandonado, e nós deixamos que se arruína-se; a igreja que fica ao sul da cidade foi ligada a bateria que o flamqueia o rio, ficando assim a salvo de algum súbito acontecimento do inimigo ou então da tropa que havia na terra; mas não é isto o bastante contra o inimigo que, notavelmente poderia vim de fora encontrando-se ainda tudo ao modo antigo. No extremo norte da pequena cidade, na estrada do passo Tapessima há um redutuzinho que serve de guarda avançada, e não é grande a defesa (MELLO, 2004: 125).

Como citamos acima, as transformações militares em Vila Velha, possibilitaram a construção de uma fortaleza que estava diretamente relacionada com o Forte Orange. Estas modificações nos remete a um sentido funcional dado pelos holandeses a todo o território da ilha. Esta passou a servir muito mais como uma fortaleza de retaguarda, pronta a proteger e resguardar os holandeses a qualquer possibilidade de contra ataque do inimigo. Esta função, fica muito mais evidente quando reportamos aos documentos dos diretores holandeses destinados a Companhia das Índias Ocidentais.

Um dos documentos referidos acima, foi transcrito por Mello (2004), tendo como autores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas. De acordo com tais relatos:

Itamaracá é alongada, e tem um contorno de cerca de 7 milhas, e onde o rio novamente entra no mar, é por nós chamada de Barra Norte e pelos portugueses de Catuama. Notemos que nessa guerra a ilha não somente foi útil para nós, em razão dos engenhos que nela se encontram, como ainda, principalmente por causa da força e situação que tem, não apenas pela arte e pelos fortes que nela construímos, mas em especial, por sua situação

⁷⁶ No período holandês, a Vila Nossa Senhora da Conceição sofreu intervenções militares dentre as quais a construção de uma torre castrense próximo a igreja (Varnhagen, 1972).

natural, de modo em que, em tempo de ataque, será possível mantermos-nos na ilha e com seus produtos, e nela nos defendermos (MELLO, 2004: 208-209).

Outro documento citado pelo autor trata de uma tentativa de invasão realizada em 1645 contra a ilha, onde os rebelados chegaram com cerca de mil e quinhentos a dois mil homens e atacaram a cidade de Schkoppe, mas a resistência foi tão grande que foram obrigados a se retirar (MELLO, 2004).

Um diretor da ilha e lugares circujacentes, o senhor Balthasar van Dortmont, conselheiro de finanças, destaca a importância da ilha que em tempo de guerra devem, necessariamente, residir nela algumas pessoas de autoridade: *“Para a ilha, fizemos retirar os brasileiros⁷⁷ das aldeias de Goiana, Igarassu e outras localidades, livrando-os desse modo de risco de serem assaltados, aumentando por esse meio a nossa força contra o inimigo”* (MELLO, 2004: 262-263).

Muito embora o plano já tivesse sido realizado, não tardou muito para que as dificuldades começassem a aparecer, nesse tempo não só nos encontrávamos na mais extrema dificuldade por falta de viveres, como o inimigo tomou conhecimento desta dificuldade pelos nossos desertores. Devido à partida de mil e duzentos brasileiros para o Rio Grande, a Ilha de Itamaracá, estava quase sem guarnição. Conseguindo o inimigo fixar-se firmemente na ilha, trazendo gente suficiente para nos expulsar dela (Mello, 2004).

Para este assunto, fazemos alusão a Mello (1998) que traz a seguinte referência sobre este evento:

Em 1646 quando da chegada de reforços holandeses, o comandante tomou a decisão que se revelará a mais importante dessa fase do conflito, ao proceder a evacuação de toda a população do Rio Grande, da Paraíba, de Itamaracá e Igarassu, vale dizer, de toda região norte de Olinda, transferindo-a para os distritos do sul de Pernambuco, de maneira a reduzir substancialmente o perímetro de defesa e a concentrar os efetivos no assédio do Recife (MELLO, 1998: 71).

⁷⁷ Entretanto, este processo de migração para a Ilha de Itamaracá fez com que o contingente populacional da ilha aumentasse tanto, que no período da restauração pernambucana (1645-54) a produção de alimentos não foi suficiente para nutrir os debandados. Segundo Mello (1998), os moradores passaram a arrancar as roças antes do tempo.

Neste sentido, identificamos através das referências aqui postadas, que o processo de ocupação, da Vila de Nossa Senhora da Conceição, estava relacionado ao processo de dominação holandesa. Desta maneira, podemos lançar alguns indícios referentes a este processo de dominação.

O primeiro indício está relacionado ao açúcar, já que este produto é apontado como principal motivador da invasão e ocupação holandesa no Brasil. Ao longo deste trabalho verificamos que a produção açucareira na Ilha de Itamaracá não alcançou o êxito esperado. Os motivos para o “fracasso” deste gênero agrícola na ilha foram devidamente abordados neste capítulo.

O segundo indício lançada sobre os motivos da ocupação está relacionada às questões de guerra. Vila Velha teria sido ocupada pelos holandeses como um local propício para o desenvolvimento dos objetivos militares dos batavos no Brasil.

Do ponto de vista militar, a Vila Schkoppe estava posicionado num local extremamente estratégico. Da vila era possível ter uma visão do Oceano Atlântico, assim como da entrada do Canal de Santa Cruz. Como visto, a vila em si era uma verdadeira fortaleza, de difícil conquista, que poderia servir como ponto de retaguarda em caso de contra-ataque dos portugueses.

Além destes elementos acima citados, destacamos que os holandeses modificaram as funções de alguns dos principais edifícios, Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, enquadrando-os numa perspectiva militar. O primeiro tornou-se quartel e o segundo casa de pólvora.

No desenvolver deste capítulo, verificamos como os holandeses tiveram que modificar alguns atributos de sua cultura para que esta não viesse atrapalhar nos objetivos reais destinados a conquista. A aceitação da tolerância religiosa, assim como a modificação de suas relações sociais, foi motivada a uma finalidade.

A reestruturação espacial, de algumas cidades brasileiras ocupadas pelos holandeses, situando como exemplo a Vila de Nossa Senhora da Conceição, tiveram como motivo a necessidade de aglutinar em um local os aparatos necessários para um melhor projeto de defesa.

Tendo os holandeses uma ambiente propício para a implementação deste projeto militar, acreditamos que os motivos que levaram os holandês a ocuparem Vila Velha possam estar relacionados às questões militares.

Para corroborar com tais argumentos, evidenciaremos os atributos relacionados com os aspectos cartográficos.

5.3 As Representações Cartográficas no Brasil dos séculos XVI e XVII .

As representações cartográficas do território brasileiro tiveram início a partir da chegada de Cabral no ano de 1500. As primeiras representações tinham como objetivo transcrever a localização mais precisa do que viria a ser o Brasil Colonial.

A cartografia portuguesa influenciou, de forma marcante, o desenvolvimento dessa atividade no Brasil desde os primórdios da nossa história colonial. Concomitantemente, a expansão ultramarina e a navegação modificaram profundamente o caráter utilitário da cartografia portuguesa da época da política colonialista, sendo intensa a produção de mapas que demonstrassem a configuração e o delineamento das costas, do continente e das ilhas (DUARTE, 2002).

É possível verificar que aos poucos, o olhar dos viajantes sobre a costa brasileira deixava de ser vista de forma idealizada. Os primeiros mapas foram configurados a partir da visão aérea, ampla e de forma descontínua. Estas características podem ser vistas a partir da representação cartográfica dos incipientes assentamentos do Brasil que foram representados vistos por cima (MARX, 1996).

A relação entre os primeiros mapas do Brasil Colônia e o olhar dos viajantes, encontramos a seguinte referência:

Os navegantes registravam como podiam as informações sobre os centros urbanos – sobretudo sobre seu sistema de defesa e os passavam para os cartógrafos, que as integravam em seus trabalhos, visando sobretudo à orientação para outros navegadores e às necessidades dos militares e dos administradores da corte (REIS, 2001:13)

Os primeiros mapas foram representados por uma modesta urbanização do litoral. Na maioria das cartografias deste período, as aparições iniciais só demonstram uns poucos aglomerados e deles, morfologicamente, não se mostram nada a não ser sua situação geográfica (MARX, 1996).

MAPA 26– MAPA DE RECIFE E OLINDA, ATRIBUÍDO A LUÍS TEXEIRA.



Fonte: Leonardo Dantas, 2000

Sobre estes primeiros mapas Leonardo Dantas, em sua obra *Pernambuco Imagens da Vida e da História*, nos traz a seguinte referência:

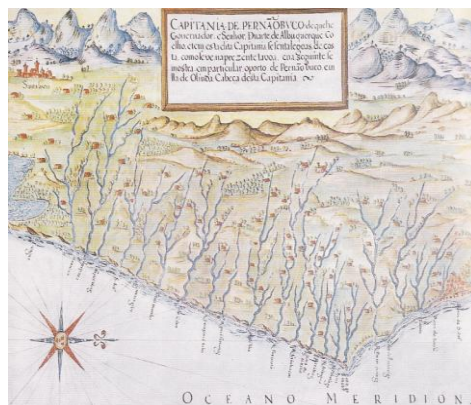
Se antes era desconhecido, já nos primeiros anos após o descobrimento, o vocábulo Pernambuco, em suas diversas formas primitivas, como Pernabuquo e Fernambouc, ambas originárias da forma tupi, se fazia presente nas cartas e mapas dos portugueses. Destes, entre setembro e outubro de 1502, O Cabo de Santo Agostinho, chamado por Pinzón de Santa Maria de la Consolacions, por sua vez, é o primeiro topônimo pernambucano registrado em letra impressa, aparecendo na *Lettera* de Américo Vespúcio em 1506 (DANTAS, 2001: 29).

No início, a cartografia foi representada através da perspectiva de “*vôo de pássaro*” sobre uma escala regional. Os mais famosos cartógrafos a representarem o Brasil do século XVI, foram Luís Texeira e João Texeira Albernaz. Esses sumários juntamente com os mais antigos registros são importantes porque assinala uma situação geográfica costeira que demonstrava as características físicas peculiares à morfologia do território colonial brasileiro (MARX, 1996).

MAPA 27 – MAPA DO BRASIL DE LUÍS TEXEIRA, SEC. XVII. MAPA 28 - COSTA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO,.



Fonte: Leonardo Dantas, 2000



Fonte: Leonardo Dantas, 2000

Com relação aos cartógrafos Luís Texeira e João Texeira Albernaz, trazemos a seguinte referência:

A cartografia de Pernambuco do século XVI e início do século XVII recebeu grande contribuição de João Texeira Albernaz I, filho do notável cartógrafo Luís Texeira, quando da elaboração do códice do Livro que da Razão do Estado do Brasil, existente na biblioteca municipal do Porto, atribuído ao ano de 1616, onde aparece pela primeira vez o mapeamento do Rio São Francisco e suas margens, da foz ao sumidouro (DANTAS, 2001: 28).

No primeiro momento da ocupação do território brasileiro os mapas representavam a melhor maneira de descrição do território. A partir destes, os portugueses traçavam os planos de defesa da colônia brasileira, escolhendo a posição das vilas, cidades e fortes.

Em relação a este assunto, o escritor Murillo Marx destaca as condições geográficas encontradas pelos portugueses no território brasileiro e como eles se aproveitaram destas características:

Na relação entre o mar e o novo continente, na apropriação de uma orla exótica, diferentes condições orográficas e hidrográficas se ofereceram e foram escolhidas porque úteis para a defesa. As colinas que acolhem Olinda, a escarpa acentuada de nossa primeira cidade “alta”, de nossa primeira capital, as margens elevadas do rio Paraíba, o lugar onde o Recife se quebra, “país” preferido pelos holandeses, a ilha com nome de rei

francês, o espetáculo da Guanabara que seduziu seus súditos e os portugueses. Sempre entre a proteção e o porto, entre a defesa e a ligação com a Europa, entre uma colina e a praia, uma ilha talvez e o canal protetor e de acesso. Essas primeiras feitorias são vistas e retratadas por todos aqueles interessados na sua segurança e na sua conquista (MARX, 1996: 172).

Verifica-se que os elementos aos quais foram mais preponderantes no processo de colonização brasileira, estavam relacionados com dois elementos a conquista e a segurança. Neste sentido, encontramos nos primeiros mapas do Brasil uma grande preocupação com as representações do relevo.

Tal preocupação pode ser averiguada, de acordo com a adequação, feita pelos portugueses, dos primeiros núcleos de povoamento com a geografia local. A escolha do posicionamento dos sítios urbanos poderia ser feita *in loco* ou na metrópole. Entretanto, era necessário, mesmo que de forma incipiente, ter um mínimo de informações sobre as características ambientais do território a ser ocupado. Este conhecimento era feito de duas maneiras: a partir de relatos escritos dos viajantes ou através dos elementos cartográficos.

Diante desta circunstância Marx (1996) afirma que os portugueses do século XVI representaram o território brasileiro dando mais enfoque aos elementos ambientais. Foi somente no século XVII que os lusitanos passaram a se preocupar em confeccionar mapas dos núcleos de povoamento. Segundo este autor:

Olhando por cima e de frente, as nossas cidades começam efetivamente a serem representadas nos seiscentos. Essa predominância de cartas de núcleos registrados na costa norte e nordeste reflete antes de tudo a rede urbana que despontava mais significativamente e acusa com nitidez os seus principais pólos (MARX, 1996: 173).

Com relação ao desenvolvimento das primeiras representações cartográficas portuguesas sobre os núcleos de povoamento no Brasil do século XVII, apontamos a seguinte referência:

Muitos dos mapas, sobre o Brasil Colônia, foram confeccionados por engenheiros militares portugueses, formados pelas chamadas “Aulas de Arquitetura”, durante os séculos XVII e XVIII. Esses profissionais

recebiam formação técnica cuidadosa, com treinamento intensivo para elaboração de trabalhos cartográficos sobretudo os referentes a planos e obras de caráter urbanístico. As imagens representam com muita exatidão, aspectos de organização das vilas e cidades que obedeceram as convenções cartográficas de cada época (REIS, 2001: 8)

Ainda sobre os motivos que levaram as primeiras representações dos núcleos urbanos no Brasil, destacamos a seguinte referência:

As principais referências dos núcleos lusitanos na América são os templos e os claustros, que constituem os elementos dominantes retratados ao longo de séculos. É que por razões econômicas e sócio-culturais, por determinações institucionais e de maneira menos declarada, também por considerações militares, essas construções empatam em geral a maior soma de investimentos e merecem por isso, os pontos privilegiados, que são as costas altas. Sempre que possível, exibindo porte poucas vezes igualados ou superados. Serão para o visitante, esmerados edifícios, como os que terá visto em terra ou em outras paragens, serão os mais pretensiosos e, quem sabe, os mais elaborados do lugar. Com uma ou outra rara exceção (MARX, 1996: 174).

De maneira geral, as representações cartográficas que tangem os núcleos urbanos, não representam as cidades como um todo. Alguns elementos são escolhidos em detrimento de seu tamanho ou de sua importância. Os fatores condicionantes que norteiam as construções, dos mapas citadinos, são de uma maneira ou de outra, fatores externos que são escolhidos de acordo com os aspectos econômicos, religiosos, políticos e militares.

Geralmente as representações cartográficas referentes aos aspectos econômicos, estão relacionadas aos processos produtivos. Como exemplo, podemos citar as iconografias, que contem na sua parte superior a inserção de engenhos, demonstrando a economia açucareira.

IMAGEM 9 - REPRESENTAÇÃO DO QUE SERIA OS TRABALHOS NOS ENGENHOS E NAS CASAS DE FARINHA DE MANDIOCA, EM RECIFE E OLINDA NO ANO DE 1624



Fonte: Nestor Goulart Reis, 2001

Para Dantas (2001), estas iconografias poderiam conotar, além do aspecto econômico, fatores relacionados com as questões geográficas, pois a relação do engenho com o mapa pode demonstrar que a região representada era propícia para o plantio da cana de açúcar.

Com relação as inclusões de igrejas na cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, identificamos a existência delas em alguns mapas. Mesmo sendo elas um ponto de referência, verificamos que na maioria dos casos a sua inclusão esta relacionada com o contexto iconográfico urbano.

Segundo Murillo Marx, os motivos pelos quais existem representações das igrejas na cartografia estão relacionados ao tamanho destas construções: *“O viajante detecta estas grandes massas construídas, nem que não queira, mira e reproduz capelas, igrejas, mosteiros e conventos de todo tipo ou do mesmo tipo”*(MARX, 1996:174).

As cartografias relacionadas às questões militares, verificamos que os portugueses davam uma atenção especial para este assunto:

Entre as construções que constituem o verdadeiro móvel deste olhar estavam, as fortalezas, os fortins e as baterias. Baixando o olhar para medir o próximo como fazemos, o forasteiro avaliará – já consciente do desafio representado por alguns templos e sobretudo clausuras – a significação desses elementos de defesa ou de repulsa ao estranho. Alguns, ainda que modestas baterias estarão muito bem posicionados, outros, fortins espetacularmente situados ou inter-relacionados, algumas fortalezas com

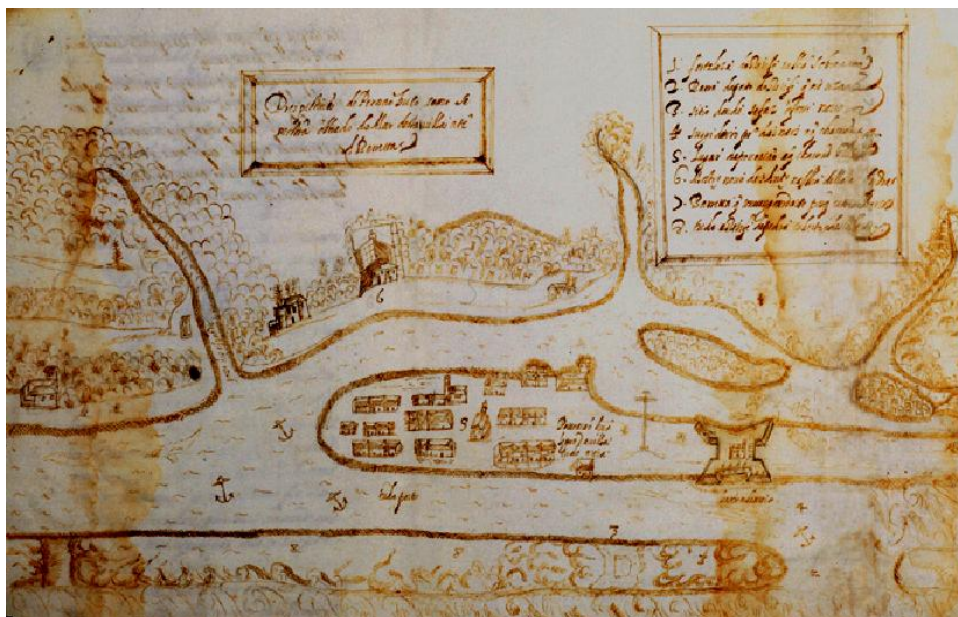
seus parâmetros bem aparelhados, com seu suporte avantajado deterão demoradamente o seu olhar; todos merecerão seu registro mais atento e preciso. Considerando as armas de fogo e o fogo cruzado, considerando o bloqueio do acesso principal, que é o marítimo ou fluvial, tais equipamentos de defesa se distribuirão dentro e fora dos assentamentos documentados (MARX, 1996: 174).

Com relação aos demais elementos retratados pela cartografia portuguesa, encontramos a seguinte referência:

Se alguma construção de porte, que não religiosa ou militar, o atrair e ganhar seu registro, será comparativamente de pouco interesse, tanto dentro do incipiente urbano como em relação a eventuais instalações rurais da região. Se trata de uma vila, quem sabe, uma Casa de Câmara e Cadeia, nem sempre existente ou quase sempre modesta. Se não, visitando um simples povoado, que lhe restará além do exótico ou pitoresco? Se não perceber, ou não existir algo digno de nota, lhe restará o casario. Quanto a uma Casa de Câmara e Cadeia ou outra sede de qualquer instância do poder temporal, deverá buscar aglomerações maiores e desenvoltas e, especialmente, aguardar novos tempos, para além da segunda metade dos seiscentos (MARX, 1996: 175).

Através desta referência, podemos observar o quanto os portugueses valorizavam as igrejas e os edifícios com finalidade religiosa. Para corroborar com esta afirmação basta verificar a grandiosidade destas obras sendo elas a estrutura arquitetônica de maior opulência de uma vila.

MAPA 29 - PERSPECTIVA DE PERNAMBUCO, OLHADO DO MAR DESTA VILA ATÉ A BARRETA.



Fonte: Nestor Goulart Reis, 2001

Ainda sobre a relação entre as igrejas e a cartografia, destacamos como exemplo a imagem 18, cuja autoria é de Diogo Campos Moreno em sua obra “*Relação das Praças Fortes do Brasil*”. Esta representação ilustra a povoação do Recife no ano de 1609, assim como uma parte da Ilha Antônio de Vaz, destacando-se o Convento de Santo Antônio (legendado com número 6). Na parte norte em frente a barra o forte de São Jorge (REIS, 2001).

Torna-se até natural entender os motivos que levaram os portugueses a representarem as edificações religiosas em seus mapas. Estas poderiam ter uma relação direta com o sistema militar de uma vila. Tal evidência pode ser verificada através das centelhas⁷⁸.

É possível encontrar centelhas em diversas igrejas brasileiras, principalmente as do período colonial. Esta evidência nos permite verificar dois aspectos: o primeiro está relacionado com a importância deste elemento arquitetônico na construção deste tipo de edificação e o segundo, está condicionado aos fatores militares, ou seja, a igreja poderia servir como um aporte de defesa, uma espécie de fortim.

Outro motivo que pode ser apresentado é que as igrejas geralmente estavam construídas em lugares estratégicos. Tal evidência nos remete, mais uma vez, a relação entre

⁷⁸ Cortes verticais nas paredes onde serviam como ponto de ataque das pessoas que se encontravam dentro do edifício.

os edifícios religiosos e os aspectos militares. Sendo assim, era extremamente importante incluir as igrejas dentro das representações cartográficas.

O segundo ponto que podemos destacar são os aspectos militares. As construções relacionadas aos sistemas de defesa, seguiam sempre a idéia de posicionamento estratégico.

Uma fortificação, simples ou complexa, sempre estava posicionada num determinado ponto que pudesse proteger os bens (naturais e antrópicos) dos portugueses. De fato, nem todas as vilas possuíam uma edificação militar. Entretanto, quando os núcleos urbanos estavam posicionados no litoral, existia por obrigação, algum elemento responsável pela defesa.

Podemos verificar que, assim como os portugueses, os holandeses tiveram a preocupação em associar a cartografia aos aspectos militares. Este argumento pode ser justificado através dos documentos batavos referentes ao período em que estes invadiram o território brasileiro.

Para melhor exemplificar faremos referência a carta do Coronel Holandês Dierderik van Waerdenburch, endereçada a Companhia das Índias Ocidentais:

Em carta de 14 de maio escreveu Waerdenburch aos Estados Gerais, assembléia que governava as Províncias Unidas dos Países Baixos – com a presente remeto aos Senhores Diretores o mapa de Matias Albuquerque, governador desta cidade, mandou fazer e foi aqui encontrado; Sua Alteza poderá ver nele os projetos que Albuquerque fez preparar visando a fortificação desta praça. Envio também com a presente uma indicação das praças e da posição topográfica desta cidade (de Olinda), do Recife e de Santo Antônio, das quais as plantas, desenhadas por um tal Pieter van Bueren, foram enviadas aos senhores diretores por intermédio do General Lonck (MELLO, 1976: 9).

Com esta informação verificamos que nos planos de conquista, os holandeses passaram a coletar dados sobre o território brasileiro contidos nas representações cartográficas e mesmo após a invasão, os batavos procuraram retratar nos seus mapas, aspectos geográficos que pudessem auxiliar nas suas construções militares.

MAPA 30 - REPRESENTAÇÃO DA CARTOGRAFIA HOLANDESA DA CIDADE DO RECIFE, SÉCULO XVII.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

Para corroborar com a referência acima faremos menção a carta de Waerdenburch de 3 de abril de 1630, destinada aos Estados Gerais da Holanda:

Segue incluso um desenho do Recife e da Ilha da Santo Antônio, traçado não conforme a escala mas apenas a olho, pelo engenheiro Commersteijn. Vossas Excelências verão nele, mais ou menos, onde se acha em construção ou onde será construída cada fortificação: um desenho definitivo, como eu desejara, não pôde ainda ser feito pelo citado engenheiro, segundo ele diz por causa do seu incômodo (MELLO, 1976: 10).

Ainda sobre este assunto, faremos referência a Rômulo Luiz Xavier do Nascimento. Segundo este autor:

Em se tratando de cartografia, não se pode negar que os holandeses já sabiam bastante sobre o litoral brasileiro antes mesmo de 1630, quando chegaram a Pernambuco. Um dos vários mapas produzidos na Holanda foi o de Jodocus Hondius, em 1625. Aqui tem-se a noção clara do Brasil e suas capitanias e nome dos vários acidentes geográficos em português. Em 1646, o holandês Johan Janssonius confecciona a carta *Brasiliae Tabula*, também do litoral brasileiro e com quase nenhuma diferença do mapa de Hondius, exceto o destaque para a vila de Olinda. No ano de sua publicação, 1646, evidentemente já tinham os holandeses conhecimentos mais detalhados do interior, os quais não constam no mapa. Serão as cartas produzidas por

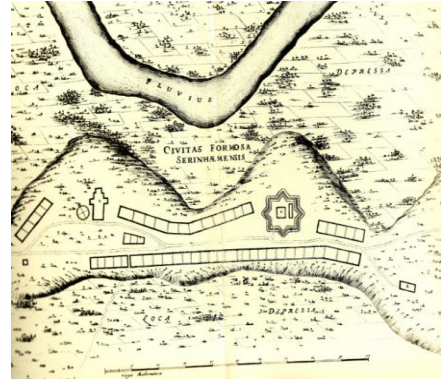
Johannes Vigboons, que irão pormenorizar o interior, incluindo aí seus caminhos terrestres (NASCIMENTO, 2004: 71).

A preocupação holandesa em associar os mapas aos aparatos militares de conquista não ficou restrito à Capitania de Pernambuco. Cada capitania conquistada era devidamente inserida nas representações cartográficas.

MAPA 31 - CARTOGRAFIA DE PORTO CALVO.



MAPA 32 - CARTOGRAFIA DE SIRINHAÉM.



Fonte: Barleaus, 1647 (1980, inserido na obra Histórias dos Feitos Recentes Praticados Durante 8 anos de Brasil)

Faz-se necessário destacar, que os batavos retrataram em sua cartografia diversos elementos da geografia brasileira. O relevo, a vegetação e a hidrografia foram inseridos nos mapas holandeses da época.

Como podemos verificar a cartografia pode ser relacionada a reunião e análise de dados e medidas das mais diversas regiões da terra. Objetivando um melhor entendimento deste trabalho, aplicaremos esta temática como aporte para o entendimento das transformações urbanas sofridas por Vila Velha nos dois primeiros séculos de ocupação.

6. INVENTÁRIO E DIAGNÓSTICO DOS BENS PATRIMONIAIS DE VILA VELHA.

6.1 Inventário dos Bens Patrimoniais de Vila Velha

Para uma melhor apresentação do tema, apresentaremos o mapa da FUNDARPE, referente à Vila Nossa Senhora da Conceição no período em que ela foi ocupada pelos holandeses.

MAPA 33 - VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.



Fonte: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

Legenda do Mapa 33.

1. Entrada Fortificada da Nossa Senhora da Conceição: Muralhas, Fossos e Reduto. Formam o sítio arqueológico militar.
2. Casa do Major dos brasileiros (tradução da legenda original omitida desta planta).
3. Igreja e Hospital da Misericórdia, localizados e identificados pela prospecção arqueológica
4. Escarpas de Defesa da Vila de N Sra. Da Conceição, cuja declividade foi acentuada no século XVII para melhor defesa do povoado.
5. Ruínas do Reduto de Proteção da entrada (pelo mar) da Vila Nossa S. Da Conceição
6. Igreja N. Sra. Da Conceição, usada pelos holandeses como casa de pólvora
7. Casa de Câmara e Cadeia da Vila da Conceição, usada no séc. XVII como quartel.
8. Caminhos de Acesso e Comunicação Interna da Vila N. Sra. Da Conceição.
9. Fosso Escavado no terreno, em forma da linha de redente, ou seja, em ziguezague.
10. Caminho de acesso em aclave que comunicava o porto à Vila.
11. Rio Paripe com a ponte ganha no século XVII, de madeira com cabeceiras de alvenaria de pedra, cujas ruínas chegam aos nossos dias.
12. Fontes de água potável que desde o século XVII até os nossos dias abastecem a vila.

Destacamos que algumas informações contidas nesta legenda não constam nas mais diversas fontes documentais sobre a Vila Nossa Senhora da Conceição e conseqüentemente da Vila Schkoppe.

Mediante as informações contidas nesta legenda foi possível identificar algumas estruturas arquitetônicas que existiam nos séculos XVI e XVII que não existem na atualidade. Para isto foi realizado um estudo comparativo do mapa com as atuais estruturas encontradas em Vila Velha.

Faz-se necessário destacar que segundo informações provenientes da FUDANRPE estando Vila Velha, em seu aspecto remanescente, posicionada numa formatação que remete ao formato em “L”.

Esta característica nos remete a informação trazida por Walter Rossa sobre a aplicação, feita pelos portugueses, de ruas principais que são classificadas pelo autor como “Rua Direita”.

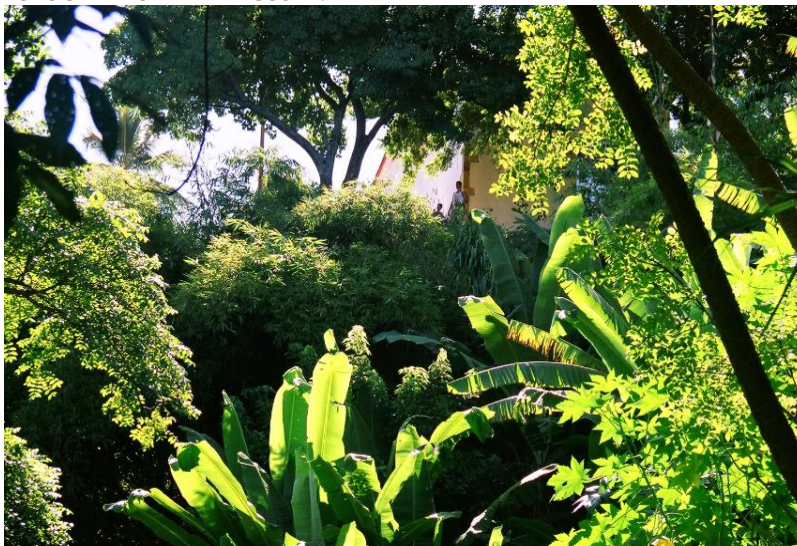
Desta maneira, o fato de Vila Velha ser considerada como formato geométrico em “L” pode evidenciar a implantação deste modelo de “Rua Direita” tendo nesta a implantação dos principais edifícios da vila assim como o posicionamento da praça central (largo)⁷⁹.

Para a construção deste trabalho, tivemos que analisar alguns pontos relacionados com a presente legenda e a pesquisa que foi realizada em Vila Velha ao longo dos dois anos de pesquisa (2007-2009)⁸⁰.

Com relação aos itens 1 e 4 da legenda, procuramos as bases estruturais da entrada fortificada, o fosso, o reduto e os resquícios da antiga muralha, infelizmente não foi possível encontrar nenhum vestígio. Entretanto, baseado nas informações contidas no mapa 33 identificamos o possível local onde estava localizada a estrutura que circundava, pelo menos, uma parte da vila.

O local onde possivelmente se encontrava parte desta muralha era na área de trás da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Para corroborar com esta informação faremos uma associação entre o mapa 33 e a fotografia 3.

FOTO 3 - ALTURA DA ENCOSTA.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

⁷⁹ Sobre esta informação destacamos o professor Dr. José Luiz Mota Menezes, que transmite a idéia da existência, em algumas das primeiras vilas e cidades brasileiras, de “Ruas Estruturadoras” que serviam como aporte de estruturação para a formação urbana. Nestas ruas ficavam localizadas os principais elementos administrativos, comerciais, religiosos e militares de algumas urbes do Brasil Colonial.

⁸⁰ A equipe contou com a participação de Rodrigo Ibson e Josué Lopes, ambos técnicos em arqueologia, e do fotógrafo Pablo Dantas.

Boa parte da muralha que cercava a vila servia como ponto limítrofe entre o sítio e o declive. Relacionando a foto 3 com os mapas 20 e 23, podemos ter uma idéia da altura da encosta e o ponto onde possivelmente estaria a paliçada. Esta informação está referenciada pela parte, do que hoje seria os fundos da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Como podemos verificar na fotografia acima.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição, item 6 da legenda, é a única edificação que existia nos séculos XVI e XVII que permanece de pé até os dias de hoje.

Ainda sobre a Igreja Nossa Senhora da Conceição, é necessário evidenciar que do século XVI até o século XXI, este edifício religioso passou por uma série de transformações. Contudo, na atualidade ainda é possível ver a parte primitiva da igreja que ao passar dos séculos sofreu um processo de ampliação, onde foram anexadas capelas laterais e um novo frontispício.

A legenda 6 nos traz a informação de que a Igreja Nossa Senhora da Conceição teria sido utilizada pelos holandeses como casa de pólvora.

FOTO 4 - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VELHA.



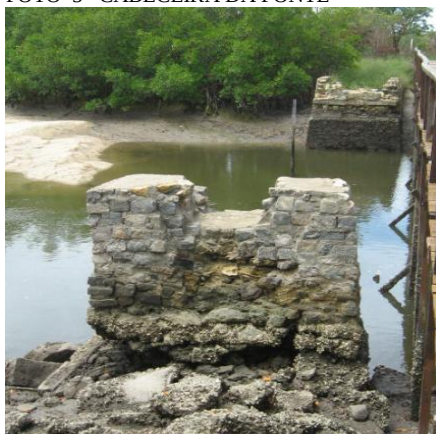
Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009

No item 3, **Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia**, não foi possível encontrar nenhum vestígio desta edificação. No entanto, salientamos que a procura por este edifício foi baseado através do mapa 23. Mesmo não encontrando por base cartográfica os vestígios desta estrutura arquitetônica, verificamos através da legenda que o hospital foi localizado a partir de prospecções arqueológicas⁸¹.

Destacamos que os itens 3 e 6 passaram por processos de intervenções arqueológicas. Como está indicado na legenda a Igreja e o Hospital Santa Casa da Misericórdia passou por um processo de prospecção assim como A Igreja Nossa Senhora da Conceição que teve sua escavação realizada no ano de 1985. Infelizmente não conseguimos os relatórios sobre esta parte arqueológica, impossibilitando a descrição dos detalhes destas atividades.

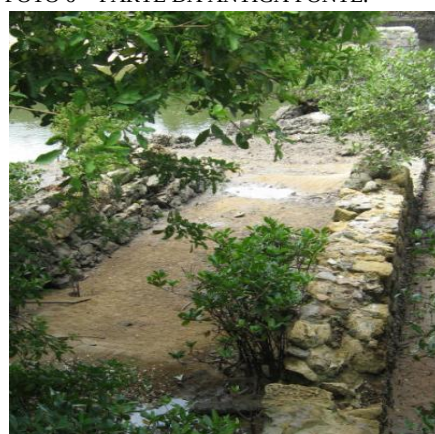
Com relação ao item 11, podemos encontrar na atualidade as **estruturas da antiga cabeceira da ponte**. No entanto, estas só podem ser visualizadas nos períodos de maré baixa.

FOTO 5– CABECEIRA DA PONTE



Fonte: SOARES, André. Agosto de 2008.

FOTO 6 – PARTE DA ANTIGA PONTE.



Fonte: SOARES, André. Agosto de 2008.

Esta antiga estrutura é um dos atrativos do percurso conhecido como “*A Trilha dos Holandeses*”. Neste roteiro, a caminhada é feita de Vila Velha até o forte Orange sendo na atualidade uma das atrações turísticas do local.

⁸¹ O Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE, faz alusão a existência do Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia, “em começos do século XVII já existia ali o edifício da Santa Casa da Misericórdia, com hospital e capela”. O mesmo relatório faz referência a pesquisa arqueológica realizada na área pela FUNDARPE na década de 80.

FOTO 7 - PLACA DA TRILHA.



Fonte: SOARES, André. Agosto de 2008.

FOTO 8 - TURISTAS.



Fonte: SOARES, André. Agosto de 2008.

A legenda 7 está relacionada com a **Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nossa Senhora da Conceição**. Este item foi identificado através das informações contidas no mapa. Na ocasião, identificamos a base da estrutura deste edifício.

FOTOS 9 e 10- BASE DA ESTRUTURA DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE VILA VELHA.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Infelizmente, não foi possível fazer uma análise mais detalhada deste edifício. Tal implicação está condicionada ao fato de existir no local onde estava posicionada a Casa de Câmara e Cadeia, uma caixa d' água feita pela COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento).

FOTOS 11 e 12 - CAIXA D'ÁGUA DA COMPESA.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.



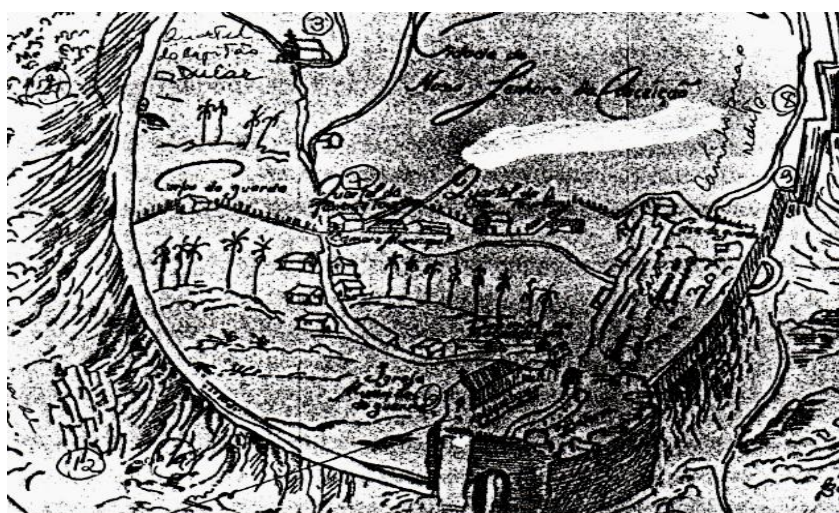
Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Tendo a consciência do prejuízo patrimonial causado pela construção de uma caixa d'água, feita por um órgão público, em cima de um vestígio estrutural arquitetônico, vamos dissertar sobre este assunto numa etapa posterior deste capítulo nesta dissertação.

Com relação aos pontos 2, 5, 9 e 12 da legenda não encontramos nenhum resquício destes elementos. Entretanto, tais itens poderiam vir a ser encontrados mediante a realização de escavações arqueológicas.

O mapa 33 pode nos trazer informações de outros aspectos não relacionados com a sua legenda. Como exemplo, destacamos a relação espacial entre a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia e as casas da vila.

IMAGEM 10 - PARTE DO MAPA 33.



Fonte: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

Observando a imagem 17, alguns elementos despertaram a nossa atenção. Visualizando atentamente, verificamos que a maioria das casas estavam concentradas entre a

Igreja Nossa Senhora da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia formando uma espécie de núcleo da vila.

Analisando a parte central deste núcleo, verificamos a existência de uma área livre e aberta aparentando ser a praça (pátio). Entre a igreja e a casa de câmara e cadeia existe um caminho de ligação com casas ao redor. Mais a direita uma outra via que liga o edifício político a outras casas.

Entre a casa de câmara e cadeia e a Igreja Nossa Senhora da Conceição estão posicionados o quartel e a casa de guarda e atrás da igreja a porta de entrada da vila onde geralmente ficava localizado uma estrutura militar. Mais acima o hospital santa casa da misericórdia, tipo de edificação que de acordo com sua finalidade geralmente era construído num local mais afastado do núcleo central urbano. Na associação destes elementos verificamos a existência de características que lembram, mesmo de forma incipiente, o formato das vilas e cidades renascentistas.

Trazendo estes itens para atualidade podemos encontrar algumas peculiaridades. Como exemplo, encontramos na parte central de Vila Velha um formato muito semelhante do que foi apresentado acima. Boa parte das casas, estão construídas entre as estruturas da Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Outro aspecto destacado é o formato construtivo da atual vila. O conjunto de casas foi construído ao redor da parte central de Vila Velha tendo uma aparência muito semelhante ao que encontramos na imagem 20. Esta região central, está destinada para as festividades populares, eventos comemorativos e atividades de lazer.

FOTO 13- PARTE CENTRAL DE VILA VELHA.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 14 – PARTE CENTRAL DE OUTRO ÂNGULO.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Na pesquisa de campo tomamos conhecimento da existência de **fornos de cal** situados no entorno de Vila Velha. Com esta informação a nossa equipe deslocou-se até o local indicado pelos populares. Encontramos um forno de cal que estava num bom estado de

conservação. Na parte superior do forno, encontramos uma casa de madeira feita por um nativo de nome Ednildo Lyra. Nesta residência, moram Seu Nildo (apelido) junto com sua esposa e seus filhos.

FOTO 15' – FORNO DE CAL + RESIDÊNCIA.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 16 - ENTRADA DO FORNO DE CAL.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Faremos uma observação a respeito da fotografia acima. Apesar de ter conhecimento das questões relacionadas ao patrimônio histórico, faz-se necessário destacar que o proprietário da casa, Ednildo Lyra, cuida da manutenção deste forno de cal. Na lateral de sua propriedade existem os resquícios de outro forno que devido a ausência das políticas de preservação encontra-se num estado de destruição.

FOTO 17- RUINAS DO FORNO DE CAL.



Fonte: IBSON, Rodrigo. Março de 2009.

FOTO 18 - PARTE INTERNA DO FORNO.



Fonte: IBSON, Rodrigo. Março de 2009.

Discussões e debates a respeito das questões da preservação patrimonial não serão feitas agora, sobre esta questão nos reportaremos a ela numa parte posterior deste capítulo. Desta maneira as fotografias 15 e 16 servem apenas como ilustração do local onde foi encontrado alguns fornos de cal da Ilha de Itamaracá. O motivo que nos levou a fazer menção ao forno foram outros.

Mesmo não existindo menção de fornos de cal no mapa 33, achamos por bem indicar a existência do mesmo. Tal escolha esta condicionada a existência de referências históricas, do período conhecido como Brasil-Holandês, a respeito da possibilidade de Itamaracá ser um ambiente propício para produção de cal.

Apesar destas informações, seria muito precipitado de nossa parte fazer qualquer associação deste forno com uma possível produção de cal do período holandês. Para esta confirmação, seria necessário uma maior coleta de informações históricas, arquitetônicas e arqueológicas.

FOTO 19 - TIJOLOS DA PAREDE INTERNA DO FORNO DE CAL.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 20 - PAREDE INTERNA DO FORNO DE CAL



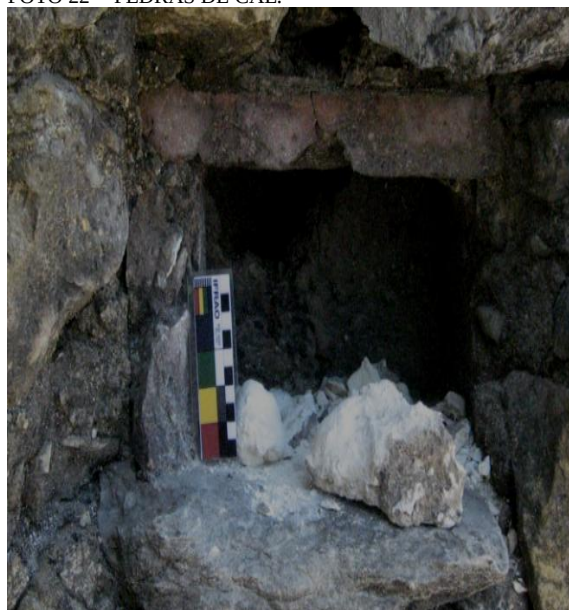
Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 21- PAREDE EXTERNA DO FORNO.



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 22 - PEDRAS DE CAL.



Fonte: SOARES, André. Abril de 2009.

Para finalizar a parte do que se refere ao inventário dos bens patrimoniais de Vila Velha, destacamos uma estrutura que não consta no mapa 33. Deve-se a **Igreja do Rosário dos Homens Pardos e Pretos**. Sobre esta igreja, verificamos que a mesma está posicionada próxima ao cemitério da vila.

FOTO 23: IGREJA N. SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PARDOS E PRETOS



Fonte: SOARES, André Setembro de 2009.

6.2 Legislação Patrimonial em Vila Velha.

Nos capítulos anteriores verificamos aspectos ligados a formação de Vila Velha assim como sua importância dentro do contexto da história municipal, estadual e nacional. Os motivos pelos quais esta vila enquadra-se dentro da concepção de patrimônio são variados.

Verificamos que os marcos construídos da antiga vila são representados, em sua maioria, por elementos constatáveis por prospecções. Encontram-se no sítio os vestígios dos equipamentos urbanos primitivos, identificados de acordo com as indicações existentes nos documentos mais antigos, como o fosso que o cercava, os alicerces de Casa de Câmara e Cadeia, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, construções remanescentes do século XVI.

Para uma melhor formação da ideia de preservação patrimonial em Vila Velha, atribuiremos novamente as questões que tangem a legislação brasileira e sua aplicação política e jurídica dentro da vila.

Como já foi visto, a Constituição de 1988 através do artigo 216 confere maiores qualificações aos bens patrimoniais podendo agregar em seu valor os aspectos paisagísticos, arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos. Algumas destas especificações podem ser inseridas dentro desta vila.

Concomitantemente a Constituição de 1988, destacamos a Constituição do Estado de Pernambuco de 1989, Capítulo I Da Competência do Estado, Artigo 5º parágrafo único. É da competência comum do Estado e dos Municípios:

III. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos, e conservar o patrimônio público;

IV. impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

A partir deste texto, podemos averiguar uma informação importante que está relacionada com a obrigação jurídica que os municípios devem ter em salvaguardar e preservar o patrimônio cultural como um todo.

Vila Velha pode estar inserida em alguns dos segmentos salientados no item III. Desta maneira, podemos inserir a vila como um ambiente de valor histórico, cultural e arqueológico.

No que tange aos patrimônios arqueológicos, o autor Fernando Fernandes da Silva faz referência a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural⁸² de 1972, segundo este autor:

Tratando-se de sítios arqueológicos a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural faz a seguinte referência: Subjacente as noções de monumentos, conjuntos e lugares notáveis, a Convenção, reconhece o valor cultural dos sítios arqueológicos. É o que se verifica pelas expressões “elementos ou estruturas de natureza arqueológica”- monumentos - , “valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” – conjuntos – e “lugares arqueológicos” – lugares notáveis (SILVA, 2003: 90).

A amplitude da aplicação do termo patrimônio arqueológico, pode ser verificado, pois a partir dele, incluímos uma série de véis conceituais que estão inseridos dentro da arqueologia. Sendo esta multidisciplinar, acaba por englobar naturalmente os aspectos relacionados com a cultura (material e imaterial), a paisagem, a arquitetura e a história.

⁸² A classificação dada pela convenção procura atender às possíveis manifestações humanas por meio dos bens culturais imóveis, sendo estes os monumentos e os conjuntos que compreendem realizações exclusivas da ação humana; os lugares notáveis, as realizações conjuntas do homem e da natureza (Silva, 2003).

Para corroborar, destacamos outro conceito do que deve ser visto como patrimônio arqueológico:

O patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamento funerário) mas também, e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal (BASTOS, 2007: 87).

Verifica-se a relação direta entre o monumento em si e o contexto espacial no qual ele está inserido. Este foi um dos motivos pelo qual existiu a necessidade da FUNDARPE de se criar uma proposta de tombamento para a área da vila assim como parte de seus arredores.

Para uma melhor construção desta temática, faremos referência ao conceito de Tombamento elucidado pela FUNDARPE:

O tombamento é o ato legal de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. É um ato administrativo, cuja competência no Brasil é atribuída pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, realizado pelo poder executivo. Pode ocorrer em nível federal, feito pelo IPHAN, ou ainda em esfera estadual ou municipal, com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venha a ser destruído ou descaracterizado. O nome tombamento advém da Torre do Tombo, o arquivo público português, onde eram guardados e conservados documentos importantes de sua história⁸³.

Dentro da nossa de pesquisa, procuramos os documentos referentes ao processo de tombamento. Acabamos por ter acesso ao Relatório da Proposta de Tombamento de Vila Velha, elaborado pela FUNDARPE.

⁸³ Trecho retirado do informativo da FUNDARPE que foi publicado como “Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Recife, 2009.

Infelizmente não encontramos a data⁸⁴ exata, entretanto, existem nesta proposta os responsáveis pela elaboração deste documento que são: as arquitetas Neide Fernandes de Sousa e Rosa Virgínia de Sá Bomfim, o arqueólogo Ulysses Pernambucano de Mello e a historiadora Virgínia Pernambucano de Mello.

Ainda sobre o patrimônio material e o seu entorno, encontramos na Proposta de Tombamento de Vila Velha um item que trata sobre o perímetro de tombamento (ver anexo). Nele encontramos toda uma malha de bens materiais, que não estão inseridos dentro da vila, mas, que entraram dentro do contexto das estruturas que devem ser preservadas⁸⁵.

Na análise deste perímetro de tombamento, verificamos que nele estão inclusos alguns bens materiais da vila assim como, os que estão geograficamente posicionados fora dela, fazendo parte do conjunto patrimonial de Vila Velha. Para exemplificar, faremos referência a Proposta de Tombamento de Vila Velha feito pela FUNDARPE. A partir deste documento verificamos a preocupação em salvaguardar as seguintes estruturas:

- 1.1 Núcleo principal da Vila em torno do largo existente;
- 1.2 Igreja Nossa Senhora da Conceição;
- 1.3 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Cemitério contíguo;
- 1.4 Ruínas da Casa de Câmara e Cadeia;
- 1.5 Vestígios arqueológicos da fortificação da Vila, à saber:

⁸⁴ Apesar deste relatório não constar a data exata acreditamos que ele seja posterior ao ano de 1989. Esta hipótese esta relacionada ao seguinte trecho: Nos últimos anos, o Governo do Estado de Pernambuco investiu na área visando além do desenvolvimento, a preservação dos atributos naturais e culturais locais. Tem-se conhecimento das seguintes obras e projetos realizados pelo governo: A Reestruturação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, concluída em 1984 (FUNDARPE); Plano Básico de Valorização de Pontos Turísticos de Itamaracá – 1984, onde constam propostas para a Via de Integração Vila Velha – Forte Orange, Tratamento Paisagístico, além do estudo sócio-econômico para fixação da população local (FIDEM); Execução do Trecho entre a PE-35 e Vila Velha da Via de Integração Vila Velha – Forte Orange, concluído no início do ano de 1989 (FIDEM); Pesquisas de Arqueologia Histórica de Vila Velha, também concluída no início de 1989 (FUNDARPE) (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

⁸⁵ O polígono de tombamento do Sítio Histórico de Vila Velha é definido a partir do ponto nº 1 localizado na Via de Integração Vila Velha – Forte Orange, 500m após o seu encontro com a via de acesso a sede do Sítio Salinas; desse ponto segue no sentido leste pela Via de Integração Vila Velha – Forte Orange prolongando-se pelos limites norte do Sítio Salinas (cadastro no INCRA nº 043.202), Fazenda Nossa Senhora da Conceição (cadastro no INCRA nº 057.135), Propriedade sem denominação (cadastro no INCRA nº 108.124) até encontrar o Rio Paripe em sua margem direita, localizando o ponto nº 2; deflete à direita seguindo pela margem direita do citado Rio até o limite do Sítio Paripe com a Fazenda São Judas Tadeu (cadastro no INCRA nº 109.118) até a margem do Canal de Santa Cruz no ponto nº 4; deflete a direita seguindo pela margem do Canal de Santa Cruz, cruzando a Foz do Paripe e continuando pela margem do mesmo Canal pelos limites da Fazenda Nossa Senhora da Conceição (cadastro no INCRA nº 106.127), Sítio Joque (cadastro no INCRA nº 106.137) até o seu final, de onde segue 250 metros ainda na margem do Canal de Santa Cruz pelo limite do Sítio Salinas (cadastro no INCRA nº 043.202), até o ponto nº 5; deflete a direita, percorrendo aproximadamente 650m cortando em linha reta o Sítio Salinas até a Via de Integração Vila Velha – Forte Orange, distante 500m do encontro com a via de acesso à sede do Sítio Salinas, localizando assim o ponto nº 1 e fechando o polígono (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

- 1.5.1 Fossos escavados e as encostas que sofreram primitivamente cortes verticais para dificultar o acesso;
- 1.5.2 Entrada oeste fortificada que compreendem fossos, muralha de terra e reduto;
- 1.5.3 Acesso antigo – porta terra – com sua bateria fortificada que comunicava o fundeadouro com a Vila;
- 1.6 Ruínas dos fornos de cal ao longo do Canal de Santa Cruz;
- 1.7 Vestígios da ponte sobre o Rio Paripe com suas cabeceiras de alvenaria de pedra.

Ainda sobre o documento acima referenciado, encontramos outros itens que possuem uma maior relação com a temática arqueológica. Dentre eles, destacamos dois: o primeiro está relacionado à obrigatoriedade de ter, em todas as intervenções feitas na área (independente da finalidade), uma autorização dos órgãos de proteção competente⁸⁶.

O segundo está relacionado às considerações que devem ser feitas na influência da área a ser preservada. Segundo este item, deve-se priorizar as questões relacionadas com a pesquisa arqueológica gerando assim uma valorização de todos os aspectos culturais que possam ser provenientes deste tipo de intervenção⁸⁷.

As resoluções encontradas na Proposta de Tombamento da FUNDARPE, nos remete as legislações referentes a preservação patrimonial que foram referenciadas por Rossano Lopes Bastos, na obra A Arqueologia na Ótica Institucional, IPHAN, Contrato e Sociedade.

Nesta obra, a Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, o artigo 2º da Lei Federal 3924/61, a portaria nº 7 de Dezembro de 1988 e ainda a portaria IPHAN nº 230/02 considera sítios arqueológicos históricos localizados em áreas urbanas como espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundo do processo de ocupação do território pós-contato, tais como:

⁸⁶ Os vestígios históricos arqueológicos e arquitetônico visíveis, bem como aqueles que porventura venham a ser localizados por prospecção arqueológicas, envoltos por uma faixa de proteção de 30m medida a partir dos seus perímetros serão consideradas áreas “*non aedificandi*”, e qualquer obra de prospecção, conservação e restauração destinadas a estas ocorrências deverão ser autorizadas pelos órgãos competentes (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

⁸⁷ Na área interna delimitada pelo perímetro de tombamento todas as intervenções devem considerar, prioritariamente o conhecimento, pesquisa, afloramento, estabilização de restos arqueológicos, ruínas e características topográficas peculiares, tais como valas, fossos, taludes, declives, caminhos abertos no terreno, bem como obras edificadas em pedras soltas, taipa de pilão erigidas sobre o solo local, especialmente os vestígios das fortificações de campanha levantadas para a defesa da vila no século XVII, elementos identificados na Pesquisa Histórica e Arqueológica realizada pela FUNDARPE ((Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

1. Todas as estruturas, ruínas e edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação (buracos, baterias militares, fortalezas e fortins);
2. Vestígios das infra-estruturas (vias, ruas, caminhos, calçadas, ruelas, praças, galerias, poços, aquedutos, fundações remanescentes das mais diversas edificações, dentre outras que fizeram parte do processo de ocupação iniciados nos núcleos urbanos e em outros lugares);
3. Lugares e locais onde possam ser identificados remanescentes batalhas históricas e quaisquer dimensões que envolvam combates;
4. Antigos cemitérios, quintais, jardins, pátios e heras;
5. Estruturas remanescentes de antigas fazendas, senzalas e engenhos de cana e farinha;
6. Estruturas remanescentes de processos industriais e manufatureiros;
7. Vestígios, estruturas e outros materiais que possam contribuir na compreensão da memória nacional pós-contato.

Podemos encontrar algumas destas atribuições dentro do nosso ambiente de trabalho assim como nos seus arredores. Desta maneira, a Proposta de Tombamento da FUNDARPE está correta ao incluir dentro do seu tombamento, um perímetro maior que a vila fomentando assim o conjunto patrimonial de Vila Velha.

Apesar disto, uma ressalva deve ser feita, a Portaria nº 230/02 do IPHAN ainda não havia sido lançada quando a FUNDARPE construiu o Relatório da Proposta de Tombamento para Vila Velha. Tal implicação nos remete a necessidade de salientar algumas considerações que serão vistas ao longo deste capítulo.

Ainda segundo a obra, A Arqueologia na Ótica Institucional, IPHAN, Contrato e Sociedade, a Portaria nº 230/02 do IPHAN, dá ênfase ao processo de salvamento arqueológico atual, que tem responsabilidades compartilhadas, efetua-se da seguinte forma:

1. Diagnóstico Arqueológico: superficial e aprofundado;
2. Prospeções Arqueológicas: identificação precisa dos sítios;
3. Resgate Arqueológico: a escolha da significância;
4. Análise do Material: análises laboratoriais;
5. Educação Patrimonial: formal (escolas) e não formal (comunidade em geral);
6. Extroversão Arqueológica: publicação;

7. Musealização: exposição (permanente ou temporária);
8. Devolução Pública e Inclusão Social;
9. Conservação Arqueológica (*in situ e ex situ*).

A partir destas resoluções, podemos verificar que esta portaria leva em consideração os procedimentos adotados pelas políticas de preservação do patrimônio anteriores a ela, assim como, traça novos procedimentos que devem ser adotados, de forma geral, pelos arqueólogos que trabalham no Brasil.

Todavia, algumas inovações desta Portaria devem ser destacadas. A primeira deve-se a vinculação do salvamento arqueológico com as ações de educação patrimonial. A atribuição jurídica deste procedimento nos remete a uma obrigação, ética, de transmitir ao público geral a importância dos bens materiais para a construção da cultura local.

A segunda inovação está interligada com a primeira, pois a partir das práticas de educação patrimonial o pesquisador fomenta a inclusão social. Tal procedimento faz com que o arqueólogo que venha a pesquisar numa determinada localidade, leve ao conhecimento dos moradores locais a importância dos estudos arqueológicos assim como a necessidade de se preservar o patrimônio cultural.

A terceira e última inovação, por nós destacada, deve-se a musealização ou exibição dos materiais arqueológicos. Esta medida permite que a pesquisa arqueológica não venha a cair no esquecimento, pois a partir da exposição, os bens da cultura material poderão servir como transmissão dos elementos culturais, de uma determinada localidade, para a população local assim como para os possíveis visitantes (turistas).

Faz-se necessário destacar que apesar de ter um cunho mais arqueológico a Portaria nº 230/02 do IPHAN contribui, direta e indiretamente, para uma melhor aplicação das ações de preservação do patrimônio cultural.

Outro ponto relacionado com estas ações deve-se a análise do projeto diretor que é elaborado pelo Governo do Estado juntamente com as instâncias políticas de cada município. Sobre este assunto:

A Planta Diretora é, assim, proposta como um instrumento que nasce da ação conjunta do Estado e do Município para suprir lacunas imediatas em termos de planejamento e regulamentação sobre uso e ocupação do solo,

servindo como base para o desenvolvimento de um conjunto mais amplo de planos e normas de foco local⁸⁸.

Desta maneira, a Planta Diretora⁸⁹ torna-se, como proposta, um planejamento que auxilia o município na regulamentação das futuras construções, propiciando normas de atuação que devem ser cumpridas, tanto pela esfera pública quanto a privada, visando um melhor aproveitamento das potencialidades turísticas, ambientais e sociais de uma cidade.

Neste sentido, torna-se necessário associar a Proposta de Tombamento da FUNDARPE, juntamente com a Planta Diretora do Município da Ilha de Itamaracá.

6.3 Diagnóstico dos Bens Materiais de Vila Velha.

Antes de começarmos a abordar sobre os diagnósticos dos Bens Materiais de Vila Velha, devemos destacar que de acordo com o informativo “Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais”, feito pela FUDARPE no ano de 2009, Vila Velha encontra-se como Bens em Processo de Tombamento pelo Estado.

Ao longo deste capítulo, procuramos escrever sobre a história da preservação patrimonial, as leis que tangem este assunto, sua aplicabilidade no sentido prático e a sua importância dentro da política da cultura. Sobre este último aspecto, destacamos a seguinte referência:

Bobbio faz uma distinção entre política cultural e política da cultura. A primeira é a planificação da cultura feita pelos políticos, em que a cultura figura como instrumento para alcançar fins políticos. A segunda é a política dos homens de cultura, voltada para garantir as condições de desenvolvimento da cultura e o exercício dos direitos culturais (BOBBIO apud FONSECA, 1997: 47).

⁸⁸ Planta Diretora do Município de Itamaracá, elaborado pelo Governo do Estado de Pernambuco no ano de 2001.

⁸⁹ Deve assim configurar-se como referencial para a integração entre Município e Estado e marco delimitador do perfil e natureza das intervenções de agentes privados sobre o território do município: Valorizar a paisagem, abrangendo medidas de conservação do ambiente natural e construído, de forma a garantir as potencialidades do município/ Considerar as peculiaridades de cada localidade na definição de normas e intervenções, a fim de preservar a diversidade de padrões e a identidade dos assentamentos/ Valorizar os espaços públicos, privilegiando e estimulando ações públicas e privadas que contribuam nesta direção/ Reordenar o sistema viário, estabelecendo hierarquia e padrões de referência de dimensionamento e para a instalação de equipamentos/ Controlar a densidade construtiva, de forma a manter padrões amenos de urbanização.

Concordamos com a distinção feita acima, sendo assim, trabalharemos a visão da preservação patrimonial relacionando-o com a política da cultura. Esta por sua vez contribui de forma maciça para a manutenção das tradições assim como a perpetuação da identidade cultural.

Neste sentido, encontramos em Vila Velha uma série de elementos patrimoniais que corroboram para a implantação desta política da cultura. A começar pelas estruturas existentes que podem apontar uma ocupação de no mínimo quatro séculos⁹⁰.

Como já foi visto neste trabalho, nos reportamos aos séculos XVI e XVII. Entretanto, o Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE, indica a existência de uma ocupação efetiva até meados do século XIX. Deste período, até a confecção desse documento, Vila Velha foi descrita como um lugar gradativamente abandonado⁹¹ do processo de concentração populacional desenvolvido no município, sobretudo o processo relativo a veranistas que privilegia as áreas baixas próximas a praia.

Apesar desta descrição, encontramos em Vila Velha uma nova reconfiguração desta informação. Assim que começamos a pesquisa em 2007 podemos constatar um gradativo crescimento imobiliário na área. Não sabemos bem ao certo a finalidade destas construções, porém, elas estão situadas dentro do polígono da Proposta de Tombamento feita pela FUNDARPE.

Segundo esta proposta, existe uma série de restrições e obrigações técnicas que as construções na área devem seguir. Os objetivos destas medidas estão relacionados com a tentativa de impedir, ou reduzir, o número de edificações que venham a alterar as características da vila⁹².

⁹⁰ Encontram-se no sítio os vestígios dos equipamentos urbanos primitivos da vila, identificados de acordo com as indicações existentes nos documentos mais antigos sobre ela, como o Fosso que lhe circundava, os alicerces da Casa de Câmara e Cadeia, da Igreja da Misericórdia e Hospital, construções remanescentes do século XVI. No local permanece em estado de ruína, as paredes da Igreja Nossa Senhora do Rosário além de dois fornos de cal que se situam na parte baixa do Sítio em ponto que corresponderia a plataforma de embarque da antiga cidade, construções essas datadas da segunda metade do século XVII e do final do século XIX, respectivamente (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

⁹¹ Preservada de implantações que poderiam ter danificado sua estrutura primitiva e integrada a área rural do município, de acordo com as diretrizes atuais de planejamento deste, a localidade da Vila, apresenta íntegros seus aspectos histórico-arqueológicos que remontam as suas origens ao século XVI. Vila Velha representa hoje, um sítio que reúne valores especiais paisagísticos, representados pela configuração geográfica notável da localidade e pela vegetação exuberante de características litorâneas que conserva, além de concentrar aspectos históricos, arquitetônicos e arqueológicos peculiares.

⁹² Qualquer intervenção na área interna do polígono do tombamento excluídas as áreas especiais de proteção referidas no item 1, deve proteger e conservar as características ambientais e paisagísticas peculiares ao sítio, em especial a topografia, a cobertura vegetal, bem como cursos d'água, mangues e camboas, sendo admitido: 4.1 os usos residenciais, agrícolas, turístico e de lazer público institucional; 4.2 edificações que apresentam taxa máxima de ocupação de 5% do lote, para edificações isoladas com área máxima de 10m de uma para outra; 4.3 edificações com gabarito de 1 pavimento, com altura máxima de 7m medido a partir do nível do solo até a

Adicionando esta informação a Planta Diretora do Município de Itamaracá encontramos nesta uma série de restrições no que se refere aos processos de construções da engenharia civil. Vejamos o que diz este documento:

De maneira geral, para os núcleos mais urbanizados a postura esperada é de reversão da já cristalizada descaracterização da morfologia urbana e das tipologias arquitetônicas tradicionais, contendo-se a tendência à verticalização com a inibição de construções com mais de dois pavimentos e mantendo-se os padrões de ocupação de áreas consolidadas – como recuos nulos no limite frontal – e induzindo a uma maior oferta de áreas públicas em áreas de expansão, com maiores exigências nos parcelamentos, em contrapartida a taxas de ocupação de maior densidade construtiva (Planta Diretora do Município da Ilha de Itamaracá).

Para corroborar com este argumento acima traremos como referência Françoise Choay que nos traz o seguinte comentário:

A proteção estratégica das malhas antigas e sua reapropriação pelas populações que não as consomem, mas as habitam, supõem um outro caminho: o da tomada de consciência geral, seguido de uma ação que lhe seja conforme. Há muitos anos as associações de defesa orientam-se nesse sentido e opõem-se com sucesso cada vez maior, aos projetos técnicos ou especulativos que prejudicam seus bairros. Uma verdadeira política para os centros e bairros antigos exige que se faça uma reflexão em profundidade sobre a urbanização atual, cujo caráter continua mascarado por uma terminologia anacrônica (CHOAY, 2001: 236).

Destacamos a necessidade do poder público fiscalizar estas novas construções, impossibilitando qualquer situação que possa por em risco o conjunto patrimonial de Vila Velha.

Dentro do perímetro de tombamento feito pela FUNDARPE, existe algumas estruturas que estão dentro da vila e outras não. Dentre elas, alguns destes elementos já foram por nós citados no decorrer desta dissertação, entretanto no momento anterior descrevemo-las sem a

cumieira; 4.4 edificações sujeitando-se à compatibilização à escala e características do conjunto existente devendo apresentar cobertura em palha ou telha cerâmica do tipo canal – com declive médio de 25%, materiais de revestimento de fachadas em massa corrida, ritmo de envazaduras conforme tipo das edificações remanescentes; 4.5 construções em declividade, apenas onde esta se apresenta inferior a 30% (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

preocupação de posicioná-las de acordo com os aspectos relacionados com a preservação patrimonial. Como consequência, voltaremos a abordá-las a partir da aplicação desta temática.

O Relatório da Proposta de Tombamento aponta para uma série de recomendações de proteção ao sítio histórico de Vila Velha. Os elementos destacados na proposta, que foram descritas na página (129), representam edifícios inteiros, ruínas e em alguns casos apenas as bases estruturais das antigas edificações. Destacaremos alguns destes itens.

Para começar, destacamos o item 1.6 (ruínas dos fornos de cal ao longo do Canal de Santa Cruz). Neste caso, encontramos uma situação bem peculiar, pois no local por nós visitado, existiam dois fornos de cal, um preservado e outro destruído.

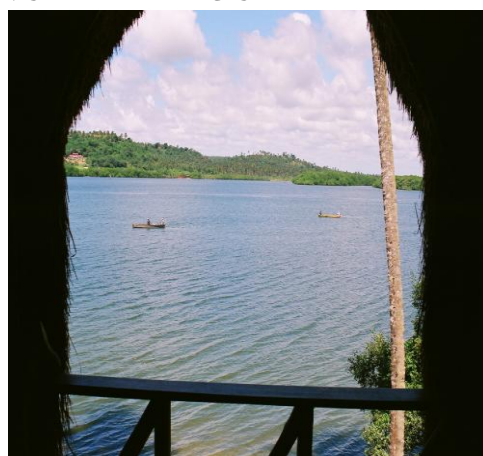
A peculiaridade deste fato reside no que foi encontrado junto ao forno de cal preservado. Neste, existe uma casa feita de madeira que está posicionada na região superior da estrutura. O proprietário desta residência, Edinildo Lyra, popularmente conhecido como Seu Nildo, exerce a função de guardião, conservando e zelando este forno.

FOTO 23 – CASA E FORNO DE CAL



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

FOTO 24 – VISTA INTERNA DA CASA



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Encontramos neste local um forte apelo turístico. Tal situação esta condicionada ao fato da construção ser e estar localizada em um local exótico, adicionado ao fato da região possuir uma beleza natural. No interior de sua casa, encontramos uma série de vestígios arqueológicos que estão colocados a amostra dos visitantes (turistas) que passam a conhecer um pouco da história de Vila Velha através das explicações proferidas por Seu Nildo.

Muitos destes turistas chegam neste local através de embarcações. Tais passeios acabam por ser um dos atrativos oferecidos aos que visitam a Ilha de Itamaracá. Percebendo

o potencial deste trajeto, os guias turísticos perceberam o quanto é interessante este local, tornando-o parte do passeio.

De certa maneira, a casa construída por Sr. Nildo acaba por ferir as recomendações de preservação destacadas no Relatório da Proposta de Tombamento de Vila Velha. Todavia, os argumentos por nós oferecidos nos permitem levantar a seguinte problemática: Até que ponto esta residência contribuiu para a descaracterização e para a perturbação da estrutura do forno de cal?

Nossa opinião sobre o assunto está relacionada aos direitos e deveres do Estado. Como vimos, a legislação condiciona a responsabilidade da preservação do patrimônio brasileiro a União, aos Estados e Municípios. Embora exista esta implicação jurídica, verificamos que no Brasil existe uma lacuna enorme entre teoria e prática, principalmente no que tange a legislação patrimonial.

Tendo em vista que é um dever da esfera pública zelar pelos bens materiais brasileiros e que este segmento não o faz de forma correta, torna-se necessário que exista, por iniciativa própria, pessoas que alcançaram um nível de conscientização capaz de fomentar a preservação mesmo que esta seja a sua maneira.

É este o caso de Seu Nildo que mesmo com sua construção irregular e independente das condições econômicas acaba por efetuar e praticar, mesmo sem conhecimento jurídico, as políticas públicas de preservação do patrimônio material.

Encontramos no item 1.4 – ruínas da Casa de Câmara e Cadeia – um exemplo ímpar da ausência de políticas públicas para a preservação do patrimônio. Trata-se de se existir a construção de uma caixa d'água exatamente em cima do local onde está posicionada este vestígio arquitetônico.

A ausência de políticas públicas para a preservação patrimonial é algo nocivo, principalmente para os bens da cultura material. Entretanto, no caso da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Velha acaba por existir algo pior. Trata-se da destruição causada por um órgão público do Estado de Pernambuco, a COMPESA.

Na leitura do Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE, não existe nenhuma referência a existência desta caixa d'água, levando-nos a crer que esta construção foi feita depois da elaboração da proposta. No nosso entendimento, tal fato acaba por piorar a situação.

Esta situação nos permite mensurar a falta de preocupação que existiu, ou que ainda possa existir, do Estado de Pernambuco em se preservar o conjunto patrimonial da vila.

Mesmo que exista uma explicação de ordem técnica para justificar a destruição patrimonial, gerada pelo próprio poder público, não nos parece plausível que esta obra tenha como condição *sine qua non* a necessidade de estar posicionada sobre as estruturas da Casa de Câmara e Cadeia, tornando-se ainda mais grave o delito causado pela COMPESA.

O próximo item destacado é o 1.3 – ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e Cemitério Contíguo. Neste, encontramos algumas ações de preservação realizadas na sua estrutura.

A pesquisa de campo, em nosso ambiente de trabalho, foi realizada em momentos diferentes. Primeiro, encontramos a Igreja Nossa Senhora do Rosário numa situação que conotava um abandono quase que total. Constatamos a existência de vegetação dentro do muro central da igreja, parte de sua entrada central obstruída por tijolos e cimento e na lateral uma entrada sem nenhuma objeção.

FOTO 25 – RUINAS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Fonte: SOARES, André. Março de 2008.

Não temos condições de afirmar quem foram os responsáveis pela modificação feita na Igreja Nossa Senhora do Rosário. O que nos parece, tais medidas foram realizadas procurando proteger a igreja de possíveis depredações ou de qualquer tipo de destruição que pudesse ser ocasionada a estrutura interna.

Dentre as ações que foram verificadas no segundo momento de pesquisa de campo, encontramos as seguintes modificações: a estrada central totalmente coberta por tijolos e cimento, na parte lateral uma grade e por fim a retirada da vegetação que estava localizada dentro do muro central da igreja.

FOTO 26 - RUINAS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Fonte: DANTAS, Pablo. Abril de 2009.

Hipoteticamente, acreditamos que as duas primeiras medidas tiveram com objetivo impossibilitar a entrada de pessoas no interior da ruína da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Entretanto, esta hipótese pode ser refutada ao analisarmos a área da igreja como um todo.

Na parte lateral existe um cemitério (contíguo) cuja entrada não está obstruída e que por ela podemos ter acesso livre ao interior das ruínas da igreja. Desta maneira, torna-se insuficiente a hipótese levantada acima. Outro fato que podemos destacar está relacionado à própria Proposta de Tombamento da FUNDARPE para Vila Velha. Nele, encontramos um item de recomendação que condena todas as ações que possam vim a descaracterizar⁹³ o monumento.

Outra modificação encontrada na Igreja Nossa Senhora do Rosário, deve-se a retirada da vegetação que estava localizada no muro central da igreja. Sobre esta ação, podemos encontrar posições prós e contras. Todavia, devemos destacar que mais perigoso que a retirada é a forma como ela é feita. Não poderemos comentar nada a respeito disso, pois não verificamos como ocorreu este procedimento.

⁹³ O item 3 destaca que qualquer intervenção na área interna dessa poligonal – de que natureza for, não poderá alterar as características tográficas do terreno nem a sua feição atual, não sendo permitido: 3.2 a colocação de equipamentos ou elementos de interferência visual que interfiram e descaracterizem a paisagem (Relatório da Proposta de Tombamento da FUNDARPE).

Possivelmente, a Igreja Nossa Senhora do Rosário é o monumento que mais necessita, dentro do polígono de tombamento de Vila Velha, da aplicação de políticas públicas de preservação do patrimônio. No caso desta igreja, além da manutenção, deve se existir uma ação de restauro já que parte dela não existe mais e o que resta corre um sério risco de cair.

FOTO 27 E 28 – PIA BATISMAL RECUPERADA POR PROSPECÇÕES ARQUIETÔNICA E ALTAR MOR DA IGREJA MATRIZ.



Fonte: SOARES, André. Março de 2008.



Fonte: SOARES, André. Março de 2008.

O outro item destacado é o 1.2 – a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Nela encontramos um maior estado de preservação, existindo inclusive um forte apelo turístico nesta igreja. Acreditamos que a conservação desta estrutura deve-se ao trabalho arqueológico realizado na década de 80, feito pela equipe da FUNDARPE.

Para corroborar com estas informações aqui lançadas destacamos mais uma vez a Planta Diretora do Município da Ilha de Itamaracá:

O escopo desta Planta Diretora compreende, entre outros elementos, o zoneamento do Município da Ilha de Itamaracá, o estabelecimento de padrões urbanísticos por zona, a instituição de mecanismos de proteção dos recursos ambientais e dos valores histórico-culturais, princípios de intervenção urbanística e ambiental e, ainda, recomendações e critérios de hierarquização do sistema viário.

Destacamos nesta informação a preocupação com os quesitos referentes ao patrimônio. Sendo Vila Velha um local que possui estes recursos histórico-culturais, tornou-se necessário incluir a vila dentro deste planejamento.

Vila Velha foi inserido dentro da categoria de elementos urbanos peculiares que são aqueles que possuem: *“monumentos, sejam tipologias arquitetônicas tradicionais ou arranjos urbanos característicos das pequenas cidades da região”*.

Desta maneira, a Planta Diretora do Município da Ilha de Itamaracá recomendou as seguintes intervenções para Vila Velha: Ordenamento da ocupação e agenciamento com

destaque do sítio arqueológico; Definição de local para eventos; Controle da Ocupação; Implantação de trilhas.

Como justificativa para esta atuação, atribuímos a grande quantidade de vestígios arqueológicos que afloram do solo da vila, sendo muito comum o recolhimento deste material por terceiros. Este problema se torna ainda maior quando esta apropriação é feita pelos turistas que visitam a região⁹⁴.

Na associação entre a Planta Diretora do Município da Ilha de Itamaracá com a Proposta de Tombamento de Vila Velha feita pela FUNDARPE encontramos alguns elementos interessante.

Esta associação pode ser verificada através da íntima relação existente entre os bens materiais e a arqueologia. Neste sentido, a conservação patrimonial gera a preservação do patrimônio arqueológico, assim como, a conservação arqueológica ajuda e possibilita a manutenção do patrimônio cultural. Sobre este assunto destacamos a seguinte referência:

A perspectiva do salvamento arqueológico deve considerar, em primeiro lugar, as condições de preservação do patrimônio arqueológico no seu exato local no qual ele foi produzido pelas populações pretéritas. Esta idéia deve ser associada não só ao sítio e os objetos nele incorporados, mas também a ambiência que possibilitou a instalação e o aproveitamento do espaço utilizado. No caso de sítios que serão objetos de resgate arqueológico, deve-se atentar para dois padrões de conservação (BASTOS, 2007: 37).

A preservação do patrimônio cultural e arqueológico, em alguns momentos, possui mecanismos próprios e distintos. Entretanto, ambos podem e devem ser aplicados em todos os seguimentos da cultura material. O caso de Vila Velha é apenas mais um exemplo da enorme necessidade e obrigação que os aparelhos estatais e a sociedade brasileira têm com a manutenção e salvaguarda do patrimônio material.

Mediante a todos os argumentos aqui apresentados voltamos ao principal problema que tange esta dissertação: O que falta para Vila Velha torna-se um bem tombável?

Dentre as hipóteses que podemos lançar a respeito desta problemática, destacamos duas. A primeira deve-se a ausência de elementos substanciais que justifiquem o processo de

⁹⁴ Esta informação nos foi passada por alguns moradores de Vila Velha.

tombamento. A segunda, está relacionada a falta de interesse das instituições estatais em realizar as políticas públicas que regimenta todo o processo de preservação patrimonial.

Sobre a primeira hipótese, verificamos ao longo desta pesquisa que Vila Velha possui uma série de requisitos, em diversas esferas patrimoniais, que possibilitam e lhe garantem as condições necessárias para ser Tombado, tanto em nível Federal quanto Estadual.

Para corroborar com o argumento acima, basta salientarmos novamente algumas questões referentes as legislações patrimoniais. Nesta, verificamos que o Estado entende como patrimônio todo o conjunto de bens cuja a conservação seja motivado por sua vinculação a fatos memoráveis da história, por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico e artístico.

Encontramos em Vila Velha todos estes argumentos acima citados. A vila possui um grande valor arqueológico, o que lhe garante a necessidade de serem realizadas escavações em grande parte da sua área. Outro argumento relacionado com arqueologia que pode ser apresentado é a necessidade de se verificar algumas informações provenientes de documentos, primários e secundários, assim como da cartografia. Por fim, destacamos que é possível, a qualquer visitante, ver aflorando do solo da vila material arqueológico dos mais diversos tipo, moedas, cerâmicas, cachimbos, projétil balísticos dentre outros.

No que se refere ao valor histórico, destacamos alguns itens. Vila Velha foi uma das primeiras vilas do Brasil sendo durante séculos a capital da Capitania de Itamaracá. Possui alguns aspectos das vilas com características renascentistas remanescentes, como vimos ao longo desta dissertação, o que lhe garante ser um dos poucos exemplares de vila com estas peculiaridades. Além disso, não seria errado atribuir que nela encontramos uma vinculação a um fato memorável da história municipal, estadual e nacional. Trata-se do período da nossa história conhecido como Brasil – Holandês.

Com todos estes argumentos aqui apresentados, podemos refutar a primeira hipótese. Neste sentido, nos resta analisarmos a segunda hipótese: a falta de interesse das instituições estatais em realizar as políticas públicas que regimenta todo o processo de preservação patrimonial.

Faz-se necessário destacar que os argumentos utilizados para refutar a primeira hipótese nos dá argumentos que corroboram para a aceitação da segunda hipótese que é a ausência de interesse dos órgãos públicos em aplicar os aspectos referentes a preservação patrimonial. Como verificamos, Vila Velha possui uma série de requisitos que lhe dão todas as características de um Conjunto Patrimonial que deve ser tombado.

Para uma melhor evidência desta situação, remeteremos novamente a distinção entre política cultural e política da cultura. Infelizmente, encontramos no Brasil uma prioridade da primeira sobre a segunda.

Desta maneira, as políticas culturais fazem sentido quando estas conseguem angariar uma grande quantidade de votos para os processos eleitorais. O fato de Vila Velha ser um ambiente que possui uma população pequena (consequentemente menor número de eleitores) pode nos remeter a um melhor entendimento da falta de interesse, municipal e estadual, de ser realizados investimentos que fomentem a preservação patrimonial.

Outro argumento destacado, sobre a segunda hipótese, deve-se ao crescimento imobiliário na área. Como já foi salientado, verificamos que houve, entre os anos de 2007 e 2009, um aumento de residências tanto em Vila Velha quanto nos seus arredores.

A Proposta de Tombamento da FUNDARPE propõe a formação do Conjunto Patrimonial de Vila Velha. Existindo este tombamento, haveria uma série de limitações em se construir ou ampliar imóveis na área o que reduziria lucros da rede imobiliária assim como impossibilitaria que alguns viessem a construir suas casas de veraneios que acabam por descaracterizar o aspecto rústico da vila.

Acreditamos que todos estes argumentos aqui levantados podem nos ajudar a corroborar com a hipótese de que existe uma forte negligência dos poderes públicos, municipais e estaduais em se aplicar os aspectos da preservação do patrimônio histórico, arqueológico, natural e cultural de Vila Velha.

Para finalizar este capítulo destacamos a grande necessidade de se promover a preservação das mais diversas escalas, ambientais, paisagísticas e urbanísticas, fomentando assim uma melhor aplicação dos projetos sociais, culturais e econômicos que devem ser desenvolvidos na vila, fortalecendo a identidade cultural e promovendo a geração de ocupação e renda para a comunidade local.

Contribuindo com a idéia acima, lançamos a importância de serem realizados planos de atuação que podem ser divididos da seguinte forma: plano de prospecção arqueológica, plano urbanístico, plano de melhoria da infra-estrutura urbana, plano de projetos habitacionais e plano de integração e valorização arqueológica⁹⁵.

O plano urbanístico possibilitaria: uma revisão do perímetro de tombamento e uma nova definição de zonas de preservação, um melhor aproveitamento da ocupação urbana

⁹⁵ Projeto (no prelo) intitulado de Plano de Preservação e Gestão do Sítio Histórico de Vila Velha na Ilha de Itamaracá-PE. Tendo como autores Dr. Fernando Guerra e Dr. José Luis Mota Menezes.

potencializando sua utilização turística, a identificação das áreas de relocação das edificações e a implantação de um modelo de circulação viária de transportes.

Sobre o plano de melhoria da infra-estrutura urbana, destacamos que através desta é possível melhorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; destinação final dos resíduos sólidos e da coleta de lixo urbano.

Os projetos habitacionais são responsáveis pela inclusão do plano de relocações e de melhoria das edificações existentes e a consolidar.

Por último, a integração e valorização arqueológica, possibilitaria um circuito para visitação turística, com prospecção, consolidação de ruínas, documentação e sinalização interpretativa.

Estes planos acima citados poderão contribuir para uma melhor efetivação do projeto de preservação de Vila Vela ampliando as chances da efetivação por completo do processo de tombamento da vila.

Esperamos que este capítulo venha contribuir para a aplicação das políticas da cultura, que são indispensáveis para a construção da identidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa, procuramos analisar dois modelos de ocupação do ambiente conhecido na atualidade como Vila Velha, assim como, abordamos a necessidade de ser aplicado as legislações referentes a preservação do patrimônio no ambiente de estudo.

O primeiro modelo de ocupação é referente ao período de 1535-1630 feito pelos portugueses, que procuraram inserir o formato urbano renascentista. O segundo está condicionado ao processo de ocupação holandesa, 1630-1654, que, de acordo com os seus objetivos, fizeram as adaptações condizentes ao processo de conquista.

Com maior ou menor influência, a arquitetura renascentista foi aplicada na Europa Ocidental como um todo. Entretanto, o Renascimento não ficou limitado aos modelos construtivos, alcançando as mais diversas esferas da sociedade européia da época. Tal empreitada ocasionou numa mudança da mentalidade medieval, possibilitando uma nova forma de pensar e idealizar o mundo.

Foi neste período que portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, lançaram-se ao oceano, “redescobrimo” o que viria a ser o novo mundo. O vasto território americano era um local propício para a aplicação deste modelo arquitetônico e foi o que aconteceu.

Cada reino procurou ajustar as características locais aos modelos construtivos do renascimento. Desta maneira, portugueses e espanhóis, no primeiro momento, ingleses, holandeses e franceses, numa etapa posterior, procuraram inserir dentro de seus novos domínios uma arquitetura que se possibilita funcionalidade, segurança e beleza (quando possível).

No Brasil não foi diferente, as vilas e cidades foram sendo construídas seguindo estes três requisitos. O funcional, para facilitar o lucro; a segurança, para impedir os inimigos internos (índios) e externos (estrangeiros); e a beleza, que geralmente estava ligada às construções religiosas.

Constatamos, nas primeiras vilas e cidades portuguesas do Brasil Colônia, as características renascentistas, principalmente pela construção dos edifícios de caráter religioso, político e militar. O posicionamento destes, assim como as suas finalidades, corrobora para a aplicação do formato urbano da renascença.

No caso da Capitania de Itamaracá, verificamos tal aplicação na sua capital, a Vila Nossa Senhora da Conceição. Esta vila possuía uma igreja, a Igreja Nossa Senhora da

Conceição, o edifício político, a Casa de Câmara e Cadeia e as construções militares, fortim e paliçada.

Um acontecimento transformou o cotidiano da Vila Nossa Senhora da Conceição, foi a invasão holandesa, 1630-1654. Os holandeses modificaram a vila, desde o seu nome, que passou a ser chamado de Vila Schkoppe, até a sua estrutura funcional, dando-lhe outra finalidade aos principais edifícios da localidade.

Tendo consciência de que a arqueologia histórica no Brasil ainda passa por um processo de definição teórico-metodológico, procuramos aplicar esta disciplina no contexto ocupacional holandês. Para isto, utilizamos de uma série de elementos, fontes documentais, representações cartográficas e a análise das estruturas arquitetônicas ali presentes.

Sobre este assunto, ressaltamos que a arqueologia nos auxiliou no processo de análise, facilitando no processo de inventário e diagnóstico dos bens patrimoniais de Vila Velha.

A escassez de informação sobre a Vila Nossa Senhora da Conceição, nos remete a possibilidade da utilização da arqueologia como forma de nos trazer informações que não constam nas fontes primárias e secundárias. A investigação arqueológica pode contribuir com dados não registrados assim como na averiguação de algumas informações constadas na historiografia.

Faz-se necessário destacar que os dados documentais foram utilizados como ponto de partida desta pesquisa. Com base nestas fontes, procuramos identificar a existência ou não de certas estruturas que existem ou existiram em Vila Velha. Como exemplo, destacamos a Casa de Câmara e Cadeia, edifício que existe nas fontes escritas, na cartografia e como vestígio arqueológico.

Com relação às representações cartográficas, procuramos coletar e disponibilizar os mais variados mapas sobre Itamaracá dos séculos XVI e XVII. Como foi visto, alguns destes exemplares davam ênfase maior à ilha, principalmente a parte sul. Poucos foram os que traziam detalhes sobre a Vila Nossa Senhora da Conceição e a Vila Schkoppe.

Neste caso, a representação cartográfica de maior importância, para este trabalho, foi o mapa da Vila Nossa Senhora da Conceição, onde demonstrava a localização de alguns edifícios e o seu posicionamento espacial. Através deste exemplar, conseguimos identificar a estrutura da Casa de Câmara e Cadeia assim como ter informações a respeito do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, edificação que não consta nas fontes escritas analisadas por nossa equipe.

Sobre as cartografias da Ilha de Itamaracá, está vinculado à análise do ambiente geográfico. Algumas representações trazem consigo informações sobre o relevo, vegetação e hidrografia. É interessante analisar este tipo de material, pois a partir dele verificamos as transformações espaciais que a ilha sofreu, principalmente a edificação de algumas estruturas, ao longo dos séculos XVI e XVII.

Outro elemento importante que podemos destacar sobre a cartografia está relacionado ao processo do inventário, pois a partir dos mapas, foi possível realizar um levantamento dos bens patrimoniais de Vila Velha.

A primeira abordagem foi feita a partir dos relatos escritos associados às representações cartográficas e estruturas arquitetônicas visíveis. Neste caso, procuramos identificar como os holandeses adaptaram o espaço da vila de acordo com suas necessidades.

Na segunda, procuramos relacionar o meio ambiente da Ilha de Itamaracá com as edificações, principalmente dos dois primeiros séculos de ocupação européia, procurando interpretar o porquê desta ocupação, como elas foram feitas e com que finalidade foram realizadas.

Por último, analisamos a legislação patrimonial brasileira, destacando a importância de serem realizadas as ações referentes a preservação do patrimônio, suas aplicações e os motivos pelos quais o Conjunto Patrimonial de Vila Velha deve ser protegido, passando a fazer parte dos monumentos tombados pelo Estado de Pernambuco.

Para facilitar o desenvolvimento desta análise patrimonial, construímos um capítulo que evidenciasse o inventário e o diagnóstico dos bens patrimoniais da vila. No inventário, procuramos identificar quais os principais problemas encontrados nas edificações, as formas como os moradores da vila se relacionam com os monumentos e como esta sendo feito a degradação, cada vez maior, do ambiente de Vila Velha.

Para finalizar, destacamos dois itens do qual consideramos importantes. O primeiro deve-se a importância de se realizar escavações arqueológicas em todo o complexo de Vila Velha. Com estas informações, poderíamos traçar novas problemáticas, assim como novos subsídios para a confirmação ou refutação das hipóteses construídas sobre o período Brasil - Holandês e, quem sabe, reescrever a história acabando assim com alguns mitos historiográficos.

O segundo, está relacionado a necessidade de serem aplicados os quesitos referentes a legislação patrimonial. Tendo consciência do dever do estado em se preservar o patrimônio

material e imaterial, verifica-se a ausência das atribuições dos poderes públicos, ocasionando assim uma maior degradação do Conjunto Patrimonial de Vila Velha.

Vila Velha tem em si e para si, um vasto acervo histórico, arqueológico e cultural, que deve ser estudado, preservado e divulgado. Seus monumentos trazem consigo um pouco da história do Município da Ilha de Itamaracá, do Estado de Pernambuco e do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário filosófico**. 21 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
2. ABRAMSON, M.; KOLESNITSKI N. **História da idade média: a baixa idade media**. Portugal: Editorial Estampa, 1976. 2 v.
3. ABREU, J. Capistrano de, **Capítulos de história colonial (1500-1800): Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
4. ALVES, Márcia A. **Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira**. Revista Canindé Universidade Federal de Sergipe, ed. Max, 2002.
5. AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **A formação do império português (1415-1580)**. São Paulo: Atual, 1999. 124 p.
6. ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. Nº 20. Recife: FIDEM/CEHM, 1999. (Coleção Tempo Municipal).
7. ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280 p.
8. BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil**. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
9. BARTHEL, Stela G. **Arqueologia de uma fortificação: Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
10. BASTOS, Rossano L; BRUHNS, Katianne; TEIXEIRA, Adriana. **A arqueologia na ótica institucional**. RIO GRANDE DO SUL: Habilis, IPHAN, Contrato e Sociedade, 2007.
11. BATE, Luis. F. **El proceso de investigación en arqueología**. Ediciones Crítica, Barcelona. 1998.

12. BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Mapas.
13. BOLTSHAUSER, João. **História da arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 1969. v. 5 Parte I.
14. CARVALHO, Edgard de Assis (Org). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1978. 235 p.
15. CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1956.
16. CHARLES E. ORSER JR. **Introdução a arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
17. CHILDE, V. Gordon. **Para uma recuperação do passado: A interpretação dos dados Arqueológicos**. 1. ed. São Paulo: DIFEL, 1969. 183 p. (Tempo Aberto).
18. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 282p.
19. CLARKSON, Persis. **Archaeological Imaginings: Contextualization of Images**. In D. Whitley (org.) Reader in Archaeological Theory: Post-Processual and Cognitive Approaches. Routledge: London, 1998. P.119-132
20. COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. 1. ed. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 1981. 395 p. (Coleção Recife; 12).
21. CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
22. DAVIS, Kingsley. **Cidades: A urbanização da humanidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 221 p.
23. DEAGAN, Kathleen 1996. **Avenues of inquiry in historical archaeology**. In Orser, C. (org.) Images of the Recent Past: Reading in Historical Archaeology. Walnut Creek: AltaMira Press, 16-41.
24. DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 148p

25. DUNNEL, Robert C. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: ED. USP, 2007.
26. EL-DEIR, Soraya Giovanetti.; PEREIRA, Jose Arlindo.; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Tecnologia e; Geociências. Departamento de Oceanografia. **O homem pescador: um estudo de etnobiologia da comunidade de Vila Velha, Itamaracá - PE (Brasil)**. Recife, 1998. 142 folhas.
27. ESPINA BARRIO, Angel B. **Manual de antropologia cultural**. Recife: Massangana, 2007. 382 p.
28. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.
29. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O renascimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978. 207 p.
30. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Cultura material e arqueologia histórica**. 1. ed. Campinas, sp: UNICAMP, 1998. 317 p. (Coleção Ideais; 1).
31. GALINDO, Marcos (Org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: Massangana, 2007.
32. GARCIA, Jose Manoel. **O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571**. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 87 p.
33. GARIN, Eugenio. **Idade média e renascimento**. Lisboa: Estampa, 1989. 302 p.
34. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977.
35. HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Lisboa: Ulisseia, [19--]. 368 p.
36. JOLY, Fernand. **A cartografia**. 1. ed. Campinas (sp): Papirus, 1990. 136 p.
37. JORDÃO, Ângelo. **Povoamento, hegemonia e declínio de Goiana**. Recife: CEPE, 1977. 271 p.
38. LAET, João de. In: FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). **Roteiro de um Brasil desconhecido**. Kapa Editorial, 2007. p. 318.

39. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 117 p. (Coleção Antropologia Social).
40. LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval.** Lisboa: Estampa 1984.
41. LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira.** Campinas: [s.n.], 2004. 252p.
42. MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 206 p
43. MARQUES, A. H. De Oliveira. **Breve história de Portugal.** 2. ed. Lisboa: Ed. presença, 1996. Mapas.
44. MARX, Murillo. **Olhando por cima e de frente.** Revista da USP, São Paulo, n. 30, p. 170-181, 1996
45. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada:** Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 470 p
46. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Administração da Conquista.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.
47. _____. **Economia Açucareira.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.
48. _____. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **A cartografia holandesa do Recife:** estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.
49. _____. **Tempo dos Flamengos.** Topbook editora e distribuidora de livros, Rio de Janeiro, 2001.
50. _____. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Gente da Nação:** cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654 . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989. 552 p.

51. MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: Iniciação, teoria e temas. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 526 p.
52. MENESES, U. T. Bezerra de. **Morfologia das cidades brasileiras**: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. Revista USP, n. 30, São Paulo: USP, 1996. Pg. 144 – 155.
53. MONTES, Maria Lúcia; GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz da Mota; Instituto Banco Real; Instituto Cultural Bandepe. **Eu, Maurício**: os espelhos de Nassau. São Paulo: Instituto Banco Real; Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004. 132 p.
54. MORAES, Antonio Carlos Roberto. **As bases da formação territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no longo século XVI. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p. (estudos históricos; 41).
55. MOTA, Alves da. **Itamaracá**: Análise socioeconômica da histórica ilha pernambucana. 1. ed. Itamaracá: Prefeitura municipal de Itamaracá, 1985. 104 p.
56. MUNFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.
57. NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. **"Pelo lucro da Companhia"**: aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630-1639. Recife, 2004. 135 folhas Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.CFCH. História.
58. NETSCHER, P. M.. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Brasiliana; v. 220).
59. O BRASIL e os holandeses: 1630-1654. Rio de Janeiro: GMT, 1999. 271 p.
60. OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território**. Rio Grande do Sul: Habilis, 2007.
61. PAIS, Marco Antonio de Oliveira. **O despertar da Europa**: a baixa idade média. São Paulo: Atual, 1992. 86 p. (História geral em documentos).

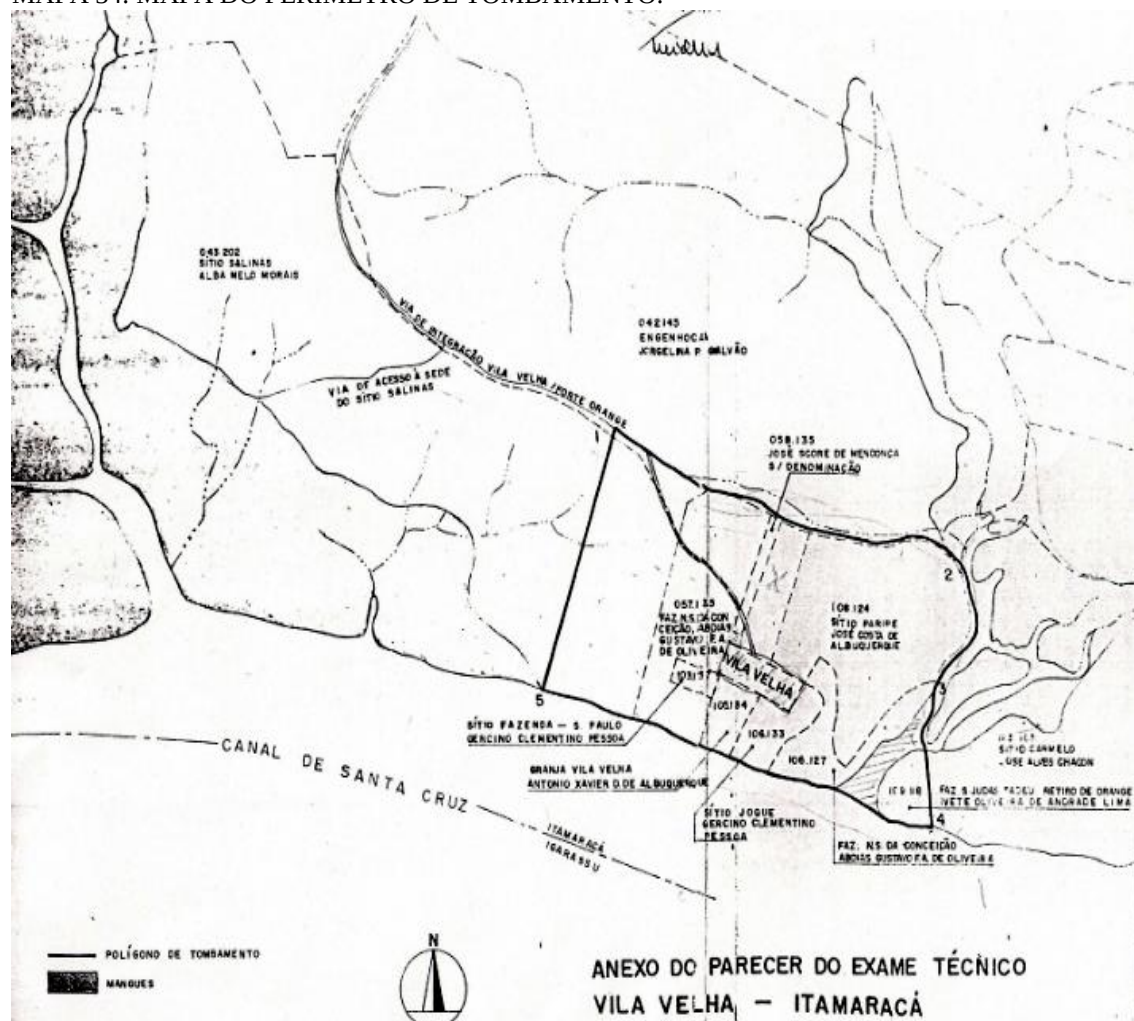
62. PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 511 p. (Coleção a)
63. PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e império**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 102 p
64. _____. **História econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. 354 p.
65. PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros povoadores do Brasil: 1500-1530**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. 309 p. (Brasiliana; v.37).
66. _____. **Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil, 1530-1630**. Edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Brasiliana; v. 175)
67. PRESTAGE, Edgar. **Viagens portuguesas de descobrimento**. 1. ed. Lisboa: Portugália, 1940. 63 p.
68. PROENÇA, André L. **Onde Viviam Aqueles que Aqui Passaram?** Proposta Interpretativa para ocupações pré-coloniais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
69. RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414 p.
70. ROSSA, Walter. **História da Arte Portuguesa (do barroco a contemporaneidade)**. Direção de Paulo Pereira, Barcelona: Espanha, 1995.
71. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil 1500 – 1720**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.
72. _____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 211 p. (Coleção Debates; 18).
73. REIS FILHO, Nestor Goulart. Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Julio Valetim. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: USP, 2001. 411p. (Uspiana-Brasil 500 anos).
74. SAHLINS, Marshall, **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979. 230 p.

75. SANTIAGO, Diogo Lopes de. **História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói de eterna memória, primeiro aclamador da guerra.** Recife, Secretaria do Interior, 1943.
76. SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 89 p. (Coleção primeiros passos).
77. SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal.** 22. ed. Mira-sintra, Portugal: Europa-América, 2003. 375 p.
78. SEABRA, Patrícia P. **Proposta de Manejo do Sítio Histórico de Vila Velha – Uma Paisagem na Memória.** Monografia (Especialização) da Faculdade de Arquitetura e urbanismo de Pernambuco – FAUPE, Recife, 2003.
79. SEVCENKO, Nicolau. **O renascimento.** 21. ed. São Paulo: Atual, 1994. 91p. (discutindo a história).
80. SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.
81. SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco (1630-1654).** Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005. 320p.
82. _____. **Pernambuco: imagens da vida e da história.** Recife: SESC, 2001. 181p.
83. SILVA, Lucimary Albuquerque da. **Sedimentologia do canal de Santa Cruz - Ilha de Itamaracá.** Recife, 2004. 98 folhas Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Geociências.
84. SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio em Cidades.** Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2001.
85. SINGER, Paul. **O que é economia?.** 1. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1989. 86 p. (coleção primeiros passos; 227).
86. SOUTH, Stanley. **Reconhecimento dos padrões na arqueologia histórica.** Vestígios, 2007. p. 133-148. Vol 1.

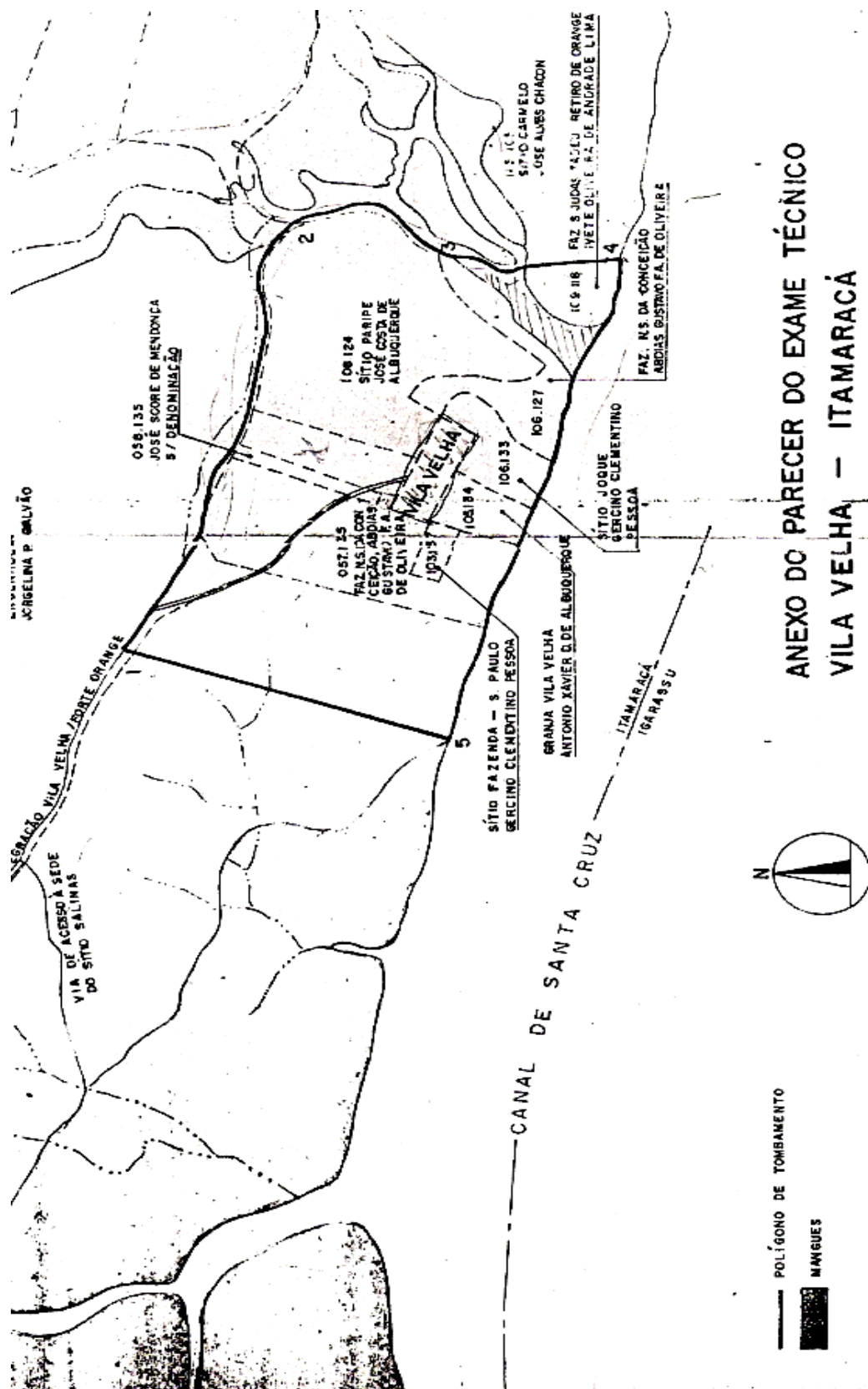
87. SOUZA, MARCELO L. **Abc do desenvolvimento urbano**. Rio De Janeiro: 2007. p. 192.
88. TAVARES, Aurélio De Lyra. **Brasil e França ao longo de 5 séculos**. Biblioteca do Exercito Rio de Janeiro,1979.
89. TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.
90. VARNHAGEN, F. **História das lutas com os holandeses no Brasil**: Desde 1624 a 1654. 2. ed. São Paulo: Cultura, 1945^a edição. 345 p.
91. WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**: Um capítulo da historia colonial do século XVII. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1938. 559 p.
92. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996. 233 p.
93. WEHLING, Arno. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 401 p.
94. ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam**; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires. 1. ed. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia -IFCH-UNICAMP, 2002. v. 1. 182 p.

ANEXOS

MAPA 34: MAPA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO.



FONTE: Relatório de Tombamento da FUNDARPE.



MAPA 36: PARTE SUL DA ILHA DE ITAMARACÁ



FONTE: CONDEPE – FIDEM